



CADERNO DE RESPOSTAS

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

2011



SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	6
II. ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS E SUGESTÕES RECEBIDAS	9
III. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
ANEXO I. MANIFESTAÇÃO DAS COORDENAÇÕES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	20
1. Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo	21
2. Curso de Graduação em Ciência da Computação	23
3. Curso de Graduação em Ciências Biológicas - Campus Uberlândia	25
4. Curso de Graduação em Ciências Contábeis - Campus Pontal	26
5. Curso de Graduação em Ciências Econômicas	27
6. Curso de Graduação em Direito	30
7. Curso de Graduação em Educação Física	36
8. Curso de Graduação em Enfermagem	39
9. Curso de Graduação em Engenharia Civil	40
10. Curso de Graduação em Engenharia Elétrica	42
11. Curso de Graduação em Engenharia Mecatrônica	45
12. Curso de Graduação em Estatística	53
13. Curso de Graduação em Filosofia	54
14. Curso de Graduação em Fisioterapia	55
15. Curso de Graduação em Matemática - Campus Uberlândia	57
16. Curso de Graduação em Matemática - Campus Pontal	64
17. Curso de Graduação em Medicina Veterinária	68
18. Curso de Graduação em Música	70
19. Curso de Graduação em Química - Campus Pontal	72
ANEXO II. MANIFESTAÇÃO DA GESTÃO ACADÊMICO ADMINISTRATIVA	73
1. Manifestação da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX)	74

1.1. Diretoria de Assuntos Estudantis	74
1.1.1. Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE): Setor de Assistência e Orientação Social (SEAOS)	74
1.1.2. Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE): Setor de Atendimento Psicológico ao Estudante (SEAPS)	80
1.1.3. Elogios à Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE)	83
1.1.4. Divisão de Esportes Universitários - DIESU	84
1.1.5. Divisão de Restaurante Universitário - DIVRU	85
1.2. Diretoria de Cultura	87
1.3. Diretoria de Extensão	90
2. Manifestação da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)	92
2.1. Sobre as realizações na área de comunicação	93
2.2. Sobre as realizações na área de infraestrutura	93
2.3. Sobre as realizações na área de segurança	94
2.4. Diretoria de Administração e Controle Acadêmico - DIRAC	94
2.5. Diretoria de Ensino - DIREN	96
2.6. Diretoria de Processos Seletivos - DIRPS	107
3. Manifestação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)	117
3.1. Quanto às questões associadas à Pós-Graduação	117
3.2. Quanto às avaliações das atividades de Pesquisa	123
4. Manifestação da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD)	127
4.1. Quanto à distribuição dos recursos orçamentários	127
4.2. Quanto ao Campus Glória	130
4.3. Quanto ao processo de compras	131
4.4. Quanto aos outros apontamentos	132
5. Manifestação da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PROREH)	133
5.1. Sobre a seleção de docentes e técnico-administrativos	133
5.2. Sobre o estágio probatório	138
5.3. Sobre os cargos comissionados	139
5.4. Sobre a qualidade de vida do docente e técnico-administrativos	140
5.5. Sobre a representatividade	141

5.6. Sobre a capacitação do docente e técnico-administrativo	142
5.7. Sobre a política regimental	144
5.8. Sobre a jornada de trabalho	144
5.9. Sobre o Regime Jurídico Único	145
5.10. Sobre a COPSIA	146
5.11. Sobre a chefia imediata	146
6. Manifestação da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	147
7. Manifestação da Diretoria das Bibliotecas	149
7.1. Resposta aos comentários dos discentes	149
7.2. Resposta aos comentários dos técnicos-administrativos	156
7.3. Resposta aos comentários dos egressos	158
8. Manifestação da Diretoria de Comunicação Social	160
8.1. Comunicação interna	160
8.2. Comunicação nos Campus de Ituiutaba, Patos de Minas e Monte Carmelo	160
8.3. Boletim eletrônico (<i>Newsletter</i>)	160
8.4. Meios de comunicação institucionais	161
8.5. Ampliação de mídias	160
8.6. Comunicação e os estudantes	161
9. Manifestação da Diretoria do Centro de Educação a Distância (CEaD)	162
10. Manifestação da Diretoria do Centro de Tecnologia da Informação (CTI)	163
11. Manifestação da Fundação de Amparo Universitário (FAU)	168
12. Manifestação da Ouvidoria	169
13. Manifestação da Prefeitura Universitária (PREFE)	171
13.1. Críticas relacionadas com a infraestrutura	173
13.2. Críticas relacionadas com estacionamento	179
13.3. Críticas relacionadas com segurança	181
13.4. Críticas relacionadas com a sustentabilidade ambiental	182
13.5. Críticas relacionadas com acessibilidade	184
13.6. Críticas relacionadas com transporte	186
13.7. Críticas relacionadas com telefonia	188

13.8. Críticas relacionadas com jardinagem	190
13.9. Práticas de conservação e limpeza no Campus Umuarama	191
13.10. Críticas relacionadas com os Campi Avançados	193
13.11. Críticas relacionadas com os serviços terceirizados	194
14. Manifestação da Reitoria	198
14.1. Sobre a democracia na UFU	198
14.2. Sobre a maior participação dos discentes e técnico-administrativos nos Conselhos Superiores	198
14.3. Sobre a comunicação institucional	199
14.4. Sobre os Campus Avançados	200
14.5. Sobre o uso de álcool e outras drogas	200

I) INTRODUÇÃO

O presente documento, denominado “Caderno de Respostas”, apresenta a sistematização do processo de Autoavaliação Institucional da Universidade Federal de Uberlândia.

Os instrumentos aplicados na coleta de dados para a Autoavaliação Institucional foram constituídos por questões de múltipla escolha e, ao final havia um espaço para comentários e sugestões, onde foram inseridas as observações e críticas da comunidade.

O objetivo deste documento é divulgar as respostas dos diversos setores aos comentários e críticas encaminhadas durante o processo de Autoavaliação Institucional da UFU no ano de 2011.

A Autoavaliação Institucional da Universidade Federal de Uberlândia, referente a 2011, foi aplicada aos seguintes segmentos: sociedade civil, egressos, discentes, docentes e técnico-administrativos.

O processo foi coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) nomeada pela Portaria R nº 514, de 13/05/2011. Foi amplamente divulgado, sendo a participação da comunidade voluntária e anônima, de acordo com os princípios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

A consulta perante a sociedade civil foi realizada em outubro de 2011 em Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas. Para esta finalidade foram instalados pontos de coleta em locais públicos, com a ajuda de voluntários, sendo os formulários preenchidos on-line utilizando netbooks conectados por internet móvel.

A avaliação institucional pelos egressos foi realizada durante o mês de novembro de 2011, sendo o convite e a coleta de dados totalmente efetuados por meio eletrônico.

Tabela 1 - Distribuição dos Participantes da Avaliação Institucional de acordo com cada segmento

Segmento	Participantes
Discentes	4460
Docentes	712
Téc. Administrativos	1018
Egressos	1446
Sociedade civil	3707
Total de participantes	11343

A coleta de dados com discentes, docentes e técnico-administrativos, foi realizada utilizando os portais de cada segmento, disponíveis na página da UFU, no período de novembro de 2011 a janeiro de 2012. Vale ressaltar que a coleta de dados foi executada tanto na sede em Uberlândia quanto nos *campi* em Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas.

Foram preenchidos 11.343 formulários de avaliação, o que demonstra o grande interesse da comunidade universitária e da sociedade civil pela Universidade Federal de Uberlândia. A participação de cada um dos segmentos pesquisados pode ser acompanhada na Tab. 1.

Em relação à comunidade universitária, formada pelos discentes, docentes e técnico-administrativos, a adesão foi bastante expressiva, conforme pode ser observado na Tab. 2, superando o tamanho da amostra mínima estabelecida para um grau de confiabilidade de 95%. Merece destaque a expressiva participação dos discentes de graduação e de pós-graduação, o que aponta para a credibilidade do processo. Percebe-se que a cultura de avaliação começa a ser instalada na instituição.

Tabela 2 - Universo da Pesquisa junto à Comunidade Universitária
para Avaliação Institucional

Segmento	Número Total*	Amostra Estatística	Número de participantes	% participação
Docentes	1625	311	712	43,80%
Discentes de Graduação	18189	377	4052	22,27%
Discentes de Pós-graduação	2487	333	408	16,40%
Técnico-Administrativos	3139	343	1018	32,43%

Dados referentes a novembro de 2011 (fonte: PROREH, DIADO e DIRAC)

As respostas obtidas na consulta a docentes, discentes, técnico-administrativos, egressos e sociedade civil foram tabuladas e apresentadas na forma de gráficos. A análise da autoavaliação pode ser acompanhada no Relatório da Autoavaliação da Universidade Federal de Uberlândia 2011, cadastrado no sistema e-MEC e disponível no site www.cpa.ufu.br.

II) ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS E SUGESTÕES RECEBIDAS

Conforme pode ser observado na Tab. 3, 2735 pessoas enviaram seus comentários, o que representou uma participação de 24,1% dos participantes da coleta de dados. Vale ressaltar que foram enviados um total de 3717 itens relacionados com diferentes setores. Em relação à avaliação institucional de 2010, quando foram recebidos 1447 itens, houve um acréscimo de 256%.

Tabela 3 - Participação da comunidade universitária inserindo comentários no formulário de avaliação institucional

SEGMENTO	Total de Participantes	Participantes que enviaram Comentários	Percentual	Total de itens enviados
Discentes	4460	1035	23,2%	1436
Docentes	712	155	21,7%	264
Téc. Adm.	1018	252	24,7%	348
Egressos	1446	389	26,9%	565
Sociedade civil	3707	904	24,3%	1104
Total	11343	2735	24,1%	3717

Todos os comentários recebidos foram lidos e analisados. A primeira providência foi separá-los por assuntos relacionados com os diversos setores da administração da universidade, conforme demonstrado nas Tabs. 4 e 5.

A distribuição do percentual de comentários recebidos pelos Discentes, Docentes e Técnico-Administrativos, referentes aos setores da administração universitária, é apresentada na Tab. 4.

Na Tab. 4 pode-se observar que 28,62% dos comentários enviados pelos Discentes são direcionados à PROGRAD, 35,99% dos comentários feitos pelos Docentes são relativos à Prefeitura de Campus e 27,01% das sugestões e críticas apresentadas pelos Técnico-administrativos são para a Pró-Reitoria de Recursos Humanos – PROREH. Esta distribuição das críticas e comentários foi similar a distribuição da

avaliação de 2010, em que estes setores também foram os mais citados pelos segmentos.

Tabela 4 - Distribuição do percentual de comentários recebidos referentes aos setores da administração universitária

Setor	Comentários Recebidos					
	Discentes	(%)	Docentes	(%)	Téc. Adm.	(%)
BIBLIOTECA	75	5,22	0	0	13	3,74
CPA	16	1,12	12	4,55	8	2,30
CTI	22	1,53	5	1,89	4	1,15
DIR. COMUNIC.	19	1,32	5	1,89	26	7,48
EAD	15	1,05	0	0	0	0
DIRPS	0	0	0	0	1	0,28
HC	3	0,21	0	0	41	11,78
OUVIDORIA	6	0,42	0	0	3	0,87
FAU	0	0	2	0,75	0	0
PREF. CAMPUS	349	24,30	95	35,99	55	15,80
PROEX	220	15,32	17	6,44	16	4,60
PROGRAD	411	28,62	24	9,09	0	0
PROPLAD	17	1,18	5	1,89	7	2,02
PROPP	50	3,48	24	9,09	14	4,02
PROREH	35	2,44	30	11,37	94	27,01
REITORIA	84	5,85	22	8,33	39	11,20
ELOGIOS	114	7,94	23	8,72	27	7,75
Total itens	1436		264		348	

A distribuição do percentual de comentários recebidos pelos Egressos e Sociedade Civil pode ser vista na Tab. 5. Neste caso, verifica-se que 27,97% dos comentários enviados pelos Egressos são direcionados à PROGRAD e 60,68% dos comentários feitos pela Sociedade Civil são solicitações de novos cursos de graduação.

Tabela 5 - Distribuição do percentual de comentários recebidos referentes aos setores da administração universitária

Setor	Comentários Recebidos			
	Egressos	(%)	Sociedade civil	(%)
BIBLIOTECA	4	0,70	0	0
CPA	7	1,25	0	0
CTI	0	0	1	0,9
EDUFU	2	0,35	0	0
DIR. COMUNICAÇÃO	105	18,58	140	12,68
HC	0	0	3	0,27
PREF. CAMPUS	30	5,31	62	5,62
PROEX	31	5,48	10	0,90
PROGRAD	158	27,97	109	9,87
PROPLAD	2	0,35	0	0
PROPP	107	18,95	8	0,72
PROREH	16	2,83	3	0,28
REITORIA	11	1,95	3	0,28
SOLICITAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	45	7,97	670	60,68
APONTAMENTOS DIVERSOS	13	2,30	45	4,08
ELOGIOS	34	6,01	50	4,53
Total itens	565		1104	

Os arquivos com os comentários recebidos foram encaminhados aos setores responsáveis, solicitando que fossem analisados. Assim, por meio deste diagnóstico, a administração superior pode orientar e regular as ações da universidade, visando à melhoria da qualidade da educação superior, o aumento de sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social.

Nas Tab. 6 a 12 são enumeradas as principais preocupações apresentadas pelos cinco segmentos que participaram da pesquisa, mostrando o percentual de demanda de cada item. Neste relatório são apresentados apenas os itens relacionados com a Reitoria, Prefeitura de Campus e Pró-Reitorias.

Foram tabulados apenas os itens citados com maior frequência, mas como mencionado anteriormente, todos os comentários e críticas recebidas foram encaminhadas para cada setor citado, para conhecimento e envio de respostas.

O Caderno de Respostas é divulgado por meio eletrônico, na página da CPA, para que toda a comunidade possa conhecer como seus comentários foram respondidos pelos setores responsáveis e quais ações pretende-se executar a partir das sugestões recebidas.

Tabela 6 - Distribuição dos comentários direcionados à Reitoria pelos diversos segmentos participantes da autoavaliação

	REITORIA		
	Segmento	Total itens	Total Geral (145)
Processo Democrático	Discentes (84)	47 (55,9%)	105 (72,4%)
	Docentes (22)	11 (50,0%)	
	Téc. Adm. (39)	33 (84,6%)	
	Egressos (11)	11 (100,0%)	
	Sociedade Civil (3)	3 (100,0%)	
Divulgação e Comunicação	Discentes (84)	25 (29,7%)	29 (20,0%)
	Docentes (22)	4 (18,1%)	
	Téc. Adm. (39)	0 (0,0%)	
	Egressos (11)	0 (0,0%)	
	Sociedade Civil (3)	0 (0,0%)	

Destaca-se que em relação à Reitoria, conforme pode ser visto na Tab. 6, os comentários mais freqüentes são relacionados com os procedimentos democráticos (72,4%) e os problemas na divulgação das informações (20,0%). Em relação à avaliação de 2010, nota-se um acentuado acréscimo das críticas relacionadas com o processo democrático no âmbito da universidade.

Os comentários dirigidos à Prefeitura de Campus, apresentados na Tab. 7, são relacionados principalmente com problemas de infra-estrutura (59,2%) e de segurança (8,4%). Ao se comparar com a avaliação de 2010 as críticas sobre a limpeza dos sanitários foram menos freqüentes (6,4%).

Tabela 7 - Distribuição dos comentários direcionados à Prefeitura de Campus pelos segmentos participantes da autoavaliação

	PREFEITURA DE CAMPUS		
	Segmento	Total itens	Total Geral (591)
Infra-estrutura	Discentes (349)	201 (57,6%)	350 (59,2%)
	Docentes (95)	47 (49,5%)	
	Téc. Adm. (55)	30 (54,5%)	
	Egressos (30)	21 (70,0%)	
	Sociedade Civil (62)	51 (82,2%)	
Segurança	Discentes (349)	32 (9,1%)	50 (8,4%)
	Docentes (95)	5 (5,2%)	
	Téc. Adm. (55)	5 (9,1%)	
	Egressos (30)	0 (0,0%)	
	Sociedade Civil (62)	8 (12,9%)	
Limpeza dos Sanitários	Discentes (349)	22 (6,3%)	38 (6,4%)
	Docentes (95)	10 (10,5%)	
	Téc. Adm. (55)	6 (10,9%)	
	Egressos (30)	0 (0,0%)	
	Sociedade Civil (62)	0 (0,0%)	

Na Tab. 8, que trata dos comentários enviados para PROGRAD, pode-se verificar que 38,4% das críticas feitas pelos estudantes é sobre os docentes, principalmente em relação às práticas didático-pedagógicas, resultado bastante similar à avaliação de 2010.

Quanto às críticas dos docentes, a maioria dos itens é sobre a atuação da PROGRAD (37,5%). Nota-se que não houve manifestação dos técnico-administrativos nestes itens.

Vale ressaltar que 77,8% dos comentários enviados pelos egressos são críticas aos cursos de graduação.

Tabela 8 - Distribuição dos comentários direcionados à PROGRAD pelos diversos setores da administração universitária

	PROGRAD		
	Segmento	Total itens	Total Geral (702)
As práticas didático-pedagógicas dos docentes	Discentes (411)	158 (38,4%)	166 (23,6%)
	Docentes (24)	7 (29,2%)	
	Téc. Adm. (0)	0 (0,0%)	
	Egressos (158)	0 (0,0%)	
	Sociedade Civil (109)	1 (0,9%)	
Críticas ao Curso de Graduação	Discentes (411)	0 (0,0%)	123 (17,5%)
	Docentes (24)	0 (0,0%)	
	Téc. Adm. (0)	0 (0,0%)	
	Egressos (158)	123 (77,8%)	
	Sociedade Civil (109)	0 (0,0%)	
Atuação da PROGRAD	Discentes (411)	110 (26,7%)	119 (16,9%)
	Docentes (24)	9 (37,5%)	
	Téc. Adm. (0)	0 (0,0%)	
	Egressos (158)	0 (0,0%)	
	Sociedade Civil (109)	0 (0,0%)	

Conforme mostrado na Tab. 9, nos comentários direcionados à PROREH, os técnico-administrativos se manifestaram principalmente em relação aos cursos de capacitação (44,7%), ressaltando que vários solicitaram o oferecimento de mestrados profissionalizantes.

O maior percentual das críticas dos discentes (48,5%) e dos egressos (37,5%) diz respeito à contratação de docentes, sugerindo maior rigor nas exigências dos concursos e melhor avaliação das práticas didático-pedagógicas dos docentes.

Na tab. 9 também pode ser verificado que os docentes, em sua maioria (50%), direcionam seus comentários para a Divisão de Apoio ao Docente (DIADO).

Tabela 9 - Distribuição dos comentários direcionados à PROREH pelos segmentos participantes da autoavaliação

	PROREH		
	Segmento	Total itens	Total Geral (178)
Cursos de Capacitação	Discentes (35)	9 (25,7%)	60 (33,7%)
	Docentes (30)	5 (16,7%)	
	Téc. Adm. (94)	42 (44,7%)	
	Egressos (16)	4 (25,0%)	
	Sociedade Civil (3)	0 (0,0%)	
Contratação de docentes	Discentes (35)	17 (48,5%)	26 (14,6%)
	Docentes (30)	0 (0,0%)	
	Téc. Adm. (94)	0 (0,0%)	
	Egressos (16)	6 (37,5%)	
	Sociedade Civil (3)	3 (100,0%)	
Divisão de Apoio ao Docente	Discentes (35)	0 (0,0%)	15 (8,4%)
	Docentes (30)	15 (50,0%)	
	Téc. Adm. (94)	0 (0,0%)	
	Egressos (16)	0 (0,0%)	
	Sociedade Civil (3)	0 (0,0%)	

A Tab. 10 apresenta os comentários mais freqüentes dirigidos à PROEX. Observe que 47,7% dos discentes escreveram sobre o Restaurante Universitário (RU), apresentando críticas principalmente relacionadas com as filas para acesso.

O maior percentual das críticas dos discentes (35,3%) é sobre atividades da Diretoria de Extensão e dos técnico-administrativos é sobre a Diretoria de Cultura (43,8%).

Deve-se observar que o número absoluto de sugestões enviadas por docentes, técnico-administrativos, egressos e sociedade civil para esta Pró-Reitoria foi pouco significativo.

Tabela 10 - Distribuição dos comentários direcionados à PROEX pelos segmentos participantes da autoavaliação

	PROEX		
	Segmento	Total itens	Total Geral (294)
Restaurante Universitário	Discentes (220)	105 (47,7%)	118 (40,1%)
	Docentes (17)	5 (29,4%)	
	Téc. Adm. (16)	5 (31,2%)	
	Egressos (31)	2 (6,4%)	
	Sociedade Civil (10)	1 (10,0%)	
Atividades da Diretoria de Cultura	Discentes (220)	42 (19,1%)	59 (20,0%)
	Docentes (17)	4 (23,5%)	
	Téc. Adm. (16)	7 (43,8%)	
	Egressos (31)	0 (0,0%)	
	Sociedade Civil (10)	6 (60,0%)	
Atividades da Diretoria de Extensão	Discentes (220)	35 (15,9%)	47 (16,0%)
	Docentes (17)	6 (35,3%)	
	Téc. Adm. (16)	4 (25,0%)	
	Egressos (31)	0 (0,0%)	
	Sociedade Civil (10)	2 (20,0%)	

Os comentários enviados para a PROPP, resumidos na Tab. 11, são na maioria (72,9%) a respeito das atividades da pós-graduação na instituição.

Um número expressivo de egressos critica o procedimento de distribuição de bolsas de pesquisa (33,6%), solicitando um maior incentivo a esses programas.

Tabela 11- Distribuição dos comentários direcionados à PROPP pelos segmentos participantes da autoavaliação

	PROPP		
	Segmento	Total itens	Total Geral (203)
Pós-Graduação	Discentes (50)	32 (64,0%)	148 (72,9%)
	Docentes (24)	24 (100,0%)	
	Téc. Adm. (14)	13 (92,8%)	
	Egressos (107)	71 (66,4%)	
	Sociedade Civil (8)	8 (100,0%)	
Incentivo aos programas de bolsas/pesquisas	Discentes (50)	6 (12,0%)	42 (20,7%)
	Docentes (24)	0 (0,0%)	
	Téc. Adm. (14)	0 (0,0%)	
	Egressos (107)	36 (33,6%)	
	Sociedade Civil (8)	0 (0,0%)	
Atividades de pesquisa	Discentes (50)	8 (16,0%)	8 (3,9%)
	Docentes (24)	0 (0,0%)	
	Téc. Adm. (14)	0 (0,0%)	
	Egressos (107)	0 (0,0%)	
	Sociedade Civil (8)	0 (0,0%)	

Tabela 12 - Distribuição dos comentários direcionados à PROPLAD pelos segmentos participantes da autoavaliação

	PROPLAD		
	Segmento	Total itens	Total Geral (31)
Distribuição de recursos	Discentes (17)	12 (70,6%)	20 (64,5%)
	Docentes (5)	0 (0,0%)	
	Téc. Adm. (7)	6 (85,7%)	
	Egressos (2)	2 (100,0%)	
	Sociedade Civil (0)	0 (0,0%)	
Apontamentos gerais	Discentes (17)	0 (0,0%)	4 (12,9%)
	Docentes (5)	4 (80,0%)	
	Téc. Adm. (7)	0 (0,0%)	
	Egressos (2)	0 (0,0%)	
	Sociedade Civil (0)	0 (0,0%)	

O número absoluto dos comentários encaminhados para a PROPLAD é muito pequeno (31 itens), conforme dados da Tab. 12. Merece destaque o fato de que 70,6% dos discentes tecem críticas relacionadas com a distribuição de recursos.

III) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos com os comentários recebidos foram encaminhados aos setores responsáveis, solicitando que fossem analisados. Pretende-se que a administração superior possa utilizar este diagnóstico para orientar e regular suas ações, visando à melhoria da qualidade da educação superior, o aumento de sua eficácia e o atendimento dos anseios da comunidade.

As manifestações de cada setor podem ser acompanhadas nos Anexo I e II. Pode-se observar, ainda, que foi realizada uma análise crítica dos comentários recebidos, por meio de uma reflexão detalhada sobre as dificuldades descritas. Assim, entendemos que a autoavaliação institucional, cumpre as funções inerentes a qualquer processo avaliativo de diagnosticar, orientar e regular as ações da universidade.

A Comissão Própria de Avaliação reafirma que a Avaliação Institucional é um processo contínuo por meio do qual a instituição adquire conhecimento sobre sua própria realidade. Assim, espera que a comunidade universitária continue participando deste processo e que este instrumento ajude na construção de uma melhor qualidade educativa e de maior relevância social.

Uberlândia, 25 de abril de 2012.

Comissão Própria de Avaliação

Universidade Federal de Uberlândia.

ANEXO I

MANIFESTAÇÃO DAS COORDENAÇÕES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2011
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

1. Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo

a) Questionamento a respeito das disciplinas Cálculo 1 e 2 para Arquitetura e Urbanismo: A coordenação do curso esclarece que estas disciplinas não fazem parte do projeto pedagógico do curso e não equivalem a Cálculo I e II, conforme foi mencionado. Destaca que tais disciplinas disponibilizam o conhecimento necessário para que o arquiteto possa desenvolver seus projetos. No projeto pedagógico antigo, mas que ainda está em vigência, tem-se a disciplina Cálculo e Analítica para Arquitetura (DDA21), com carga horária de 90 horas e o novo projeto pedagógico prevê a disciplina Matemática Aplicada à Arquitetura (GAU029), com carga horária de 60 horas. Os conteúdos da disciplina do novo projeto pedagógico encontram-se no site www.faued.ufu.br e demonstra um mínimo de conhecimento que um arquiteto precisa para desenvolver seus projetos de arquitetura, considerando que além dessa disciplina precisa cursar outras que envolvem o cálculo estrutural (disciplinas do curso de Engenharia Civil).

b) O período integral do Curso de Arquitetura e Urbanismo representa uma forma de exclusão dos alunos de baixa renda: Segundo a coordenação, o curso é período integral e não pode ser diferente, pois a carga horária total do curso é de 3.960 horas e o tempo ideal para cursá-lo é de cinco anos. Aos alunos de baixa renda, existe a possibilidade de conseguirem bolsas da PROEX, tais como: bolsa moradia, bolsa alimentação e bolsa transporte. Além disso, muitos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo estudam e trabalham, dentro de suas possibilidades. Por isso, prolongam seu tempo de atividades para seis, sete ou até oito anos dentro do curso.

c) As disciplinas do curso não preparam os alunos para o mercado de trabalho e não existe um programa de estágio obrigatório: Analisando os comentários, a coordenação manifesta que voltar o foco do curso para o mercado de trabalho não atende ao objetivo de formar arquitetos e cidadãos. O mercado de trabalho, por si só, não fomenta uma discussão sobre qualidade das edificações e qualidade de vida

nas cidades. O curso de Arquitetura e Urbanismo tem um compromisso social voltado para a população brasileira e a qualidade de vida nas cidades e nas edificações, o que envolve muito mais que a discussão sobre mercado de trabalho. Em relação ao estágio obrigatório, no novo projeto pedagógico do curso, em regime semestral, está previsto dois semestres com estágio supervisionado. No projeto pedagógico anterior, mas ainda vigente, existe uma disciplina chamada Prática Profissional, na qual se discute e se desenvolve temas relacionados à vida profissional do futuro arquiteto e as experiências relacionadas à prática da profissão.

2. Curso de Graduação em Ciência da Computação

a) Estudo mais aprofundado sobre as metodologias de ensino e avaliação do Curso de Graduação em Ciência da Computação, a fim de identificar eventuais desvios do corpo discente, uma vez que os níveis de desistência são altíssimos: A coordenação informa que, juntamente com a Diretoria da Faculdade de Computação (FACOM), tem sistematicamente discutido junto ao Colegiado de Curso e ao Conselho da Unidade os problemas de evasão e de represamento em algumas disciplinas. No último semestre, a coordenação de curso realizou uma reunião didático-pedagógica com os professores da unidade com o intuito de levantar problemas, analisar e tentar achar possíveis soluções e ações a serem tomadas. Outra ação realizada pela coordenação foi a identificação de disciplinas que são mais difíceis, com o objetivo de definir um aluno monitor, que apoia os alunos da turma. Juntamente com esta ação, o grupo PET da Computação tem atuado em aulas de revisão para estas disciplinas mais problemáticas para apoio aos alunos antes das avaliações.

b) Deveria haver maior estímulo para aproximar cursos de diferentes áreas na UFU, pois existem projetos que podem ser trabalhados em conjunto: A coordenação esclarece que esta aproximação em diferentes cursos existe no âmbito de projetos de iniciação científica e de pesquisa desenvolvidos por professores, ou dentro do Programa de Pós-graduação *strict-sensu* (Mestrado e Doutorado).

c) Algumas vezes, faltam materiais didáticos no Curso de Graduação em Ciência da Computação: Conforme aponta a coordenação, o curso passou por uma reforma curricular em 2010, e foi realizado um amplo trabalho de atualização de bibliografias básicas e complementares. A cada semestre, a coordenação solicita aos docentes que, através do sistema da biblioteca, façam atualização da bibliografia e pedidos de novos livros. Atualmente, a biblioteca da UFU possui um amplo acervo bibliográfico na área de Ciência da Computação, e a cada início de semestre a coordenação solicita que os docentes apresentem em sala de aula quais serão as bibliografias que serão trabalhadas. Aliado a isto, vários professores da

Ciência da Computação disponibilizam ainda para os alunos suas notas de aula como guia de estudos dos alunos.

3. Curso de Graduação em Ciências Biológicas - Campus Uberlândia

a) As disciplinas optativas são voltadas à área de meio ambiente e biodiversidade: A coordenação esclarece que, em relação às disciplinas optativas estarem mais relacionadas com a área ambiental e biodiversidade, há um esforço de ampliar o quadro de optativas, sendo que atualmente são 52 disciplinas optativas para o Bacharelado e está em processo a entrada de mais seis optativas. O curso está passando por uma Reforma Curricular, e no Novo Projeto Pedagógico será garantido que o estudante que cursar qualquer disciplina no âmbito da UFU, se aprovado pelo Colegiado do Curso, poderá convalidá-la como disciplina optativa do Curso de Graduação em Ciências Biológicas.

b) O Curso de Graduação em Ciências Biológicas deveria aproximar mais o aluno que está prestes a se formar com o mercado de trabalho: A coordenação informa que a reforma curricular em andamento prevê um contato maior do bacharel com o campo de trabalho, já que está inserido no currículo o Estágio Profissionalizante Supervisionado para o Bacharelado. No momento, estão sendo divulgadas para os alunos do curso as oportunidades de realização de Estágio não obrigatório em diversos setores do campo de atuação do biólogo.

c) Os alunos do curso noturno são prejudicados, pois não há disponibilização das informações e contato com outros professores de conhecimento mais amplo, como acontece no curso integral: Diante deste comentário, a coordenação manifesta que, com relação ao curso noturno implantado em 2009, há um cuidado em selecionar os professores que ministram aulas na UFU há mais de vinte anos no curso noturno, primando pela manutenção da qualidade do Curso de Graduação em Ciências Biológicas, independente do turno. Além disso, nos últimos anos, as monitorias remuneradas sempre foram oferecidas para o curso noturno. Neste ano (2012), dentre os vários projetos submetidos ao Edital da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), os recursos foram direcionados para a melhoria do ensino noturno.

4. Curso de Graduação em Ciências Contábeis - Campus Pontal

A coordenação informa que, para as críticas e sugestões levantadas em relação ao nível dos docentes, a solução a ser implementada é a qualificação do corpo docente ao doutoramento, já que 80% dos docentes são mestres. Em relação à aproximação da teoria e prática existem no curso vários projetos que trabalham com a prática (Núcleo de Empreendedorismo do Pontal, jogos de empresas, trabalhos interdisciplinares) e ainda há a Empresa Júnior Inovar. Entretanto, devido ao curso ser noturno e a grande maioria dos alunos trabalharem no período integral tem-se, às vezes, dificuldade para encontrar orientandos, mesmo quando bolsistas. A solução planejada é aumentar a carga horária prática em várias disciplinas, e isto está em estudo junto ao Núcleo Docente Estruturante (NDE).

5. Curso de Graduação em Ciências Econômicas

a) O índice de desistência do Curso de Graduação em Ciências Econômicas é altíssimo. Por isso, é necessário que a coordenação verifique as possíveis causas (método de ensino, normas de graduação, etc.): A coordenação reconhece que o curso é bastante difícil, uma vez que reúne disciplinas de métodos quantitativos com disciplinas das diversas áreas das ciências humanas e, por fim, estas duas frentes se reúnem para dar vazão à teoria econômica (ciência econômica). Esta complexidade justifica as taxas de evasão apresentadas historicamente no curso (algo em torno de 10 a 15% das vagas oferecidas). Os métodos de reparo utilizados são de duas frentes, quais sejam: a) quanto à permanência: esclarecimento aos alunos sobre a dificuldade do curso e oferecimento de meios para que possam se manter no curso face às dificuldades que surgirem; b) quanto à ocupação de vagas ociosas: integração aos esforços da Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS) na busca pela ocupação das vagas ociosas. Neste quesito, principalmente no processo seletivo de Portadores de Diploma de Curso Superior, há a obtenção de êxito em ocupar essas vagas.

b) O Curso de Graduação em Ciências Econômicas deveria ensinar mais sobre gestão financeira e economia familiar: Analisando este comentário, a coordenação esclarece que todo curso exprime uma determinada visão de mundo, comungada por parte de seus quadros, ainda mais em Instituições com decisões colegiadas, como é o caso de nossa Instituição. Não por menos, um curso é, na verdade, expressão de um determinado Projeto Político Pedagógico. Em específico, o Conselho do Instituto de Economia definiu um determinado perfil ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, objetivando alcançar um tipo de egresso. Neste particular, não se decidiu como interessante a este perfil obrigá-lo ao estágio ou colocá-lo ao aprendizado de gestão financeira. Que se compreenda, sobretudo, que isto não é um impedimento ao aluno fazer qualquer uma destas atividades. Ele pode fazer estágio não-obrigatório, tanto quanto pode cursar gestão financeira como disciplina eletiva nos cursos da UFU que a ofereçam. O mesmo argumento pode valer para o caso de economia familiar. Qualquer interessado em estudá-la pode

buscar orientação com os docentes do curso e desenvolver grupos de estudo ou pesquisas na área. Considerar a oferta de uma disciplina sobre economia familiar não pode vir ao caso do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFU, pois sequer é o referido tema considerado uma disciplina autônoma da ciência econômica.

c) O ingressante entra para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas esperando algo que o curso não é: A coordenação considera que não se pode criar, o tempo todo, ações de marketing para apresentar a um possível candidato no ensino médio o que é a ciência econômica. É papel dele buscar o meio para entender o que é o curso e a coordenação está sempre disposta a dar resposta, apresentando o curso. Não por menos, a coordenação realiza as seguintes atividades: a) participa das feiras de apresentação do curso que foram realizadas nos últimos anos; b) permite a alunos do ensino médio assistir alguma aula como ouvinte, após combinação com o professor responsável pela disciplina; c) atende, no corpo da Coordenação e da Direção, àqueles que procuram informações; d) confecciona e distribui panfletos ilustrativos; e) participa de reportagens e entrevistas em vários canais de mídia, sempre com apresentação enquanto professores do Instituto de Economia da UFU. Ou seja, a coordenação dá a chance aos possíveis candidatos em conhecerem o curso. Mais do que isso, é, sem sombra de dúvidas, por um lado, fazer mais do que a coordenação pode. Por outro, oferecer ao candidato, ao jovem em idade de responsabilização, a chance de se tornar maduro e buscar por si só os seus caminhos.

d) Alguns professores não se importam com o aprendizado dos alunos, não explicam os conteúdos de forma clara e não aplicam avaliações condizentes ao ensino superior: A coordenação entende que professores com didática insuficiente é uma avaliação de declarada subjetividade. Para que se registre, a coordenação realiza avaliações docentes em todos os semestres, ainda durante o período vigente (e não no subsequente) e remete o resultado das avaliações aos professores, para que eles tenham condições de apreender as suas evoluções nas disciplinas sob suas responsabilidades. O coordenador do curso está atento às

avaliações ruins que sobrevenham com constância, mas busca sempre ser razoável, apurando além das informações quantitativas ofertadas pelo instrumento de avaliação.

e) O Curso de Graduação em Ciências Econômicas se destaca na diversidade de teorias, o que contribui para aumentar a capacidade de análise e possibilita diferentes visões sobre um mesmo assunto: A coordenação do curso destaca que sempre houve a preocupação em permitir o acesso do aluno ao maior contingente possível de teorias dentro da ciência econômica. Prova disto é o plural do nome do curso: Ciências Econômicas. Em 2010, instaurou-se um novo Projeto Político Pedagógico que ampliou ainda mais o leque de conteúdo apresentado ao aluno. Contudo, é preciso reiterar que qualquer curso exprime uma determinação percebida colegiadamente decidida, daí o adjetivo Político no Projeto de Curso. Então, uma visão ser mais apresentada que outra é algo, neste bojo, normal, embora isto não queira dizer que as visões concorrentes sejam negligenciadas. Pelo contrário, elas são bem apresentadas, conforme apontam os comentários elogiosos.

6. Curso de Graduação em Direito

a) Com a mudança curricular, a carga horária é pequena para o conteúdo a ser aplicado: A coordenação informa que o assunto será encaminhado para acompanhamento pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), quanto à verificação da compatibilidade carga horária x conteúdo.

b) Professores que não aparecem no início do semestre e que faltam frequentemente às aulas: Segundo a coordenação, os professores que não iniciaram o ano de 2011 não pertenciam ao quadro da Faculdade de Direito (FADIR). Portanto, eram de responsabilidade de outras Unidades Acadêmicas. Apesar disso, a cobrança por parte da coordenação foi diária. Em relação às faltas, os professores estão sendo comunicados diariamente quanto aos prejuízos provocados pelas mesmas.

c) O estágio no Escritório de Assessoria Popular (ESAJUSP) deveria ser obrigatório: A coordenação aponta que há um desconhecimento, por parte do discente, do novo Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito, visto que já existe a obrigatoriedade de estágio no ESAJUSP desde o início de 2011.

d) Falta de motivação por parte dos professores que ministram aulas no curso em regime anual, em comparação ao currículo antigo, com regime semestral: A coordenação considera que a falta de motivação dos professores independe dos mesmos ministrarem aulas no currículo antigo ou no novo. Os alunos no currículo anual se sentem prejudicados demais e acreditam que todos os problemas somente acontecem com eles. Essa falta de motivação dos professores tem sido motivo de reuniões entre a coordenadora e alguns professores. A coordenação reconhece que o problema não é de fácil solução, mas, tem procurado conversar com os docentes. Assim, já foi solicitado à direção que alguns professores mudem as disciplinas a

serem ministradas em 2012, na tentativa de que isso contribua para uma melhoria no trabalho do professor.

e) Os professores da Faculdade de Direito são obsoletos, ultrapassados e com conhecimento teórico engessado: Conforme opinião da coordenação, o aluno reclama com total falta de conhecimento. A grande maioria dos professores são recém-doutores e jovens. Existem alguns professores mais antigos, dos quais os alunos reclamam e com os quais é mantido diálogo constante, a fim de verificar o que pode ser feito para melhorar o problema. Porém, generalizar o fato, torna impossível o levantamento de quem é obsoleto. Além do mais, a Faculdade de Direito está se empenhando para buscar o doutoramento de todos os professores que possuem somente mestrado.

f) Descomprometimento dos docentes da disciplina Direito Empresarial I: A coordenação destaca que a disciplina é oferecida para outro curso e não há como a coordenação saber de qual curso se trata ou a qual professor a crítica se refira.

g) Professores desatualizados, que não preparam o aluno para a vida fora da faculdade. Sugestão de maior otimização do tempo, com novas disciplinas na grade horária semestral: A coordenação considera que a mudança do Projeto Pedagógico do curso traz grandes oportunidades de mudanças. Mas, a questão não está somente no conteúdo programático, mas sim na forma como esse conteúdo é transmitido. Esse sempre foi motivo de preocupação da coordenação, que tem procurado se reunir mais com os docentes para aprofundar esta discussão.

h) Professores desmotivados e descompromissados, tornando-se perceptível no resultado dos últimos exames da prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): Analisando os comentários, a diretoria reitera que o aluno desconhece totalmente a realidade. A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia está crescendo no exame da OAB, sendo a única da cidade e uma das poucas do Brasil que possuiu o selo OAB RECOMENDA. Além disso, está 22º lugar,

em um ranking de mais de 1.100 faculdades de Direito do Brasil. Há possibilidade de crescimento e a coordenação está lutando por isso. Porém, o aluno precisa se informar melhor antes de reclamar.

i) Problemas relacionados à didática dos professores e falta de assiduidade no cumprimento das horas/aulas determinadas pelo calendário acadêmico: A coordenação reconhece que esse problema é realmente sério. Tem tentado o diálogo e a realização de atividades, visando melhorar a didática. Entretanto, acredita que os cursos deveriam ser obrigatórios, como uma forma de reciclagem para todos os docentes, visto que, na maior parte dos cursos da UFU, os professores não receberam qualquer formação pedagógica. A coordenação irá dialogar com a comunidade acadêmica para buscar soluções.

j) Poucas aulas práticas, refletindo no despreparo para o mercado de trabalho, principalmente na área tributária: A coordenação informa que o curso está em mudança curricular e o novo currículo tem uma diferenciação em relação ao estágio do aluno, com a obrigatoriedade, inclusive, de se fazer estágio na assistência judiciária. Entretanto, nenhum dos dois currículos trata da prática tributária. Esse fato deverá ser levado, com urgência para o Núcleo Docente Estruturante (NDE).

k) Falta de professores capacitados e comprometidos, que se preocupam com o aprendizado dos alunos: A coordenação reitera o que já foi apontado antes: a crítica à generalização. Ressalta que existem professores comprometidos na Faculdade de Direito. Segundo a coordenação, seria mais fácil se houvesse a possibilidade de tratar pontualmente cada caso.

l) Até o segundo ano do Curso de Graduação em Direito, há um descompromisso por parte dos docentes, o que chega a ser vergonhoso em determinados momentos: Analisando o comentário, a coordenação manifesta que se caracteriza no mesmo caso de generalização. Informa que o fato será levado ao

conhecimento da Diretoria do Curso e serão marcadas reuniões com professores de cada ano, a fim de tentar diagnosticar o fato com mais clareza.

m) Implantação do Programa Especial de Treinamento (PET) no Curso de Direito: Conforme a coordenação, a solicitação será levada à próxima reunião do Conselho da Faculdade de Direito (CONFADIR). O objetivo é tentar montar uma comissão para estudar essa reivindicação dos alunos, que já é antiga.

n) As conquistas alcançadas não dependeram quase nada da formação acadêmica oferecida pelo curso e são creditadas ao esforço próprio, visto que não há apoio da direção/coordenação para atividades de pesquisa e extensão: A partir da análise do comentário, a coordenação responde que somente um diagnóstico mais rígido para descobrir o “tudo errado” de que fala o aluno. Esse não é o pensamento de todos. Existem problemas sim, mas tem muita coisa correndo corretamente, muita pesquisa, extensão e professores interessados. Porém, alguns somente enxergam o que existe de errado. Não acredito que o curso esteja crescendo na aprovação da OAB e aumentando o número de alunos em iniciação científica somente com créditos a alunos autodidatas.

o) Ausência de compromisso do corpo docente, já que alguns professores apenas prejudicam a imagem da instituição: A coordenação ressalta que o ponto já foi comentado anteriormente e será repassado à Direção do Curso.

p) O curso precisa formar profissionais melhores e, por isso, deve exigir notas mais altas e ser mais rígido, como ocorre nos cursos de Engenharia: A coordenação observa que gostou da cobrança do aluno. Acredita que nem todos os colegas do curso irão gostar desta ideia. Quando se faz qualquer processo seletivo, monitoria, por exemplo, e se exige média acima de 80 pontos, os alunos criticam e dizem que nota alta não quer dizer nada, pois existem alunos com notas baixas e que são excelentes alunos. Porém, a coordenação considera que cobranças medíocres, assim como aulas medíocres, não levarão ninguém a lugar nenhum.

q) O momento atual da Universidade Federal de Uberlândia, principalmente do Curso de Graduação em Direito, é bem melhor do que à época em que estudou na instituição: A coordenação do curso agradece o elogio.

r) Realização de encontros de profissionais formados para discutir novas possibilidades de atuação relacionadas com o tema da adoção. Integração das áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social: Analisando os comentários, a coordenação pondera que se trata do pedido de um trabalho interdisciplinar, voltado ao interesse de um aluno específico. A coordenação esclarece que precisa de mais tempo para trabalhar a solicitação e tentar encontrar uma solução.

s) Melhoria do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia: A coordenação informa que essa é sua vontade e seu trabalho. Destaca que estão sendo implantados 10 (dez) projetos de melhoria do ensino.

t) Melhor estruturação do Curso de Direito, principalmente em relação a professores: A Coordenação ressalta que a Faculdade de Direito (FADIR) está trabalhando na qualificação de seu corpo docente.

Em suma, a coordenação considera que a maioria das reclamações gira em torno da falta de compromisso de alguns professores. Esclarece que tentará se reunir com professores e alunos com maior frequência, na perspectiva de realizar um diagnóstico menos geral e mais específico. A partir da detecção dos maiores problemas, acredita que poderá buscar uma solução.

A coordenação destaca que a Faculdade de Direito (FADIR) está melhorando e crescendo. Tem recebido muitos elogios externos, mas observa certo descontentamento interno, fato que não é nada gratificante, provocando a sensação de que nada do trabalho está dando certo. Neste sentido, irá unir forças com a Direção da FADIR para tentar diminuir esses problemas, até que eles deixem de existir.

A coordenação reitera uma afirmação: há professores comprometidos, pesquisadores e interessados. Porém, um pequeno grupo parece que se destaca nas atitudes erradas. Dessa maneira, a coordenação espera poder contar com o apoio dos alunos para levantar os nomes dos professores que mais precisam da atenção da mesma.

7. Curso de Graduação em Educação Física

a) Grade horária do curso confusa: A coordenação esclarece que o currículo do curso contempla duas modalidades: Licenciatura e Bacharelado, as quais são oferecidas em um período mínimo de 4,5 anos. Desta forma, o discente deve cumprir 4310 horas, incluindo as atividades obrigatórias, optativas e complementares.

b) Método de ensino “fechado” por parte de alguns docentes: A coordenação destaca que todas as atividades de ensino são monitoradas, por meio da aprovação dos planos de ensino pelo colegiado de curso, no início de cada semestre letivo. Tais planos são discutidos com os discentes no início das aulas e, posteriormente, enviados ao colegiado.

c) Falta de infraestrutura: A coordenação reconhece que o curso ocupa um setor antigo do espaço físico da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), principalmente para as aulas teóricas. Devido a isso, algumas vezes, é necessário realizar adaptações. Por outro lado, o curso conta com uma das melhores infraestruturas do país para a realização das aulas práticas, nas diferentes modalidades de esporte.

d) Funcionários (as) da secretaria do Curso de Graduação em Educação Física ausentes e que, algumas vezes, não solucionam os problemas dos discentes:

A coordenação ressalta que está trabalhando para atingir uma excelência no atendimento e, assim, resolver todos os problemas acadêmicos possíveis dos discentes. Indubitavelmente, não consegue atender a todas as solicitações, visto que algumas dependem do setor de atendimento aos alunos, nos campi Santa Mônica e Umuarama. Com a implantação do sistema online pelo Centro de Tecnologia da Informação (CTI) e Diretoria de Administração e Controle Acadêmico (DIRAC), o discente pode fazer as solicitações em terminal disponibilizado no campus Educação Física, não necessitando se deslocar entre os campi, possuindo,

portanto, maior agilidade. Em relação ao horário de atendimento na secretaria, a Coordenação do curso esclarece que, no início do semestre letivo, há a divulgação de um quadro de horários, com a agenda do coordenador e do secretário. Dessa forma, os discentes podem se organizar melhor dentre as demais atividades do curso.

e) Implantação de chuveiros aquecidos na Educação Física e melhoria do acesso às piscinas: A coordenação informa que tais solicitações não estão no âmbito de sua atuação. Em sua manifestação, a diretoria do curso destacou que, por diversas vezes, foram colocados chuveiros quentes nos vestiários, para uso da comunidade interna e externa. Infelizmente, a grande maioria é furtada dos locais, bem como papeleiras, etc. Ainda assim, são mantidos dois chuveiros quentes em cada vestiário (masculino e feminino).

f) Acompanhamento dos exercícios do Programa de Atividade Física para Terceira Idade (AFRID), por parte dos alunos e professores do curso: A coordenação destaca que tais solicitações não estão no âmbito de sua atuação. Diante desse comentário, a diretoria do curso informou que as atividades do AFRID são acompanhadas por professores e monitores durante suas realizações. Cumpre salientar que várias atividades acontecem no mesmo horário, em locais separados dentro do Campus Educação Física.

g) O curso de Graduação em Educação Física é integral e as aulas são muito fragmentadas, impossibilitando os alunos de trabalharem: A coordenação reitera que os discentes têm que cumprir 4310 horas para integralizar o curso em duas modalidades (Licenciatura e Bacharelado). Essa carga horária é distribuída em dois períodos - matutino e vespertino - devido à característica do curso. Tal distribuição é necessária em função de alguns fatores, tais como: algumas escolas das redes municipal e/ou estadual não oferecem turmas para estágios obrigatórios em todos os períodos e/ou horários; choque de horários dos docentes; o espaço físico disponível para as atividades teóricas tem que ser compartilhado com o Curso

de Graduação em Fisioterapia, o qual pertence à mesma Unidade Acadêmica; os docentes não participam apenas das atividades de ensino, mas também de atividades de pesquisa e extensão. Outro fator apontado é que a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) divulga que o curso é integral e o candidato que concorre à vaga é consciente desse aspecto, pois pode ter acesso à grade curricular antes mesmo de ingressar no curso.

8. Curso de Graduação em Enfermagem

a) Maior respeito da Coordenação do Curso de Graduação em Enfermagem em relação a alguns alunos que têm sofrido “bullying” por parte de outros colegas:

A coordenação esclarece que o único caso de “bullying” relatado foi ouvido e as providências e medidas necessárias foram tomadas imediatamente. Caso tenha ocorrido outros casos, os mesmos não foram levados à coordenação. Portanto, não se pode exigir respeito daquilo que é desconhecido.

b) O Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Uberlândia está em um nível muito inferior em comparação a outras instituições federais:

A coordenação destaca que há três anos consecutivos, o Curso de Enfermagem está recebendo nota 4 (quatro) na avaliação do Guia do Estudante, da Editora Abril. Além disso, recebeu conceito 4 (quatro) no Exame Nacional de Desempenho de Estudante (ENADE) de 2007 e, no ano de 2010, foi avaliado com conceito 3 (três). Reconhece que ainda não alcançaram o conceito máximo, que é 5 (cinco), mas está se esforçando junto ao corpo docente e comunidade acadêmica para que isso ocorra.

9. Curso de Graduação em Engenharia Civil

A Coordenação do Curso de Graduação em Engenharia Civil esclarece que o curso possui, aproximadamente, 500 (quinhentos) alunos e apenas 6 (seis) manifestações foram enviadas. Assim, considera que nada indica que as seis críticas resultem em problemas, pois este número de críticas não é representativo do universo total de alunos do curso. Informa que as sugestões apresentadas na avaliação serão levadas ao conhecimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso para propostas de providências e exequibilidade.

a) O índice de desistência do Curso de Graduação em Engenharia Civil é altíssimo. Por isso, é necessário que a coordenação verifique as possíveis causas (método de ensino, normas de graduação, etc.): Analisando este comentário, a coordenação manifesta que esta crítica não procede. A desistência é normal, pois um curso das áreas de engenharias não é fácil. Algumas desistências são de alunos transferidos de outras instituições, principalmente, particulares, cujo processo de ingresso na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) é mais fácil que o ingresso tradicional pelo vestibular e o exame de seleção normalmente não seleciona somente bons candidatos.

b) No Curso de Graduação em Engenharia Civil o aluno é o último a ser considerado e suas necessidades não são levadas em conta: A coordenação considera que esta crítica não é verdade e destaca que há um Colegiado de Curso, no qual os discentes têm um representante que participa das reuniões onde são tratados assuntos relacionados aos discentes.

c) O Curso de Graduação em Engenharia Civil não promove adequadamente o ensino de ferramentas computacionais importantes no mercado de trabalho, como Autocad, Excel e MsProject: Segundo a coordenação, a função de um curso de engenharia não é ensinar ao discente como usar programas computacionais básicos, como planilha eletrônica (Excel). Nos dias de hoje, qualquer aluno do

ensino médio sabe usar uma planilha eletrônica. Além disso, os alunos do Programa de Educação Tutorial (PET) da Engenharia Civil oferecem cursos computacionais extraclasse aos discentes interessados.

d) Nenhum aluno do Curso de Graduação em Engenharia Civil participa oficialmente das obras que existiram e ainda existem nos campi da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Assim, se desperdiça a oportunidade ímpar de conhecimento para os discentes: De acordo com informação da coordenação, há vários registros de alunos que fizeram e fazem estágio obrigatório nas obras dos campi.

e) O Curso de Graduação em Engenharia Civil deveria ser um pouco mais voltado à prática, com maior integração entre as várias disciplinas da mesma área: A Coordenação salienta que o Projeto Pedagógico do Curso é atual, pois data de 2008 e foi reformulado em 2011. Com base em outros projetos pedagógicos de cursos de engenharia no Brasil, o Colegiado acredita que a quantidade de componentes práticos é ideal. Além disso, há 4 (quatro) componentes curriculares de integração de conteúdos, que são interdisciplinares, onde o discente aprende a realizar trabalhos que apliquem conhecimentos adquiridos em componentes curriculares já cursados e que podem correlacionar várias áreas do conhecimento.

10. Curso de Graduação em Engenharia Elétrica

a) Necessidade de maior preocupação, por parte da Coordenação do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica, com a ênfase em telecomunicações. Devido à pequena quantidade de alunos, não há a devida atenção ao curso, como nas demais ênfases, em que a quantidade de alunos é consideravelmente superior: A coordenação informa que, para resolver este problema, a Faculdade de Engenharia Elétrica (FEELT) está criando o Curso de Graduação de Controle e Automação, com 15 vagas; Curso de Graduação de Eletrônica e Telecomunicação, com 15 vagas; Curso de Graduação em Engenharia Elétrica, com 20 vagas; e Curso de Graduação em Engenharia da Computação, com 15 vagas. Cada certificado de estudos apresenta necessidades específicas (particularidades) que são difíceis de serem sanadas por apenas um coordenador de curso e um colegiado. Neste sentido, a criação dos cursos em substituição aos certificados irá permitir que um grupo de pessoas (coordenador de curso, colegiado, Núcleo Docente Estruturante - NDE, representantes discentes) possam debater assuntos pertinentes a cada curso, que, inevitavelmente, contribuirá para melhoria do ensino.

b) Não há uma forma de cobrar resultados dos docentes do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica. Muitas vezes, a falta de envolvimento de alguns profissionais prejudica a qualidade do ensino e maior envolvimento dos discentes, uma vez que professores pouco envolvidos passam a sensação de que o estudante também não deve se envolver: A coordenação considera que a criação de novos cursos irá melhorar a cobrança de resultados por parte dos docentes, porque, atualmente, existem quatro certificados atendidos por uma única coordenação. Ao se criar novas coordenações, isto é, uma coordenação para cada curso, o acúmulo de atividades que, atualmente, recaem sobre apenas uma coordenação será minimizada. Isto ocorrerá porque a concepção dos cursos em substituição aos certificados de estudos implicará, obrigatoriamente, na criação de 4 (quatro) colegiados, 4 (quatro) Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs, 4 (quatro) coordenadores de curso, 4 (quatro) coordenadores de estágio e assim por diante.

Isso fará com que grande parte do corpo docente da Faculdade de Engenharia Elétrica (FEELT) esteja envolvida em alguma atividade administrativa a serviço do curso e de corpo discente.

c) Poderia mudar a cultura de avaliação do nível de aprendizado, pois atualmente é muito voltada para o desempenho do ponto de vista quantitativo, avaliando-se prioritariamente as notas obtidas em provas. O papel de um curso superior é formar profissionais: A coordenação destaca que, com a criação dos Cursos de Graduação em Controle e Automação, em Eletrônica e Telecomunicação, em Engenharia Elétrica e em Engenharia da Computação serão criadas novas disciplinas específicas para cada curso e novos laboratórios que irão contribuir para a formação dos discentes.

d) Deveria realizar campanhas voltadas para o alcoolismo e tabagismo, problemas sociais muito evidentes dentro da universidade: Segundo a coordenação, todo semestre, na disciplina de Introdução a Engenharia Elétrica, é realizada uma palestra sobre prevenção contra as drogas.

e) No Curso de Graduação em Engenharia Elétrica, poderia haver mais suporte aos discentes com relação ao estágio obrigatório: A coordenação esclarece que os novos cursos irão criar a figura do Coordenador de Estágio, que possuirá as seguintes atribuições e competências:

- I. Coordenar as atividades dos discentes em Estágio Obrigatório e Estágio não Obrigatório;
- II. Realizar o agenciamento de estágio junto às empresas locais e nacionais;
- III. Participar de reuniões com empresas conveniadas;
- IV. Prestar atendimento integral aos discentes do curso (períodos letivos e férias);
- V. Elaborar um cadastro dos discentes em Estágio Obrigatório contendo informações que facilitem o contato, tais como telefone, e-mail, outros;

- VI. Apresentar aos discentes as empresas conveniadas e suas áreas de atuação, auxiliando-os na escolha de seu estágio;
- VII. Analisar o plano de estágio proposto e sua validação inicial como Estágio Obrigatório;
- VIII. Indicar um professor orientador acadêmico;
- IX. Orientar o discente durante o estágio, em assuntos relativos ao processo administrativo da atividade.
- X. Definir a sistemática de avaliação das funções exercidas pelo estagiário.
- XI. Validar a pontuação do discente na Atividade Complementar de Estágio não Obrigatório.
- XII. Implementar a situação final do discente, que poderá ser aprovado ou reprovado.

11. Curso de Graduação em Engenharia Mecatrônica

A coordenação do Curso de Graduação em Engenharia Mecatrônica destaca que uma avaliação deve ser entendida como um objeto de melhoria daquilo que existe e não como um meio de “condenar” e/ou “punir” o avaliado. Neste sentido, é que as críticas/comentários apresentados ao Curso de Graduação em Engenharia Mecatrônica foram respondidos.

Para isso, a coordenação considera que se deve, inicialmente, esclarecer alguns aspectos sobre a atuação do engenheiro atual e apresentar o que é a Engenharia Mecatrônica para, posteriormente, responder as críticas/comentários específicos ao curso.

A formação antiga de um engenheiro previa uma formação estritamente técnica na sua área de atuação. Assim, embora permitisse uma constituição sólida em uma área específica, passou a receber diversas críticas pela sua debilidade na formação do cidadão e a deficiência da habilidade do profissional em lidar com outras áreas.

Nesse tipo de formação, o professor é considerado como possuidor “do dom do saber” e que deve “transmitir o conhecimento” ao aluno que é considerado como um receptor passivo do conhecimento, sendo considerado como “um ser” que necessita “ser adestrado” em uma área do saber, existindo a necessidade de uma grande quantidade de aulas presenciais, e que a escola tem a função de “treinar” indivíduos para habilitá-los a certas tarefas (ver mais detalhes em: BAZZO, W. A.; PEREIRA, L. T. V.; LINSINGEN, I. V. **Educação Tecnológica: Enfoques para o Ensino de Engenharia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000).

O engenheiro atual deve ter uma formação horizontal, com conhecimentos que lhe permita “conversar” com todas as áreas do saber. O professor passa a ter a função de “orientador” no seu domínio de conhecimento e o aluno tem uma participação ativa no processo de aprendizagem. É o “fazer para aprender”. Neste tipo de aprendizagem é necessário um número reduzido de aulas presenciais.

Um exemplo que pode ser citado no aprendizado “fazer para aprender” é relativo aos sites sociais existentes na internet. Pergunta-se: alguém já cursou algo como utilizar o “Facebook” ou o Twitter”?

Esta preocupação está muito bem colocada no Art. 5º da Resolução nº 11, de 11 de março de 2002, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, que rege:

Cada curso de Engenharia deve possuir um projeto pedagógico que demonstre claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o perfil desejado de seu egresso e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas. *Ênfase deve ser dada à necessidade de se reduzir o tempo em sala de aula, favorecendo o trabalho individual e em grupo dos estudantes* (grifo nosso).

A Engenharia Mecatrônica, pela sua própria definição, exige a formação horizontal do profissional, pois envolve diversas áreas do conhecimento. Um esquema que caracteriza muito bem as áreas de conhecimento envolvidas foi proposta pelo Prof. Kevin Craig, apresentada na figura a seguir. Isso significa que o Engenheiro Mecatrônico deve ter uma forte formação básica em Engenharia Mecânica, em Eletro-eletrônica, em Sistemas de Controle e em Computação, permitindo que estes conhecimentos sejam utilizados no desenvolvimento de sistemas mecatrônicos para aplicação em inúmeras áreas da vida moderna, como pode ser verificado na figura 1. Além disso, sendo engenheiro, ele tem que possuir conhecimentos em gerenciamento, economia, direito, psicologia, entre outros.

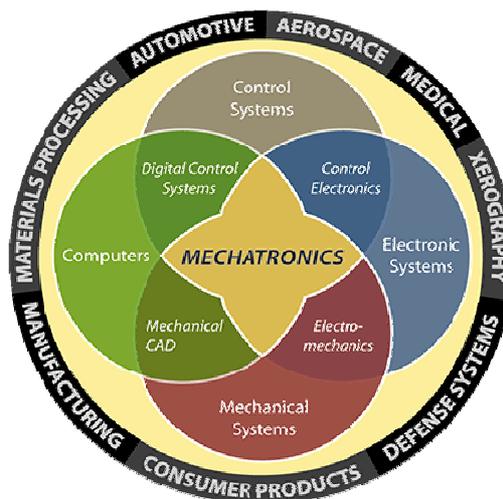


Figura 1 - Definição da Mecatrônica

Fonte: Prof. Kevin C. Craig; Greenheck Chair in Engineering Design & Professor of Mechanical Engineering; College of Engineering, Marquette University, Milwaukee, Wisconsin 53201-1881; <http://multimechatronics.com>; <http://multimechatronics.com/images/uploads/files/KCC%20Bio%203-page%20version.pdf>).

Assim, a partir da definição da Mecatrônica e com base na Resolução nº 11/2002 do CNE/CES foi construído o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia Mecatrônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

A partir deste ponto, podem-se comentar as críticas/comentários apresentados ao Curso.

a) O Curso de Graduação em Engenharia Mecatrônica deveria ter uma grade mais voltada para a mecatrônica. Ao final do curso, os conteúdos deveriam se conectar, pois não é o que acontece: A coordenação esclarece que, sendo a Engenharia Mecatrônica um curso de formação multidisciplinar, como apresentado na figura 1, é necessário que o estudante tenha conhecimento dos fundamentos de todos os temas para depois associá-los para sua aplicação em sistemas mecatrônicos, o que só é possível ao final do Curso. Cabe salientar que um Engenheiro Mecatrônico “não é um soldador de fios” nem uma pessoa para “apertar parafusos”. Ele tem que ter formação básica bem consolidada em Engenharia Mecânica, Controle, Eletro-eletrônica e Computação para ter competência de análise e síntese de sistemas inteligentes. Acompanhando o fluxograma das disciplinas oferecidas, pode-se verificar a coerência dos objetivos do curso com a definição do que é a Mecatrônica.

b) Sugestão de contratação de mais professores para o Curso de Graduação em Mecatrônica, com o objetivo de que todas as disciplinas posteriores ao 5º período sejam específicas da mecatrônica: A coordenação informa que a contratação de professores não é da competência do Curso.

c) Sugestão de maior foco do Curso de Graduação em Mecatrônica na disciplina de instrumentação, pois atualmente é extremamente fraca, sem laboratório e é ministrada por um péssimo docente. Até alguns anos atrás, a automação não existia e essa disciplina fazia parte da instrumentação, com painéis analógicos, digitais, etc.: Analisando este comentário, a coordenação manifesta que o comentário referente ao laboratório não procede, pois 25% (vinte e

cinco por cento) da carga horária desta disciplina é dedicada aos laboratórios. A participação do discente tem que ser ativa, com a preparação antecipada dos temas para permitir discussões e a aplicação nas atividades de laboratório. Sem a ação “fazer para aprender”, o aluno passa a ser uma figura passiva no processo de aprendizagem, sem atingir o aproveitamento esperado. Como pode existir debate sobre um tema se um dos participantes do processo desconhece o assunto em discussão? A expressão utilizada “[...] até alguns anos atrás [...]” está correta. O comentário feito para instrumentação foi verdadeiro quando os controles eram feitos utilizando bancos de relés. Com o avanço da tecnologia, “instrumentação” é muito mais do que painéis, sejam eles analógicos e/ou digitais. Por outro lado, a afirmação “[...] até alguns anos atrás a automação não existia [...]” não é verdadeira. A partir dos livros que tratam da história da humanidade e da história da ciência, pode-se concluir que a ideia da automação nasceu com o próprio homem. Por exemplo, no século VIII A.C. (antes de Cristo), no 18º livro das *Íliadas*, Homero descreve servos que foram construídos por Vulcano para servir os deuses: eles se movimentavam sobre rodas, tinham a face semelhante à dos humanos, eram capazes de falar e com alguma inteligência. Na Escola de Alexandria, Egito, desde o século III A.C. existiram diversas atividades no ensino e na pesquisa de dispositivos automáticos destacando-se os trabalhos de Heron de Alexandria que estudou em detalhes a pneumática e mecanismos automáticos para diversas aplicações. Seus mecanismos automáticos descritos no seu livro “*Tratado de Pneumática*” foram utilizados não só na Antiguidade, mas também reaplicados no período da Renascença. Outros exemplos são os autômatos construídos na China antiga como “A Carruagem do Cavalo de Madeira” inventado por Lu Ban em torno dos anos 500 A.C.. A ideia da automação é sempre a mesma. O que muda é a tecnologia utilizada para sua implementação. Outros exemplos da aplicação da automação na antiguidade podem ser vistos em dois livros relacionados com a Mecatrônica, como por exemplo: YAN, H. S. **Reconstruction Designs of Lost Ancient Chinese Machinery**. Springer, 2007; CECCARELLI, M. **Fundamentals of Mechanics of Robotic Manipulation**. International Series on Microprocessor-Based and Intelligent Systems Engineering, vol. 27, Kluwer Academic Pub., 2004.

d) Eletrônica é um assunto indispensável ao discente do Curso de Graduação em Mecatrônica e existe uma ou duas matérias dessa disciplina, de forma muito superficial, sem promover o profundo conhecimento do tema: A coordenação salienta que o curso não é de Engenharia Eletrônica. Na Engenharia Mecatrônica, a eletrônica é uma ferramenta e não o objetivo final do curso. A participação ativa do discente nas atividades previstas permite que adquira todos os conhecimentos necessários para a aplicação da eletrônica nos sistemas mecatrônicos.

e) Deveria ser oferecido, no mínimo, cinco disciplinas relacionadas a controle, pois são apenas três. Poderiam tentar copiar um pouco o controle de processo da Engenharia Química, já que os discentes concluem este curso entendendo o que é uma malha e uma sintonia de um PID: A coordenação considera que, se o curso fosse de Engenharia de Controle deveria ter pelo menos dez disciplinas nesta área. No entanto, o curso é de Engenharia Mecatrônica e todos os temas principais de controle são tratados nas disciplinas do curso, tanto em termos de controle linear como controle digital. A partir dos tópicos tratados nas disciplinas do curso, o discente que participou, efetivamente, nas atividades desenvolvidas, tem a capacidade de atuar no controle de qualquer sistema. É claro que o discente tem que ter a iniciativa e o comprometimento de estudar além do que foi apresentado nas aulas teóricas e/ou práticas, ou seja, ele tem que ter participação ativa no processo de aprendizagem. A coordenação esclarece que não lhe cabe discutir o currículo da Engenharia Química da UFU. Mas, pelas fichas das disciplinas que tratam sobre os conteúdos de controle nos dois cursos, pode-se afirmar que a pessoa que fez o comentário não conhece o suficiente sobre os tópicos tratados, tanto na Engenharia Mecatrônica como na Engenharia Química para fazer tal comparação. Para maiores esclarecimentos, basta acessar os sites dos referidos cursos.

f) Deveria ser oferecido, no mínimo, seis disciplinas relacionadas à programação no primeiro período do curso, já que o objetivo é formar um programador de fato. Nos períodos seguintes, poderia ser oferecido mais

disciplinas de programação aliadas com a mecatrônica, como a programação de supervisórios: A coordenação entende que a formação de um “programador de fato”, conforme citado, não é o objetivo da Engenharia Mecatrônica. Em geral, salvo casos de aplicações específicas, a Computação nas Engenharias é ferramenta de trabalho e não o objetivo final do curso. Pode-se verificar na própria Resolução do CNE/CES nº 11/2002 que a Computação consiste em um conteúdo de formação básica. Pode-se também verificar que nem mesmo os currículos dos cursos da área de computação não “ensinam” a programar em todas as linguagens existentes. Cada unidade robotizada, cada sistema de controle dos diversos tipos de equipamentos tem sua própria linguagem de programação, o que inviabilizaria a proposição apresentada.

Pergunta-se: quantos já cursaram uma disciplina sobre como programar uma calculadora científica?

g) Considero como inúteis algumas disciplinas do Curso de Graduação em Engenharia Mecatrônica, tais como: Metrologia; Engenharia do Software; Banco de Dados; Inteligência Artificial; Resistências dos Materiais III; Redes com a Computação; PCM; Eletrônica de Potência; Desenho de Maquinas I; Eletrotécnica; Elementos de Máquinas e Processamento Digital de Sinais. Essas não agregam nada para o futuro, pois só se fossemos da área de telecomunicações: De acordo com a coordenação, este comentário não é pertinente, pois demonstra um total desconhecimento não só da legislação que rege o ensino superior brasileiro, mas também como é a Engenharia Mecatrônica, seus objetivos, seu fluxograma curricular e os conteúdos de outras áreas. Para comentar sobre a importância de cada disciplina para a Mecatrônica, seriam necessárias algumas dezenas de páginas. Apenas como exemplo, podem-se citar três casos: a) os sistemas metrológicos atuais são sistemas mecatrônicos (usando sensores laser, interferometria, etc.); b) relacionar “processamento digital de sinais” somente com a área de telecomunicações! Praticamente todo sistema atual que envolve processamento de informações utiliza sinais na forma digital; c) eletrônica de potência - está cada vez mais comum a utilização de motores de corrente alternada acoplados a inversores de frequência e comandados via computador na

movimentação dos mais variados tipos de equipamentos. O comentário “[...] não agrega nada no futuro [...]” só tem significado caso o futuro pudesse ser previsto. Na formação de um engenheiro, tem-se que agregar conhecimentos no presente para que possam ser utilizados no futuro.

h) Para o Curso de Graduação em Engenharia Mecatrônica, é preciso lembrar que para se ter algo superficial, é melhor não ter. Ou se foca naquele assunto, com o oferecimento de cinco ou seis disciplinas, ou se tenta “abraçar o mundo”, sem formar um profissional completo para área a que foi destinada - Mecatrônica - Controle e Automação: O esclarecimento da coordenação é o seguinte: a Mecatrônica envolve principalmente áreas de controle de sistemas, sistemas eletroeletrônicos, sistemas mecânicos e computação. Os cursos específicos destas áreas têm cinco anos de duração e, mesmo assim, não conseguem explorar todo o conteúdo da área. Operações aritméticas simples permitem concluir que a Mecatrônica teria pelo menos vinte anos de duração (cabe lembrar que as disciplinas básicas nem sempre são as mesmas). Considerando a “profundidade” desejada pelo comentário, haveria pelo menos mais dois anos de disciplinas de “integração” entre as áreas, permitindo atender a definição de Mecatrônica (ver figura 1). Isto leva a um curso de Engenharia de vinte e dois anos, ou seja, o conhecimento “profundo” adquirido não serviria para nada no futuro (que se tornou presente). Além disso, este comentário leva a crer, de forma errônea, que o discente é uma “tábula rasa” que precisa ser preenchida a partir dos conhecimentos do professor, que possui o dom do saber.

i) Sugestão para que a Coordenação do Curso em Engenharia Mecatrônica consulte os editais dos últimos concursos. O egresso do curso sente estranheza em relação ao conteúdo, que se aproxima muito mais da Engenharia Mecânica: Segundo a coordenação, o compromisso do Curso de Graduação em Engenharia Mecatrônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) não consiste somente na formação profissional do discente. O acompanhamento e o contato com os egressos têm sido feito desde a primeira turma. É claro que esses contatos não são diários, pois cada um tem suas

obrigações e compromissos. Até fevereiro de 2012 colaram grau 72 (setenta e dois) engenheiros mecâtrônicos. Todos estão atuando em empresas ou cursando a Pós-Graduação, exceto um que está aguardando o resultado de concurso prestado. Alguns, apesar do pouco tempo de experiência, já ocupam cargos importantes em empresas. Por motivo de ética profissional, tais engenheiros e empresas não serão aqui citados, mas podem ser verificados na Secretaria do Curso. O acompanhamento e contato com os ex-alunos permitem ao Colegiado de Curso melhorar continuamente o Projeto Pedagógico do Curso. O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia Mecatrônica e o conteúdo das disciplinas estão disponíveis no site da Faculdade de Engenharia Mecânica da UFU (www.mecanica.ufu.br). As dificuldades existentes e/ou propostas em relação às disciplinas, professores, infraestrutura e outros que possam contribuir para a melhoria do Curso e, conseqüentemente, com a formação qualificada dos egressos, tecnicamente e socialmente, podem ser enviados ao Colegiado de Curso que serão considerados no tempo adequado. Para finalizar, deve-se reforçar o compromisso que o engenheiro mecatrônico, no período de sua formação acadêmica, deve não só “receber transmissão de informações aprofundadas”, mas criar a cultura de pensar, criar a cultura da decisão, criar a cultura da auto-aprendizagem e a cultura do auto-desenvolvimento para que possa ter a capacidade e competência para fazer análises e críticas pautadas no conhecimento.

12. Curso de Graduação em Estatística

a) Alto índice de reprovação nas disciplinas de Cálculo Diferencial e Integral 1 e Geometria Analítica: A coordenação reconhece o elevado índice de reprovação nessas disciplinas, as quais são oferecidas no primeiro semestre do curso. Todavia, ressalta a baixa representatividade dos alunos do Curso de Graduação em Estatística que fizeram a avaliação, pois foram somente três alunos de um total de 118, o que representa 2,54% do total de alunos matriculados no 1º semestre de 2012. Na opinião do Colegiado do Curso de Estatística, não reflete a realidade do curso.

b) Elevado índice de reprovação e evasão escolar: A coordenação informa que o colegiado do Curso de Estatística possui comissões permanentes que trabalham em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), visando à melhoria do curso. Dentre essas, existe a Comissão de Avaliação, Ensino e Acompanhamento Discente que está revisando as fichas de disciplinas e a estrutura curricular do Curso de Graduação em Estatística. O objetivo é reduzir o alto índice de reprovação e, conseqüentemente, a evasão escolar.

13. Curso de Graduação em Filosofia

A Coordenação do Curso de Graduação em Filosofia informa que considera o mecanismo de autoavaliação institucional como um importante aliado na resolução de carências institucionais e, assim, incentiva sua aplicação e a busca por soluções.

a) Curso de Graduação em Filosofia sério e eficiente na transmissão dos conhecimentos e competente na definição dos conteúdos programáticos, quando comparado ao Curso de Graduação em Letras: Analisando o comentário, a coordenação agradece o elogio e observa que os alunos provenientes de outros Cursos de Graduação reconhecem o esforço dessa em aprimorar, a cada dia, o conteúdo dos componentes curriculares e a disponibilização de horários flexíveis que possibilitam a boa execução das demandas de ensino e pesquisa.

b) Falta de dedicação de alguns professores quanto à participação em eventos científicos: A coordenação salienta que sempre incentivou os docentes do Curso de Graduação em Filosofia a participar, com os alunos, de todos os eventos promovidos. Em função de pesquisas ou afazeres acadêmicos, nem sempre todos os docentes podem participar. Porém, em grande parte, esses não só apoiam a participação dos alunos como estão engajados na execução e planejamento dos eventos científicos.

14. Curso de Graduação em Fisioterapia

a) A junção de das turmas dos Cursos de Fisioterapia e Nutrição em uma única sala de aula é ruim e pouco proveitoso, pois os dois cursos não são afins: A coordenação informa que o corpo docente do Curso de Graduação em Fisioterapia reconhece que, em alguns módulos, os alunos do curso perdem a possibilidade de receber os conteúdos de forma integral, pois os docentes têm que adequar a aula para os dois cursos.

b) Melhoria do Curso de Graduação em Fisioterapia, com o aumento do número de horas/aulas de anatomia: Diante desse comentário, a Coordenação manifesta que, na reformulação do Projeto Pedagógico, que será encaminhada para aprovação do Conselho de Graduação (CONGRAD), as horas de anatomia serão contempladas. Para reduzir um pouco esta perda para os alunos, a coordenação informa que o laboratório de anatomia estará aberto, ainda neste semestre, para os alunos do Curso de Graduação em Fisioterapia, no período da noite, com a presença de um monitor e um bolsista. Assim, os alunos poderão estudar e esclarecer suas dúvidas.

c) Separação das turmas dos cursos de Fisioterapia e Nutrição, pois o grande número de alunos em sala é improdutivo: A coordenação esclarece que esta separação dos cursos já foi estudada, porém, foi inviabilizada devido à falta de docentes. Atualmente, o projeto político pedagógico do Curso de Graduação em Fisioterapia está em processo de reformulação, para atender melhor às especificações do curso, seguindo as Diretrizes Curriculares para a Formação do Profissional de Fisioterapia (Resolução CNE/CES nº. 4/2002), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e o Parecer CNE/CES 1210/2001.

d) O Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) precisa de mais estrutura e materiais para formar

profissionais capacitados: A coordenação informa que em relação à necessidade e materiais para uso, é importante esclarecer que o Curso de Graduação está em processo de implantação, e que estas adequações estão sendo adquiridas.

Em suma, a coordenação do Curso de Graduação em Fisioterapia acredita que todo aluno tem função primordial na participação direta na construção do curso, realizando pontuações necessárias para a melhoria do mesmo.

15. Curso de Graduação em Matemática - Campus Uberlândia

a) Sugestão de substituição das disciplinas Cálculo Diferencial e Integral III e Cálculo Diferencial e Integral IV por disciplinas da área pedagógica, uma vez que essas disciplinas não são usadas na prática docente: A coordenação esclarece que os discentes do curso, das modalidades de Licenciatura e Bacharelado, precisam adquirir um conhecimento mínimo em todas as subáreas da Matemática: análise, álgebra, geometria e topologia. Os alunos de Licenciatura não devem ter a impressão errada de que a maioria dos tópicos ensinados no ensino superior não será utilizada no ensino básico. Na verdade, esses tópicos devem ser abordados no ensino básico, com menor rigor do que o do ensino superior, com a intenção de motivar os estudantes e auxiliá-los na escolha de suas profissões, nas mais diversas áreas, tais como: engenharia, biologia, medicina, matemática, física, informática, etc. Desta forma, os professores do ensino básico devem ter muito mais conhecimento do que os alunos para os quais eles ministrarão aulas. Os componentes curriculares mencionados - Cálculo Diferencial e integral III e Cálculo Diferencial e Integral IV - são fundamentais para a compreensão de diversos fenômenos físicos e biológicos. Assim, um bom educador, na área de matemática, deveria apreciar tais disciplinas. Alguns desses educadores querem ir além dos ensinamentos da Graduação e, para isto, fazem um curso de Pós-Graduação. Assim, esse seria mais um dos motivos para não se diminuir os conteúdos de tais componentes curriculares. A Coordenação recomenda aos alunos de Licenciatura que estimulem os professores de suas disciplinas a exibirem problemas que possam ser adaptados para o ensino básico.

b) Falta horários de atendimento a alunos para o esclarecimento de dúvidas com os professores: A coordenação destaca que todos os professores são obrigados a transmitir para os alunos os seus horários de atendimento. O diretor da Faculdade de Matemática (FAMAT), todo início de semestre, envia um e-mail para todos os professores comunicando que os mesmos devem publicar seus horários de atendimento e também enviá-los para o e-mail da secretaria da FAMAT. Caso os discentes não encontrem o professor no horário estipulado, ou caso, o professor não

envie os horários de atendimento, o diretor da FAMAT tomará as providências cabíveis, previstas no Estatuto e Regimento da UFU e nas Normas Acadêmicas, para que tais horários sejam cumpridos.

c) Falta de bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) em monitorias aos alunos com dificuldade de aprendizagem: A coordenação informa que o Programa de Educação Tutorial (PET) pode ser constituído por apenas 12 (doze) alunos bolsistas. Esses alunos são obrigados a desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão. O atual tutor do PETMAT, professor Marcos Antônio da Câmara, elabora um projeto anual com as várias atividades do grupo. Dentre as atividades, está prevista a monitoria de alunos das disciplinas com maior índice de reprovação, tais como: Fundamentos da Matemática Elementar 2, Geometria Analítica e Cálculo Diferencial e Integral 1. Se essas monitorias não estiverem funcionando adequadamente, ou se os alunos desejarem sugerir outras monitorias, a coordenação recomenda que os discentes procurem o professor Marcos. Poderão ainda procurar a Coordenação do Curso para intermediar o diálogo com o tutor do PET. Cumpre ressaltar ainda que, além das monitorias do PET, todo semestre a Coordenação do Curso de Matemática oferece pelo menos 4 (quatro) bolsas para monitores dos componentes curriculares: Metodologia do Ensino de Matemática, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral 1 e Fundamentos da Matemática Elementar 2; e várias vagas para monitores sem remuneração. Geralmente, essas vagas não são ocupadas.

d) Alguns bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) são convencidos e se acham superiores aos demais colegas: A coordenação adverte que, caso os alunos do PET estejam desmerecendo os demais alunos do curso de Matemática, faça uma denúncia formal ao coordenador do curso. Se ficar comprovada a falta de ética do aluno do PET, o coordenador do curso e o tutor do PET procurarão solucionar o problema com base nas normas do PET.

e) Os professores da Faculdade de Matemática que dão aulas na Faculdade de Engenharia Mecânica precisam de reciclagem pedagógica, pois há alguns que sequer falam o português formal: Analisando o comentário, a coordenação esclarece que a Faculdade de Matemática (FAMAT) adota um sistema especial para a distribuição de aulas entre os seus docentes. Para isto, foram definidas três categorias de docentes: Grupo 1 - docentes que exercem apenas atividades de ensino; Grupo 2 - docentes que exercem atividades de ensino e outras atividades, tais como: orientação de alunos, desenvolvimento de projetos de extensão, atividades administrativas, dentre outras, que são relacionadas e pontuadas em uma resolução do Conselho da FAMAT; Grupo 3 - docentes que, além das atividades exercidas pelos docentes do Grupo 2, devem publicar artigos científicos em revistas especializadas e bem conceituadas no Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Cada professor da FAMAT, antes do início do semestre letivo, elabora uma lista de opções contendo pelo menos 12 componentes curriculares que ele gostaria de ministrar e elabora um pequeno relatório com as atividades desenvolvidas no último semestre letivo. Uma Comissão de Distribuição de Aulas, formada pelo Coordenador do Curso de Matemática, pelo Coordenador do Curso de Estatística, pelo assessor do Diretor da Faculdade e por mais dois docentes da FAMAT, eleitos pelo Conselho da FAMAT, faz a classificação dos docentes, baseada nos relatórios elaborados pelos mesmos, nas categorias apresentadas anteriormente e analisa cada uma das listas de opções, tentando atender a primeira opção de cada um dos docentes. A primeira rodada de distribuição dos componentes curriculares é feita primeiramente para os docentes do Grupo 3, depois para os do Grupo 2 e depois para os do Grupo 1. As demais rodadas seguem a mesma sistemática, sempre com o intuito de atender as primeiras opções dos docentes.

Os docentes que foram classificados no Grupo 3 terão uma carga que varia de 8 a 9 horas de aula. Os do Grupo 2 terão uma carga horária que varia de 10 a 12 horas de aula. Os docentes do Grupo 1 terão carga horária superior ou igual a 13 horas de aula.

Com este procedimento de distribuição de aulas, em geral, a FAMAT não “manda” nenhum professor para um curso para o qual ele não gostaria de ir. Em geral, os

professores escolhem as disciplinas que lhes agradam e procuram atuar em cursos que possuam afinidades com as suas áreas de interesse.

Os concursos efetuados pelas universidades federais permitem a participação de candidatos estrangeiros que apresentem fluência em nosso idioma. Se o sotaque dos professores contratados pela UFU estiver atrapalhando o processo de ensino-aprendizagem, então, os alunos devem procurar as Coordenações de seus cursos para, juntos com o Coordenador e o Diretor da FAMAT, obterem alternativas para melhorar a comunicação com o professor estrangeiro. Uma alternativa seria o professor estrangeiro preparar parte das aulas utilizando o projetor multimídia. Desta forma, os slides, contendo texto escrito em português, exibiriam as explicações mais importantes do assunto estudado. Estes slides poderiam ser fornecidos para os alunos, que teriam mais um material didático para auxiliar na aprendizagem do tópico estudado.

f) O Curso de Graduação em Matemática, mesmo sendo tão difícil como é, possui alguns professores que não possuem uma metodologia de ensino que direcione o aluno: A coordenação reconhece que, de fato, o Curso de Matemática é bastante difícil e exige do aluno muita dedicação e perseverança. O processo de aprendizagem tem início em sala de aula com o professor, que deve estar bem preparado para transmitir os conhecimentos para os alunos. Durante as aulas, o professor tem a obrigação de motivar os alunos fazendo com que eles se interessem pelo assunto abordado e façam questionamentos sobre a matéria para sanar todas as dúvidas sobre o que está sendo estudado. Após as aulas, os alunos devem rever os tópicos estudados, resolver exercícios e procurar adquirir maturidade sobre a teoria que estão estudando. Desta forma, cria-se o ciclo de aprendizagem: o professor transmite conhecimentos para os alunos; os alunos para assimilarem os novos conhecimentos devem estudar sozinhos, com outros alunos e devem, também, questionar o professor. Esse, por sua vez, deve estar preparado para responder aos questionamentos dos alunos.

O quadro docente da Faculdade de Matemática (FAMAT) é constituído de 88 professores, incluindo os 6 (seis) professores temporários e os professores dos Campi de Patos de Minas e de Monte Carmelo. Em Uberlândia, o número de

professores da FAMAT com título de doutor é superior a 50 (cinquenta). Todos estes professores estão preparados para dar uma boa aula e, portanto, os alunos devem exigir dos mesmos uma atuação que beire o perfeccionismo em sala de aula.

g) Há o favorecimento de alunos prediletos e os alunos que possuem maior dificuldade ficam à mercê desse processo: A coordenação salienta que uma das funções do Coordenador de Curso é a de garantir que o ciclo de aprendizagem seja executado da melhor maneira possível. Para isto, são oferecidas várias oportunidades de ajuda aos alunos, que muitas vezes são desatentos ao que está ocorrendo em sua própria faculdade porque não prestam atenção nos avisos do Coordenador de Curso e não leem os cartazes que ficam afixados nas proximidades da secretaria da Coordenação do Curso. Dentre as oportunidades, pode-se citar: a monitoria dos alunos do Programa de Educação Tutorial; as monitorias remuneradas, realizadas por alunos do Curso de Matemática; o Projeto Renovar, que tem o objetivo de oferecer aos alunos de graduação monitoria de alto nível, realizada por estudantes de Mestrado, que são muito bem pagos para exercerem tal atividade; e as monitorias não remuneradas. Infelizmente, os discentes não aproveitam estas oportunidades e alguns projetos estão sujeitos a serem desativados porque não conseguem justificar os elevados valores gastos com monitores que acabam não exercendo a sua função por falta de procura dos alunos.

A coordenação esclarece ainda que, para proporcionar um bom ambiente de estudo, o coordenador de curso deve ouvir as críticas dos alunos do curso com respeito à metodologia de ensino e à didática de seus professores. Todas as questões que foram apresentadas pelos alunos durante o mandato vigente do atual coordenador, relacionadas a problemas com professores, sempre foram resolvidas através do diálogo com alunos e professores e, em alguns casos, com o diretor da FAMAT. Portanto, os alunos do Curso de Graduação em Matemática que se sentirem prejudicados com o sistema de ensino-aprendizagem adotado por um de seus professores devem procurar a Coordenação do Curso.

h) O Curso de Graduação em Matemática, por ser integral, não oferece chances para alguns alunos que precisam trabalhar. Se fosse oferecido no período noturno, iria diminuir o quadro de reprovações: Diante desse comentário, a coordenação informa que o Colegiado do Curso de Matemática pretende discutir, junto com o Núcleo Docente Estruturante, algumas alterações no Projeto Pedagógico, o qual foi elaborado em 2005. Uma das propostas de alteração é analisar a viabilidade da criação de um curso noturno de Licenciatura em Matemática, separado do curso de Bacharelado em Matemática.

i) Estudo mais aprofundado sobre as metodologias de ensino e avaliação do Curso de Graduação em Matemática, a fim de identificar eventuais desvios do corpo discente, uma vez que os níveis de desistência são altíssimos: Segundo a coordenação, todas as atividades dos docentes recém contratados pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) são acompanhadas por uma comissão de Estágio Probatório, composta por professores da mesma Unidade Acadêmica dos recém contratados. Durante seis semestres letivos, período do estágio probatório, a comissão analisa, a cada semestre, as avaliações dos discentes dos cursos nos quais os docentes em estágio probatório estão ministrando aulas. Estes discentes respondem a um questionário com dez itens a respeito de seu professor: 1) assiduidade, 2) coerência entre o que é ensinado em sala de aula e o que é cobrado em avaliações, 3) domínio do conteúdo ensinado, 4) disponibilidade de atendimento ao aluno, etc. Além das avaliações dos discentes, a comissão analisa também os relatórios que são produzidos por estes docentes, os quais contêm todas as atividades desenvolvidas ao longo do período de Estágio Probatório. Desta forma, quaisquer problemas relacionados à metodologia de ensino e à interação professor-aluno são resolvidos assim que são detectados pela Comissão de Estágio Probatório.

A coordenação salienta que as Coordenações de Cursos podem realizar, a qualquer época do período letivo, as chamadas avaliações discentes. O objetivo é o de avaliar a conduta profissional de qualquer docente que esteja atuando em um determinado curso. O coordenador deste curso pede para os discentes responderem ao mesmo questionário mencionado anteriormente.

j) Falha no processo seletivo do corpo discente, uma vez que os níveis de desistência do Curso de Graduação em Matemática são altíssimos: A coordenação explica que, em cada processo seletivo da UFU, são selecionados os melhores candidatos que estavam concorrendo às vagas que foram disponibilizadas para um determinado curso. Embora sejam selecionados os melhores candidatos, isto não significa que todos estão devidamente preparados para estudar os conteúdos abordados em um curso superior. Os diretores das unidades acadêmicas, aliados aos coordenadores de cursos, e auxiliados pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), procuram sanar este problema contratando monitores para as disciplinas que costumam apresentar elevados índices de reprovação. E mais, incluem nos projetos pedagógicos dos cursos componentes curriculares que são oferecidos aos alunos nos períodos iniciais, com o objetivo de apresentarem conteúdos fundamentais (que deveriam ser dados no Ensino Básico) para teorias mais avançadas. Mesmo com estas atitudes, alguns cursos continuam apresentando um alto índice de abandono. Duas explicações para este fenômeno são as seguintes: 1) Os alunos estão entrando na universidade com pouca maturidade e sem a certeza de que fizeram a escolha correta pelo curso; 2) O mundo moderno, informatizado e globalizado está muito dinâmico. Os alunos esperam que os cursos de graduação acompanhem este dinamismo e modernização e não conseguem se adaptar às metodologias adotadas por alguns professores universitários. Esta questão é complicada porque os professores do ensino básico e superior devem, sim, procurar novas tecnologias que aperfeiçoem a sua metodologia de ensino. Porém, os alunos não devem ter a ilusão de que um simples toque em uma tela ou em um botão de um equipamento sofisticado irá resolver todos os problemas do processo de ensino-aprendizagem. Sem dedicação ao estudo, sem esforço e sem perseverança, dificilmente um curso de graduação será finalizado com êxito.

16. Curso de Graduação em Matemática - Campus Pontal

a) Sugestão de substituição das disciplinas Cálculo Diferencial e Integral III e Cálculo Diferencial e Integral IV por disciplinas da área pedagógica, uma vez que essas disciplinas não são usadas na prática docente: Primeiramente, a Coordenação do Curso de Graduação em Matemática da Faculdade Ciências Integradas do Pontal (FACIP) informa que o curso aborda todo o conteúdo referente à diferenciabilidade e integrabilidade em espaços reais unidimensionais ou multidimensionais nas disciplinas intituladas Cálculo Diferencial e Integral I, II e III, tanto para o grau Licenciatura, quanto para o grau Bacharelado, não oferecendo desta forma a disciplina Cálculo 4. No que se refere aos motivos do Curso oferecer a disciplina Cálculo Diferencial e Integral III para a Licenciatura isto se justifica pedagogicamente e cientificamente, do ponto de vista das práticas acadêmicas internacionais e do ponto de vista prático, pois um dos objetivos da Licenciatura em Matemática é também formar docentes para atuar no Ensino Superior. Neste, o conhecimento decorrente de tal disciplina se faz necessário para os diversos cursos que compõe uma Instituição de Ensino Superior. Por outro lado, mesmo que um egresso em Licenciatura do Curso de Matemática da FACIP opte por atuar somente como professor de Ensino Médio e/ou Fundamental entende-se que diversos dos conteúdos aprendidos nas do curso, mesmo que não utilizados diretamente no dia-a-dia do Ensino Médio e Fundamental, são conteúdos fundamentais para a formação intelectual do egresso. Consequentemente, isso garantirá a ele autoconfiança e autoridade acadêmica para ministrar suas aulas no Ensino Médio e Fundamental. Por fim, tal sugestão ou crítica apresentada será analisada futuramente pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação em Matemática da FACIP.

b) Falta horários de atendimento a alunos para o esclarecimento de dúvidas com os professores: A coordenação esclarece que no Curso de Graduação em Matemática da FACIP todos os docentes do curso oferecem horário de atendimento para sanar dúvidas dos discentes, além do horário canônico de aula. Tal horário de

atendimento, correspondente adicionalmente a 50% do tempo semanal destinado às aulas da disciplina sob a responsabilidade do docente.

c) Alguns bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) são convencidos e se acham superiores aos demais colegas: A coordenação salienta que, no que concerne aos objetivos e filosofia do Programa de Educação Tutorial (PET), este não é estritamente um programa de monitoria, muito embora cada PET possa, se assim constar no seu planejamento anual, desenvolver atividades de caráter de monitoria no curso em que está inserido. No que diz respeito ao PET Matemática do Pontal, tal programa possui um ano e meio de implantação, e neste período já realizou duas atividades de ensino voltadas ajudar alunos do Curso de Matemática da FACIP com dificuldades de aprendizagem. Além disso, o PET Matemática Pontal colabora com o Curso de Matemática da FACIP em uma série de outras atividades, a saber: recepção de calouros, organização da Semana de Matemática do Pontal, atividades de divulgação do curso, oferecimento de minicursos, além das atividades pesquisa e extensão que cada aluno do PET deve estar vinculado anualmente. O Curso da Matemática da FACIP procura ao máximo ensinar a todos os seus alunos, além de conhecimentos matemáticos, as boas práticas do trabalho em equipe e da colaboração com o próximo. Por fim, tal sugestão ou crítica apresentada foi encaminhada para conhecimento do Colegiado do Curso de Graduação em Matemática da FACIP e para conhecimento do PET Matemática do Pontal.

d) Os professores da Faculdade de Matemática que dão aulas na Faculdade de Engenharia Mecânica precisam de reciclagem pedagógica, pois há alguns que sequer falam o português formal: Diante deste comentário, a coordenação manifesta que o Curso de Matemática da FACIP não é o Departamento de Matemática da Faculdade de Matemática (FAMAT) e tão pouco o Curso de Matemática da FACIP presta serviços (ministra disciplinas) na Faculdade de Engenharia Mecânica (FEMEC). Esclarecido este primeiro ponto, a coordenação informa que todos os docentes do Curso de Matemática da FACIP são doutores ou mestres contratados a menos de 06 anos, aprovados em Concurso Público Federal com aplicação de prova didática. A coordenação do Curso de Matemática da FACIP

incentiva a capacitação profissional de seus docentes e, no último ano, o Colegiado do Curso de Matemática da FACIP e o Conselho da FACIP autorizaram 03 docentes do Curso de Matemática da FACIP a realizarem qualificação (doutorado) com afastamento. Dentre os demais cursos que compõe a FACIP, quase todos demandam por disciplinas ministradas por professores do Curso de Matemática da FACIP e até hoje nenhum destes outros cursos apresentou qualquer reclamação formal quanto ao despreparo profissional dos docentes do Curso de Matemática da FACIP.

e) O Curso de Graduação em Matemática, por ser integral, não oferece chances para alguns alunos que precisam trabalhar. Se fosse oferecido no período noturno, iria diminuir o quadro de reprovações: Segundo a coordenação, no que concerne ao oferecimento de curso de graduação em período noturno, cumpre destacar que o Curso de Matemática da FACIP-UFU oferece dois graus acadêmicos: Bacharelado em Matemática, em turno integral e Licenciatura em Matemática, em turno noturno. Quanto a alunos com dificuldade de aprendizagem, o Curso de Matemática da FACIP procura desenvolver variadas estratégias de recuperação acadêmica destes alunos, as quais constam nos Planos de Ensino encaminhados por cada docente ao Colegiado, no início de cada semestre letivo, em conformidade com as Normas de Graduação da UFU.

f) Estudo mais aprofundado sobre as metodologias de ensino e avaliação do Curso de Graduação em Matemática, a fim de identificar eventuais desvios do corpo discente, uma vez que os níveis de desistência são altíssimos: A coordenação pondera que, no Curso de Matemática da FACIP são desenvolvidas variadas estratégias de recuperação acadêmica de alunos com dificuldades de aprendizagem, as quais constam nos Planos de Ensino encaminhados por cada docente ao Colegiado, no início de cada semestre letivo, em conformidade com as Normas de Graduação da UFU. Além disso, as metodologias de ensino e avaliação a serem adotadas em cada disciplina constam no Plano de Ensino. No Curso de Matemática da FACIP, frequentemente são discutidas, em reuniões de Colegiado ou em reuniões Acadêmicas, com todos os docentes do curso possíveis ações para

melhorar os processos de ensino nas disciplinas do curso e ações para minimizar a evasão. É importante salientar que alto número de reprovações, evasão elevada e baixa procura em Cursos de Matemática são fenômenos de abrangência mundial, pois a Matemática é uma Ciência que exige da pessoa que queira compreendê-la alto grau de rigor, formalismo, concentração, várias horas de dedicação diária e muitos alunos (incluindo os dos cursos da área de exatas) não têm inicialmente ampla noção destas exigências ou não estão dispostos a atender tais exigências. O Curso de Matemática da FACIP, no que diz respeito às suas atribuições, faz todos os esforços possíveis para minimizar os fenômenos de alto número de reprovações e evasão elevada no âmbito do curso. Porém, no que diz respeito às responsabilidades individuais de cada aluno para com sua formação acadêmica, não cabe ao curso assumir tais responsabilidades.

17. Curso de Graduação em Medicina Veterinária

a) Preocupação com os horários de disciplinas de períodos sucessivos que coincidem e impedem que um discente possa cursar as duas disciplinas: A coordenação comunica que serão realizadas alterações nos horários para o próximo semestre, na tentativa de que os períodos ímpares tenham aulas, predominantemente, pelo período da manhã e que os períodos pares tenham aulas, predominantemente, no período da tarde.

b) A Coordenação do Curso de Graduação em Medicina Veterinária precisa ser mais interessada em informar aos alunos sobre seus direitos e deveres: A coordenação destaca que todos os alunos ingressantes são recepcionados na primeira semana de aula e informados pela coordenação e direção do curso sobre os direitos e deveres de todos na instituição. Salaria sobre a necessidade, por parte do aluno, da leitura da Resolução n. 15/2011, do Conselho de Graduação, que aprova as Normas Gerais da Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências (Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONGRAD-2011-15.pdf>).

Os alunos devem ler ainda o Regimento Geral da UFU (Disponível em: http://www.ufu.br/sites/www.ufu.br/files/Regimento_Geral_da_UFU_0.pdf).

c) Alunos do Curso de Graduação em Medicina Veterinária deveriam assistir a palestras e aulas sobre ética na profissão e respeito aos animais antes de iniciar o curso. Esses valores devem ser mais cobrados por parte dos professores: Conforme a coordenação, os discentes têm uma disciplina de Deontologia (Ética Profissional) e Bioética no primeiro período, as quais abordam, dentre outros tópicos, bem-estar e os direitos dos animais. Vale destacar que o comportamento ético na prática profissional depende da vontade do discente e do docente de exercê-la, pois não pode ser imposta. Quando há infração ao código de ética profissional, cabe ao conselho profissional fiscalizar e impor sanções, mediante representação fundamentada.

d) O Curso de Graduação em Medicina Veterinária deveria ser mais prático, pois muitos professores não respeitam as normas sobre aulas práticas e teóricas: A coordenação esclarece que o conteúdo teórico e prático de cada componente curricular é balizado para atender à formação proposta pelas diretrizes curriculares. Na reforma curricular que será realizada ainda esse ano, essa proporção entre teoria e prática será analisada novamente, mas não é possível que o Curso de Graduação em Medicina Veterinária seja desenvolvido somente com aulas práticas.

e) Os professores do Curso de Graduação em Medicina Veterinária precisam obter mais conhecimentos atualizados, pois as informações se renovam e pode haver melhoria na qualidade do ensino: Conforme aponta a coordenação, o corpo docente da Faculdade de Medicina Veterinária é qualificado, sendo que a grande maioria dos docentes possui título de doutor. Atualmente, existe um programa em andamento que permite a liberação para os docentes que queiram sair para programa de pós-doutorado.

f) Maior ênfase na parte médica da Medicina Veterinária, pois o curso se parece mais com uma extensão do Curso de Zootecnia: A coordenação observa que o Curso de Graduação em Medicina Veterinária possui um rol de disciplinas optativas que dão ênfase na parte médica. Ressalta que a parte de produção animal não pode ser esquecida devido às características da região, que possui forte demanda profissional para a área de produção.

f) O Curso de Graduação em Medicina Veterinária aproxima o aluno que está prestes a se formar do mercado de trabalho: A Coordenação agradece o elogio realizado por um egresso do Curso de Graduação em Ciências Biológicas que, ao realizar uma comparação, reconhece a importância da proximidade com o mercado de trabalho durante a formação acadêmica.

18. Curso de Graduação em Música

a) O Curso de Graduação em Música (Bacharelado e Licenciatura) precisa ser melhorado: A coordenação informa que tem buscado, constantemente, aprimorar as atividades realizadas, por meio da melhoria das salas de aula e dos laboratórios. Há uma constante atualização dos professores, por meio da realização e participação de eventos científicos e acadêmicos nacionais e internacionais. São realizadas atividades de extensão junto à comunidade e constante discussão e avaliação do projeto pedagógico. A Coordenação do Curso de Graduação em Música coloca-se à disposição para receber sugestões para ampliar e acelerar as melhorias realizadas dentro das modalidades do curso (Bacharelado e Licenciatura).

b) Os alunos de canto e flauta doce do Curso de Graduação em Música tem sofrido com a falta de um cravista correpetidor: A coordenação salienta que o Curso de Graduação em Música preocupa-se em oferecer as condições necessárias para que todos os alunos possam realizar todas as atividades desenvolvidas dentro do curso. Recentemente, foi contratado um segundo técnico correpetidor para acompanhamento das aulas e atividades de performance dos alunos. A contratação de um correpetidor especialista em cravo depende da ampliação do número de técnicos do curso.

c) A área do Bacharelado em violão carece de estímulos. Em suma, o Curso de Graduação em Música, em especial o Bacharelado, carece de muitos aspectos, tais como: infraestrutura (salas para estudos individuais de instrumento); planejamento curricular que favoreça a inserção do egresso no mercado de trabalho; investimentos financeiros em projetos artísticos; mais atividades de extensão; maior interação com a Diretoria de Cultura (DICULT); e a desburocratização para a conquista de verbas para a realização de concertos musicais: Analisando esse comentário, a coordenação manifesta que o Curso de Graduação em Música da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) está em constante busca por melhorias na infraestrutura e no seu projeto pedagógico.

Apesar do pouco tempo de existência, o Bacharelado em Música, com habilitação em violão, já se encontra entre os melhores do país. Reconhece que necessita de melhorias e está buscando por essas. Nos últimos anos, foi ampliado o número de projetos de extensão realizados e grande parte deles ocorreu em parceria com a Diretoria de Cultura (DICULT).

19. Curso de Graduação em Química - Campus Pontal

a) Pouca ênfase em Química no Curso de Licenciatura e desconhecimento em relação à atuação profissional do químico: A coordenação esclarece que, ao analisar o projeto pedagógico do curso, tanto da Licenciatura quanto do Bacharelado, a ênfase em disciplinas de conteúdo específico é bem trabalhada, contemplando, inclusive, a disciplina intitulada “Formação profissional e áreas de atuação do químico”, a qual é oferecida no primeiro período do curso.

b) Falta de incentivo às práticas pedagógicas: A coordenação informa que as práticas pedagógicas são constantes no curso, visto que o mesmo possui um Programa de Iniciação à Docência (PIBID), com vinte bolsistas. O maior índice de ocorrência de atividades extra-curriculares está registrado para os alunos da Licenciatura. Além disso, há a participação no Programa de Licenciatura Internacional, relatando um discente do Curso de Graduação em Química encontra-se em Portugal há um ano e meio, devendo concluir seu processo de mobilidade acadêmica ao final do semestre corrente.

c) Necessidade de formação continuada aos docentes do curso: Analisando esse comentário, a coordenação manifesta que o Curso de Graduação em Química da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) tem demonstrado uma integração do ensino com pesquisa de forma relevante. Há um elevado número de projetos de iniciação científica com e sem bolsa executados e em andamento, resultando na participação e apresentação de trabalhos, por parte de alunos e professores, em diversos eventos científicos. Com relação à extensão, o curso, dado o seu perfil, não tem exercido frequentemente atividades e/ou desenvolvido projetos. Por fim, a coordenação sugere que a autoavaliação institucional possa ser dimensionada por campus, uma vez que há significativas diferenças entre as realidades, os currículos e o corpo docente e discente.

ANEXO II

MANIFESTAÇÃO DA GESTÃO ACADÊMICO- ADMINISTRATIVA

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2011 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

1. Manifestação da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX)

1.1. DIRETORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (DIRES)

1.1.1. Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE): Setor de Assistência e Orientação Social (SEAOS)

a) Processo de avaliação socioeconômica burocrático, demorado e não é feito de forma adequada, pois quem omite recebe a bolsa e quem fala a verdade não recebe: A coordenação do SEAOS/DIASE esclarece que a equipe de Assistentes Sociais atua por meio de metodologia socioeconômica, em que são mensuradas um conjunto de variáveis da realidade da família e do estudante atendido. Neste sentido, são solicitados documentos dos membros do grupo familiar para comprovação dos dados apresentados. E para cada item do questionário socioeconômico é informado qual a documentação comprobatória para facilitar a compreensão do estudante.

É importante ressaltar que, nos casos de informações duvidosas, são realizadas as seguintes atividades: visitas domiciliares; contatos telefônicos com os familiares que residem fora de Uberlândia; e acesso aos sites de pesquisa dos órgãos governamentais para checar dados. Além disso, os casos são discutidos na equipe de trabalho com supervisão da chefia. Os profissionais procuram agir de forma séria, competente, com equidade e justiça social, fazendo cumprir o código de ética profissional.

É importante deixar claro que em processo seletivo pode haver o uso de má fé, omissão de dados ou mesmo fraude de documentação. No caso de tais situações não serem detectadas durante o processo de análise e for liberada a bolsa, há a tranquilidade de receber as DENÚNCIAS NOMINAIS para as devidas providências, pois todos os bolsistas assinam o termo de responsabilidade sobre a veracidade dos dados e documentos apresentados. Portanto, há um incentivo pela cultura da verdade dos fatos e não da omissão ou a lei da vantagem.

Os discentes que fizeram esta crítica devem procurar a DIASE, Bloco 3E, Campus Santa Mônica para relatar as situações com a devida identificação do estudante bolsista. As providências cabíveis serão tomadas, preservando-se o anonimato do denunciante.

Nos casos em que afirmam existir a necessidade da bolsa e não ter ocorrido a liberação, serão verificados os motivos pelos quais as solicitações foram indeferidas. Por exemplo, pode acontecer do estudante não ter encaminhado os documentos necessários para conclusão da avaliação socioeconômica, o que acarreta a não liberação da bolsa.

Cumprir informar ainda que a Equipe de Assistentes Sociais da DIASE está em processo contínuo de atualização, por meio das reuniões de trabalho do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em nível regional e nacional. Neste ano (2012), a Equipe deverá atualizar a metodologia de avaliação socioeconômica por meio de um processo de capacitação com profissionais de outras instituições de ensino superior (IES).

b) É impossível aos discentes de Ituiutaba ganhar qualquer bolsa, enquanto outras pessoas que são de fora e tem melhores condições financeiras recebem bolsas: A coordenação do SEAOS/DIASE destaca que esta crítica não procede, pois há muitos discentes de Ituiutaba que recebem Bolsa Alimentação e Transporte Urbano. Eles não têm acesso à Bolsa Moradia porque um dos critérios desta bolsa é que a família resida fora de Ituiutaba. Salienta ainda que é preciso ter muito cuidado ao fazer um julgamento por aparência.

c) A distribuição das Bolsas no Campus Pontal é injusta e péssima. Os funcionários são arrogantes e ofertam bolsas aos que não precisam: A coordenação do SEAOS/DIASE informa que, em qualquer dos campi da UFU, ocorre o processo de supervisão antes da liberação das bolsas, para que ocorra maior assertividade com relação à justiça social e respeito aos usuários. Trata-se de uma acusação grave aos profissionais que procuram desenvolver seu trabalho com ética profissional e com competência técnica. A crítica é livre, porém, deveria ser

feita de forma mais respeitosa e com responsabilidade para que, de fato, se possa avançar na melhoria da prestação dos serviços à comunidade estudantil.

d) Necessidade de aumento do número de Bolsas (Alimentação, Moradia e Transporte): Segundo a coordenação do SEOS/DIASE, há um divisor de águas antes e depois do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - criado por meio da Portaria 39, de 12 de dezembro de 2007 e substituído pelo Decreto 7234, de 19 julho de 2010 - e dos Recursos do REUNI.

Os dados dos projetos da Assistência Básica podem ser observados na tabela 1:

Tabela 1 - SEOS/DIASE: Número de bolsas distribuídas (2007-2011)

TIPO DE BOLSA	ANOS				
	2007	2008	2009	2010	2011
ALIMENTAÇÃO	1359	1492	1508	1648	2267
MORADIA	116 100,00	137 100,00	229 250,00	389 250,00	650 250,00
TRANSPORTE	-	-	441 (UDIA)	864 (T. Urbano) 77 (T interm)	1191 (T.Urbano) 127 (T. Interm)

A cada ano, o SEOS/DIASE está ampliando as bolsas, de acordo com a demanda estudantil. Pode-se, inclusive, incluir estudantes de classificação socioeconômica C, que antes de 2007 não tinham acesso aos projetos de permanência.

e) Deveria haver maior preocupação com discentes de situação econômica desfavorecida que precisam trabalhar e necessitam ser incluídos nos programas de permanência: Conforme aponta a coordenação do SEOS/DIASE, existem muitos estudantes bolsistas que trabalham e, por vezes, são arrimo de família, ou mesmo contribuem mensalmente com as despesas familiares. Com certeza, há casos desta natureza atendidos neste semestre. Durante todo o ano são

atendidas as situações de urgências e emergências e os casos são incluídos nos projetos de permanência, após o processo de avaliação socioeconômica.

f) Necessidade de abrir novas vagas para Bolsa Transporte Urbano no Campus

Pontal: A coordenação do SEOS/DIASE informa que no 2º semestre de 2011 foram liberadas 128 Bolsas Transporte Urbano no Campus Pontal. Porém, a inauguração do Campus ocorreu apenas em 09 de março de 2012. Neste sentido, o atendimento realizado no período de março a abril de 2012 contempla a ampliação da referida bolsa. A coordenação está aguardando a conclusão das análises das novas solicitações para liberação das bolsas, para assim, atender a demanda dos estudantes de baixa condição socioeconômica do referido Campus.

g) Deveria haver o aumento do valor das Bolsas de Alimentação e Moradia no Campus Pontal, pois o custo de vida em Ituiutaba é muito alto:

A coordenação esclarece que, no ano passado (2011) fez um pequeno reajuste na Bolsa Alimentação (Bolsa I - de 150,00 p/ 170,00 e Bolsa II - de 180,00 p/ 200,00). Porém, está sendo realizado um estudo de viabilidade para reajuste na Bolsa Tipo II - em que o bolsista necessita de duas refeições - , como também um reajuste no valor da Bolsa Moradia.

h) É necessário maior divulgação do atendimento das Bolsas:

A coordenação considera importante fazer o seguinte esclarecimento: no início de cada semestre, é realizada a divulgação dos serviços do SEOS/DIASE e, principalmente, do atendimento das bolsas. Isso é realizado da seguinte forma: com a entrega do Informativo DIRES no momento da Matrícula; pelo site da UFU, por meio de faixas colocadas nas entradas dos campi; nas salas de aula, nas coordenações de curso e por meio da TV Universitária. No 2º semestre de 2011, nos meses de agosto e setembro, foram atendidos os casos de urgência e emergência em Uberlândia e atendimentos nos Campus Pontal, Monte Carmelo e Ituiutaba. Porém, devido à greve, o atendimento mais concentrado de Uberlândia aconteceu em outubro de

2011, sendo as bolsas liberadas em novembro, com retroativo a agosto nos casos de bolsa em espécie.

No 1º semestre de 2012, devido ao acesso via SISU, muitos estudantes ingressantes e familiares procuraram a DIASE nos dias de matrícula, informando a urgência em acessar os programas e projetos da Assistência Estudantil. Diante desta realidade, foi realizado um agendamento de entrevistas no início do semestre (07/03/2012), sendo que neste mesmo dia os 645 horários disponíveis foram preenchidos. Foram disponibilizados mais 255 horários para atender a demanda e foi realizado plantão durante a semana de 19 a 23/03/12 para atender os casos de urgência que não conseguiram agendar pelo site: www.ufu.br/bolsas. Caso os participantes da Avaliação Institucional UFU 2011 tenham outras formas de divulgação, favor encaminhar sugestões para a DIASE.

i) Deveria haver possibilidade de solicitação de Bolsa para estudantes em 2ª graduação (portador de diploma): Segundo recomendações do Sistema de Seleções Unificada (SISU/MEC), a prioridade dos recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é para estudantes de 1ª graduação. A Resolução 04/2009 do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (CONSEX) que normatiza a concessão de bolsas alimentação, moradia e transporte prevê que as mesmas sejam destinadas para estudantes que não tenham concluído nenhum curso de graduação superior. O que a UFU vivencia hoje é a crescente demanda de estudantes em segunda graduação (houve a liberação de mais 800 vagas em 2011), o que gera a necessidade de revisão desta questão junto às instâncias superiores, tendo em vista esta nova demanda que necessita de Assistência Estudantil.

j) Possibilidade de solicitação de Bolsa Alimentação para estudantes da Pós-Graduação: É importante informar que os recursos do PNAES são destinados para estudantes de graduação de cursos presenciais. Neste sentido, o atendimento desta demanda é de competência da Administração Superior envolvendo a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP) e Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD)

para definir a possibilidade de liberação de recursos próprios para tal, tendo em vista o previsto na Resolução 05/2009 do Conselho Universitário da UFU (CONSUN) que trata da Política de Assistência Estudantil.

k) Deveria haver prioridade para a criação de uma Pró-Reitoria de Assistência

Estudantil: Quanto a esta sugestão, a coordenação do SEOS/DIASE informa que, em vários documentos, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) solicita à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) que recomende aos Reitores a criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Os recursos oriundos do PNAES viabilizou a criação de várias Pró-Reitorias específicas de Assistência Estudantil. Neste sentido, a discussão da questão compete à Administração Superior e aos Conselhos Superiores, abrindo a discussão com a comunidade universitária.

l) Não deveria ter alojamento universitário, pois a universidade deveria dar

ajuda de custo: É importante deixar claro que a discussão sobre a criação da Moradia Estudantil aconteceu no CONSUN, durante a apreciação da Política de Assistência Estudantil (2009), quando foi aprovada a construção da Moradia mais a manutenção das bolsas de moradia. No momento atual está sendo discutido o Regimento Interno da Moradia Estudantil.

m) A UFU deveria fornecer auxílio em caso de enfermidades dos estudantes de

baixa renda: A partir deste comentário, a coordenação informa o seguinte: na Política de Assistência Estudantil tem o Programa de Saúde Física. Porém, está em discussão no FONAPRACE a possibilidade de criar uma Política de Saúde do Estudante Universitário junto ao Ministério da Saúde, em parceria com o MEC. NO momento atual, os estudantes que necessitam de atendimento estão sendo atendidos na rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

1.1.2. Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE): Setor de Atendimento Psicológico ao Estudante (SEAPS)

a) Ao precisar de um apoio psicológico, a pessoa não teve nenhum apoio: Infelizmente, a coordenação do SEAPS/DIASE não tem condições de responder afirmativamente o que aconteceu com relação a este caso, visto que não possui maiores detalhes que possibilitam entender o que aconteceu para que não houvesse o atendimento.

O SEAPS procura atender à demanda recebida com o maior cuidado possível, buscando compreender a necessidade e urgência de cada estudante. No entanto, na prática se lida com situações adversas, tais como a diminuição da equipe de psicólogas nos últimos anos, o que, inevitavelmente, leva a uma capacidade de atendimento inferior ao número de solicitações de atendimento. Neste sentido, o setor tem se esforçado para encontrar novas estratégias que possam contribuir para o trabalho clínico. Desde o primeiro semestre letivo de 2012, o SEAPS tem trabalhado com os atendimentos de triagem, que são agendados assim que o estudante solicita o atendimento e que permitem que a profissional que realiza esse primeiro contato possa fazer uma avaliação e proceder com as condutas adequadas. O setor coloca-se à disposição de todos os estudantes que possam necessitar, em algum momento de sua trajetória acadêmica, de um apoio no que se refere a dificuldades de ordem psicológica.

b) É necessário informação e divulgação do atendimento psicológico ao estudante: O Setor de Atendimento Psicológico (SEAPS) é responsável por atender os estudantes da UFU em suas dificuldades e transtornos emocionais, cujos reflexos incidem na vida acadêmica e pessoal, na perspectiva de contribuir para a melhoria de suas condições psíquicas. Realiza ações clínicas por meio do Programa de Atendimento Psicológico e projetos de âmbito preventivo/educativo por meio do Programa de Ações Psicoeducativas.

Com relação às ações clínicas, o estudante pode solicitar atendimento psicológico via encaminhamento (médicos, coordenadores de curso, professores, familiares, ou

outras instituições) ou espontaneamente. Caso o estudante solicite o atendimento devido ao encaminhamento de outros profissionais ou coordenação do curso, é necessário que apresente este por escrito e compareça pessoalmente ao SEAPS para fazer a sua solicitação.

O SEAPS oferece atendimento psicoterapêutico nas modalidades individual e em grupo. Para o atendimento à demanda recebida utiliza-se das seguintes condutas:

- O setor tem trabalhado na perspectiva dos atendimentos em grupos, reservando os atendimentos individuais para casos que caracterizem urgência, sendo avaliados em um processo de triagem. Além disso, prioritariamente, são atendidos os estudantes que apresentam baixa condição socioeconômica.
- Os estudantes que apresentam condição financeira podem ter um atendimento breve e serem encaminhados para o atendimento na rede particular. O setor realiza encaminhamentos para profissionais que atendem na cidade de Uberlândia, com valores mais acessíveis, ou para profissionais que atendem por meio dos planos de saúde, quando o estudante o possui. O SEAPS está disponível para repassar essas informações, contatos e demais orientações necessárias para os estudantes que solicitarem.
- O setor coloca à disposição do estudante algumas possibilidades de atendimento e, caso o estudante dispense o atendimento oferecido ou não é localizado quando o contato é feito, o nome é retirado da lista de espera (após três tentativas sucessivas) e pede-se para que o estudante volte a solicitar atendimento novamente caso (e quando) sinta necessidade.

A partir do primeiro semestre letivo de 2012, diante da necessidade de recomposição da Equipe de Psicólogos e da extensa demanda de atendimentos recebida, foi iniciada uma reestruturação de algumas ações do setor, visando o acolhimento e a triagem de cada caso. Ao formalizar sua solicitação de atendimento, inicialmente é agendado um atendimento de triagem para o estudante com uma das psicólogas do setor, com o objetivo de avaliar a demanda e tomar as condutas necessárias.

O SEAPS funciona de segunda à sexta feira das 7:30 às 17:00 horas e está localizado no Bloco 3E, Campus Santa Mônica. Os contatos com o setor também são possíveis por meio do telefone 3230-9558 ou pelos e-mails: seaps@proex.ufu.br e seaps.ufu@gmail.com.

É importante ressaltar que a divulgação do setor e seus serviços é feita por meio do Guia Acadêmico e do Informativo DIRES, que são entregues a todos os discentes quando ingressam na universidade, e no site da PROEX (<http://www.proex.ufu.br/dir-assuntos-estudantis/atendimento-psicol%C3%B3gico>). Além disso, outras ações realizadas pelo setor são divulgadas previamente por meio de cartazes, faixas, panfletos, e-mails e veículos de comunicação da UFU.

c) Os docentes e discentes deveriam dispor de auxílio psicológico e social mais intenso, com palestras e dinâmicas de grupo, já que os docentes demonstram equívocos entre o que dizem e o que fazem, o que se reflete na formação dos discentes: Primeiramente, é importante deixar claro que o SEAPS/DIASE presta serviços de atendimento psicológico aos estudantes da UFU. No caso, a sugestão para atendimento aos professores seria por parte da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PROREH), que atende os servidores da UFU.

Para o atendimento às unidades acadêmicas, o SEAPS realiza o Projeto Coordenadores de Curso em Alerta com encontros semestrais com estes profissionais. Embora não haja adesão de todos os coordenadores, gradualmente o projeto tem sido muito importante. Nestes encontros há a orientação aos coordenadores, demais professores e outros profissionais que lidam diretamente com o estudante no cotidiano acadêmico, para que haja o encaminhamento, a tempo hábil, do estudante com demanda de atendimento. Assim, esse poderá, por meio do acompanhamento psicológico, tratar suas queixas de cunho emocional e caminhar na direção de recuperar sua vida acadêmica.

Este projeto é divulgado a todos os coordenadores, com convite entregue em mãos nas reuniões do Conselho de Graduação (CONGRAD), bem como todas as informações referentes às ações desenvolvidas pelo SEAPS.

Neste contato com os coordenadores, eles têm acesso aos serviços para também solicitarem, quando necessário, ações a serem desenvolvidas em salas de aula, com turmas que estejam com dificuldades em suas relações e integração.

Percebe-se que os coordenadores que frequentam os encontros do projeto têm orientado e encaminhado estudantes com necessidade de atendimento psicológico.

1.1.3. Elogios à Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE)

a) A DIASE é um dos poucos setores que realmente humanizam a Universidade, fornecendo Apoio Psicológico e Bolsas estudantis. Este é um setor que deveria crescer muito mais para poder beneficiar cada vez mais pessoas: A equipe de profissionais da DIASE agradece o elogio e destaca que é muito raro o reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo de 36 anos, que, com certeza, tem contribuído efetivamente para o acesso, permanência e conclusão de curso de grande número de estudantes, como este egresso que conseguiu perceber o valor da Política de Assistência Estudantil desenvolvida pela DIASE/DIRES. A cada ano, esta Divisão está se ampliando e colaborando com o crescimento institucional e com a formação profissional e cidadã dos estudantes da UFU.

b) A partir das oportunidades de Bolsa Alimentação e Iniciação Científica no Curso de Graduação em Ciências Agrárias, foi possível a conclusão do curso e o ingresso no mercado de trabalho e, posteriormente, cursar o mestrado. Gostaria de ver a UFU podendo levar esta situação a milhares de outras pessoas: A equipe da DIASE destaca que é gratificante quando vê que consegue colaborar, por meio de seu trabalho, para a realização profissional dos ex- bolsistas. Na verdade, o produto final do trabalho demora em média 4 a 5 anos, quando o estudante bolsista consegue concluir o curso e dar o retorno à sociedade.

Diante do exposto, cumpre esclarecer que o compromisso da Equipe de profissionais da DIASE é desenvolver a Política de Assistência Estudantil para garantir o acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes dos diversos

curso da UFU, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

A equipe da DIASE reconhece que o processo de Avaliação Institucional é valioso para repensar o seu trabalho e buscar juntos soluções coletivas. Destaca que se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos.

1.1.4. Divisão de Esportes Universitários - DIESU

a) Maior atenção às questões relacionadas ao esporte: A coordenação da DIESU considera que esta crítica não deve ser de um discente da UFU - Campus Uberlândia, pois o esporte tem sido prioridade absoluta na DIESU, desde o início de 2009.

A inserção de outros campi da UFU (recém anexados) deve acontecer aos poucos. Porém, a participação deles na Olimpíada Universitária da UFU é apoiada e incentivada. Além disso, a DIESU fornece materiais esportivos para as atléticas de outros campi desde que solicitado, via empréstimo ou em alguns casos em caráter definitivo.

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX) já está providenciando instalações adequadas para a prática do esporte em todos os campi. Além disso, salas de musculação estão sendo inauguradas no campus do Pontal, no campus Umuarama, no campus Santa Mônica e no campus de Patos de Minas.

Em relação à Taça Universitária de São Carlos (TUSCA), a UFU tem apoiado este evento, mas devido às atividades desenvolvidas na cidade sede (São Carlos/SP), em 2011, com uma repercussão nacional altamente negativa, a DIESU não tem motivação em continuar apoiando este torneio.

1.1.5. Divisão de Restaurante Universitário - DIVRU

Com referência às críticas feitas aos Restaurantes Universitários da UFU, a DIVRU esclarece o seguinte:

A maioria esmagadora das críticas diz respeito ao tamanho das filas e, por consequência, o tempo de espera. Sobre este fato, a DIVRU tem a informar a toda comunidade universitária que já tomou as seguintes medidas paliativas:

- **No RU Santa Mônica:** A portaria 2 foi aberta, de terça a quinta, dias de maior movimento, no mesmo horário da portaria 1. No almoço, foi possível constatar maior rapidez.
- **No RU Santa Mônica:** Está sendo implantado, a título de teste, a abertura da portaria 2 também para o jantar. Esta possibilidade encontra limitação, dado o número de funcionários disponibilizado para servir o jantar, cláusulas contratuais com a empresa terceirizada. Contudo, a DIVRU irá fazer um teste no período de 09 a 13 de abril/2012.
- **No RU Umuarama:** Sobre a fila, no almoço, a DIVRU tem a informar que medidas paliativas já foram implementadas, como: proporcionar além da carne, o arroz e a guarnição.
- **No RU Umuarama:** No jantar, não há filas.

Ainda sobre as filas, e em caráter definitivo, a DIVRU informa a toda a comunidade universitária que foi solicitado, por intermédio da Diretoria de Assuntos Estudantis e acatado pela Pró Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis, a ampliação do RU Umuarama e a criação de um novo ponto de distribuição no Campus Santa Mônica. Tais projetos foram solicitados à Diretoria de Obras e os mesmos se encontram em fase de conclusão.

Outrossim, a DIVRU esclarece que pouquíssimas críticas de outras naturezas, como variedade de suco, preço da refeição, forma de preparo de pratos, representam menos de 2% (dois por cento) das críticas totais. É importante lembrar ainda que,

apesar das críticas existentes, há diversos elogios à qualidade da refeição produzida nos Restaurantes Universitários da UFU.

1.2. DIRETORIA DE CULTURA

Em relação aos comentários dos discentes sobre a avaliação das ações realizadas pela Pró-Reitoria de Extensão, no que se refere à área da Cultura, a Diretoria tem a argumentar o seguinte:

Algumas ações solicitadas como, por exemplo, cursos sobre “malefícios da droga”, “cursos de informática para funcionários”, bem como “visitas a empresas e workshops”, não são ações de responsabilidade da Diretoria de Cultura.

Já sobre a questão de divulgação, a Diretoria tem feito o possível e está sempre à procura de soluções razoáveis para que suas ações cheguem a um maior público possível. Na verdade, a Diretoria relata que sofre profundamente com o vandalismo de alunos que não respeitam cartazes de divulgação de eventos e ações culturais. No entanto, os eventos são divulgados pela rádio e TV Universitária, além de jornais locais.

Sobre o fato de a universidade não estar preparada para eventos de grande porte, a Diretoria reconhece que é obrigada a concordar com a observação do aluno. A Diretoria de Cultura, até o exercício da presente gestão, não existia oficialmente, tampouco uma política de Cultura, o que só foi possível desenvolver e aprovar no ano de 2009. É importante que todos saibam que a verba para a cultura e, de uma maneira geral, para a Pró-Reitoria de Extensão é a menor da Universidade, o que naturalmente dificulta a execução de ações culturais de grande porte. Cultura custa caro e deve ser investimento contínuo de órgãos superiores, e não a representação do esforço de uma minoria.

No entanto, a Diretoria discorda da afirmação de que os eventos promovidos são insignificantes e, cada vez, piores. Nesta gestão, já foram realizados 3 (três) Festivais de Teatro Latino-Americano com grupos renomados e reconhecidos. Ocorreram também (quatro) Festivais de Teatro de Formas Animadas, com a presença de grupos nacionais e internacionais de destaque. O Festival assumiu importância a nível internacional, pois, a Diretoria foi convidada a participar do Festival International de Théâtre de Marionnettes, realizado em Charleville na França, para dar seu depoimento de como se produz um festival desse porte em

nível universitário. Já foram realizados 2 (dois) Festivais da Canção Universitária, o que nunca acontecera antes na UFU e, o terceiro festival da canção está se abrindo para as universidades de todo o estado de Minas Gerais. Em 2010, a Diretoria também vivenciou a realização do primeiro Festival Universitário de Teatro e Dança.

Em relação a prestigiar artistas locais, a Diretoria discorda da afirmação do aluno, o que mostra seu total desconhecimento das ações da mesma. Nunca a UFU prestigiou tanto o artista local e regional. O que se faz é não reproduzir o que a mídia divulga como sendo tendência, pois a Diretoria está sempre em busca de qualidade artística. O programa Arte na Praça, que acontece todo mês, mostra efetivamente a total ausência de preconceito em relação a esse aspecto. Nele, são sempre prestigiados artistas locais, regionais e nacionais, graças a uma cláusula contratual com os patrocinadores. Por outro lado, dentro da Universidade, foi criado o projeto Interlúdios cênicos musicais, que prestigia os talentos dos próprios alunos, bem como o projeto Culturarte, realizado quinzenalmente dentro da própria UFU e com o objetivo de divulgar os talentos e beneficiar o corpo discente como um todo.

É verdade que a Diretoria de Cultura acabou com as “festas”. O motivo é que se considera que entretenimento nem sempre é sinônimo de cultura e, sobretudo, porque os eventos não se dispunham a um debate acadêmico profícuo posterior.

Em relação ao fato de a Diretoria se abrir para a comunidade, ela esclarece o seguinte: neste ano de 2011, foi desenvolvido um programa chamado Ciranda Cultural, que teve sua inserção direta em bairros menos favorecidos da cidade, bem como no Distrito Cruzeiro dos Peixotos. Esse programa contemplou a apresentação de espetáculos teatrais, cinema, música e dança, além de um trabalho de contação de histórias para desenvolver e estimular a leitura na comunidade. Esse programa teve um resultado altamente positivo e bem avaliado nas comunidades em que aconteceu. Além disso, a Diretoria tem, sob sua responsabilidade, a execução de oficinas culturais sendo realizadas no Centro de Informação e Referência da Cultura Negra de Uberlândia e Região, cuja sede fica no bairro Roosevelt e beneficia a população local.

Sobre a acusação de que as ações da Diretoria de Cultura não são interessantes, pois vêm revestidas de um “caráter burguês elitista clássico careta”, a Diretoria lembra o seguinte: nesta gestão, ela participou e apoiou ativamente 4 (quatro)

Encontros de violeiros. Acabou de realizar o Circuito integração de Viola, que se apresentou nos 4 (quatro) campi da UFU, obtendo grande sucesso em Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas. Em 2011, foi realizado o Primeiro Festival de Viola de Cruzeiro dos Peixotos, em homenagem a Pena Branca e Xavantinho - artistas populares nacionalmente conhecidos -, que contou com a participação de 15 mil pessoas.

Neste ano (2012), nos dias 14,15 e 16 de junho, acontecerá o II Festival de Viola que, conforme acredita a Diretoria, terá o mesmo sucesso que o primeiro. Dentro do quesito popular, também foi realizado o Encontro de Cultura Popular do Pampa ao Cerrado que reuniu músicos regionalistas gaúchos e mineiros, com grande sucesso. Da mesma forma, em maio do ano passado, a ópera La traviatta foi levada para o Parque do Sabiá, cantada pelo Coral-UFU e acompanhada pela Orquestra UFU, com o apoio da TV Paranaíba. Em uma manhã de domingo, este evento reuniu um contingente de 15 mil pessoas. Acredita-se que poucas tinham tido o prazer de ouvir uma ópera e, pelo registro fotográfico, pode-se comprovar que estavam se deleitando com o espetáculo.

Então, se a Diretoria privilegia o que se considera “burguês elitista clássico careta” também não deixa de privilegiar o que, provavelmente, o autor da crítica considera “contemporâneo”. Ainda dentro da compreensão da Diretoria de Cultura, o programa Chorinho no Coreto, que vem sendo desenvolvido, tem o prazer e a alegria de observar no Coreto da praça pessoas de todos os níveis e formação, sem contar com o público infantil sempre presente, que é presenteado com música de boa qualidade e que faz parte do Patrimônio Musical Cultural Brasileiro.

É importante lembrar que a Diretoria de Cultura tem realizado ações em vários segmentos da arte e cultura e que respeita, sobremaneira, o acordo em prol da proteção e da Diversidade Cultural, assinado com a UNESCO e mais 91 países do mundo inteiro. Assim sendo, entende-se que opiniões individuais não são representativas da opinião do conjunto acadêmico.

1.3. DIRETORIA DE EXTENSÃO

A Diretoria de Extensão relata a dificuldade na compreensão, por parte da comunidade - docentes, técnicos-administrativos, discentes, egressos e sociedade civil - do que vem a ser extensão universitária, suas implicações, suas diretrizes, seus princípios, sua contribuição para a formação de profissionais mais qualificados, seus objetivos, sua abrangência, etc.

Com base nos comentários dos diferentes segmentos dos participantes da avaliação, tece algumas considerações importantes para o necessário esclarecimento.

A Diretora de Extensão destaca que os projetos de extensão são encaminhados pelas Unidades Acadêmicas, logo o número da oferta dependerá exclusivamente das ações encaminhadas pelos professores e técnicos-administrativos, sempre com a participação dos estudantes e da comunidade em geral.

Com relação aos outros Campi da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) seguem as mesmas diretrizes para o desenvolvimento das propostas extensionistas, ou seja, as possibilidades existem dependendo, em especial, do encaminhamento dos servidores ao pleito.

A PROEX oferece duas oportunidades de pleito: o Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade (PEIC) e o Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX).

A divulgação das ações depende do empenho de cada coordenador das propostas, podendo a Diretoria de Extensão (PROEX/DIREX) colaborar intervindo com os meios de comunicação disponibilizados pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O Sistema de Informação de Extensão (SIEX) é um sistema de informação que garante a institucionalização das ações extensionistas no âmbito da UFU. É por meio dele que ocorre a tramitação dos processos via Unidade Acadêmica e/ou Administrativa, juntamente com a PROEX. Todo o processo é on line, inclusive a certificação dos participantes.

O Plano Nacional de Extensão (PNEXT) e o FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão) tem se preocupado com a prática, certificação, avaliação e acompanhamento da extensão como componente curricular. Esse procedimento poderá dar maior reconhecimento da extensão e das pessoas que dela participa.

Cumprir destacar que a política de extensão da UFU prevê uma equiparação entre as dimensões ensino e pesquisa.

2. Manifestação da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), por meio da Resolução nº 1/2012 do Conselho Universitário (CONSUN), compõe-se por três Diretorias e uma Divisão, que juntas cumprem a missão institucional de desenvolver atividades de apoio, fomento, acompanhamento e avaliação da graduação, da educação básica e profissional. Obedece aos princípios fundamentais de concepção da educação como um bem público, em seu papel formativo, na produção de conhecimento, nos valores democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania, na luta contra a exclusão social, na preservação ambiental e na cultura da paz, conforme organograma da Figura 1:

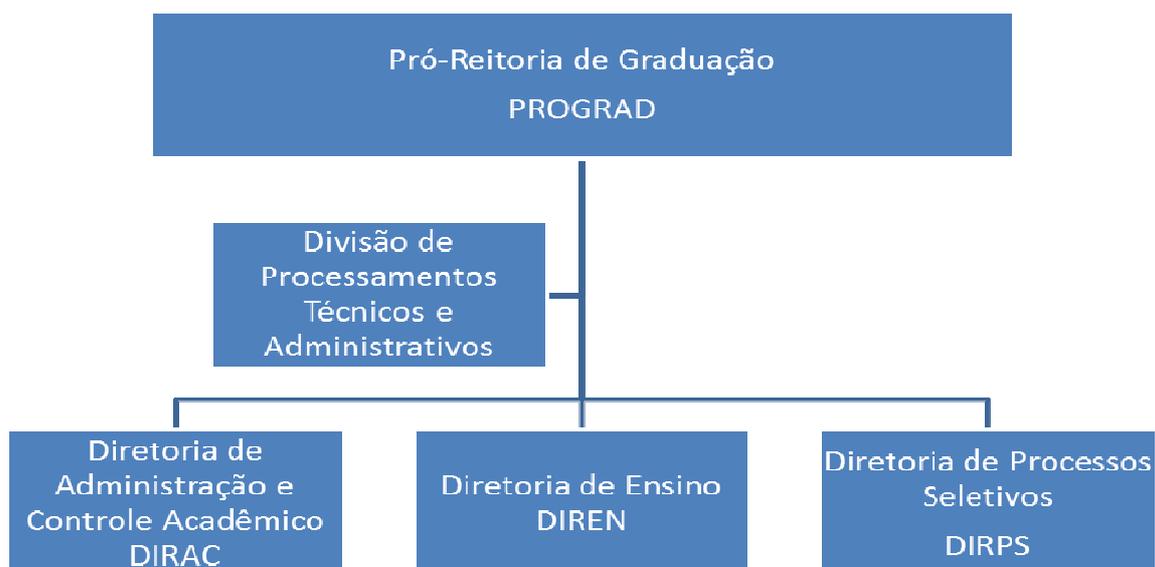


Figura 1 - Organograma da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

A Divisão de Processamentos Técnicos e Administrativos é o órgão encarregado da execução de todos os serviços técnico-administrativos da Pró-Reitoria de Graduação e de seus órgãos.

A Diretoria de Administração e Controle Acadêmico (DIRAC) é o órgão executivo responsável pelo acompanhamento, processamento e controle da vida acadêmica dos discentes da Universidade Federal de Uberlândia.

A Diretoria de Ensino (DIREN) é o órgão executivo da Pró-Reitoria de Graduação em questões que interessem ao Ensino de Graduação, Educação Básica e Profissional.

A Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS) é o órgão executivo responsável pela elaboração, aplicação, correção, processamento e divulgação dos resultados dos processos seletivos e concursos da Universidade Federal de Uberlândia.

Ao apresentar a estrutura organizacional da PROGRAD, pretende-se socializar seu funcionamento para a comunidade universitária, já que muitos aspectos registrados na avaliação indicam a necessidade de esclarecimentos das ações que são desenvolvidas, conforme descrição abaixo.

2.1. Sobre as realizações na área de comunicação

- Criação de um canal de comunicação eletrônico com as Secretarias e Coordenações de Curso (Spark);
- Implantação de um canal de comunicação interna (Pandion);
- Utilização do twitter para informações acadêmicas, visando um contato maior com a comunidade e com isto estreitando os laços entre universidade e comunidade;
- Aquisição de TOTEMs para a utilização dos discentes e docentes, facilitando o acesso do público dentro da universidade às informações referentes à PROGRAD;
- Aprimoramento do Portal do Aluno e Portal de Professor em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação (CTI);
- Implementação do sistema de relacionamento com o público, com listas e agendas de acesso coletivo aos servidores da PROGRAD (e- group).

2.2. Sobre as realizações na área de infraestrutura

- Realinhamento dos fluxos de trabalho nas três Diretorias;
- Criação de uma rede interna em que os servidores têm acesso;
- Criação de crachás para identificação dos servidores da PROGRAD;

- Melhoria das condições de trabalho com aquisição de móveis, equipamentos e a melhoria das instalações físicas.

2.3. Sobre as realizações na área de segurança

- Aquisição de cofres para guardar diplomas;
- Instituição de sistemas de segurança como câmeras, alarmes e extintores de incêndio;
- Instalação de controle de entrada digital na DIRAC, DIREN e DIRPS;
- Criação de níveis de sigilo para o controle de entrada na DIRAC e DIRPS.

2.4. Diretoria de Administração e Controle Acadêmico - DIRAC

a) Otimização dos processos de registro e entrega de diplomas: Com a implantação de sistema de emissão de diplomas por meio do SIE – Sistema de Informação de ensino foi possível otimizar os processos de registro e entrega de diplomas.

Foi realizado o mapeamento das pendências dos processos de registros de diploma da graduação e pós-graduação, também foi implantado o sistema de acompanhamento de pendências documentais dos discentes e implantado novos fluxos para emissão de diplomas. Com isso, o número de pendências documentais, referente à emissão de diplomas foi reduzido. No gráfico apresentado na Figura 2, tem-se a relação de diplomas emitidos por ano.

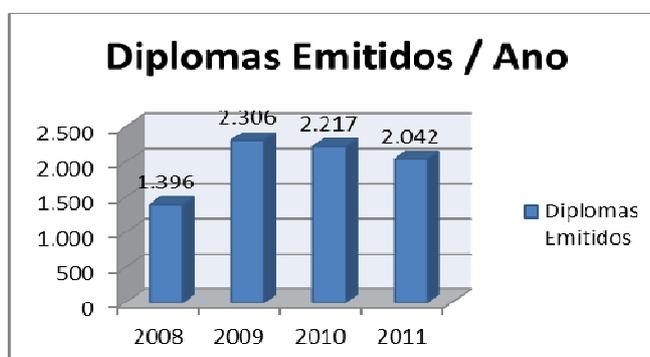


Figura 2 - DIRAC/PROGRAD: Número de diplomas emitidos por ano (2008-2011).

Ainda para esclarecer, a PROGRAD/DIRAC é responsável pela confecção e montagem do processo de registro de Diploma de Graduação, sendo que o efetivo registro junto ao MEC é realizado por outra Divisão da UFU, não subordinada à PROGRAD. Eventualmente, ocorre a demora na liberação do Diploma em decorrência de pendências documentais, não solucionadas, previamente comunicadas ao discente. Assim, até a correção ou recebimento de documentos para composição do processo de registro de diploma não é possível dar-se o encaminhamento desejado. A PROGRAD/DIRAC tem trabalhado efetivamente para resolução de pendências acadêmicas documentais ou curriculares dos discentes, desde seu ingresso, objetivando maior agilidade no processo de registro de Diploma.

b) Matrículas dos Processos Seletivos: A DIRAC realiza as matrículas dos Processos Seletivos realizados pela Universidade (SISU; Habilidade Específica; PAIES; PAAES; Reingresso; Transferência Interna; Transferência Externa; Portador de Diploma; Residência Multiprofissional e ESTES).

Em 2011, foi desenvolvido um sistema informatizado de matrículas dos ingressantes - SISMAT, visando maior agilidade e eficiência nestes processos. O desafio lançado agora é conseguir realizar as matrículas de ingressantes *on line*.

As matrículas dos veteranos, realizadas via *web*, têm período e prazo para solicitação definidos no Calendário Acadêmico, que é analisado e aprovado pelo Conselho de Graduação (CONGRAD). O sistema também está sendo aperfeiçoado pela equipe do CTI que tem trabalhado pelas melhorias.

c) Melhoria da qualidade do atendimento acadêmico: Em 2009, iniciou-se a reestruturação do setor de atendimento ao aluno, com isto foi criada uma nova concepção de atendimento ao aluno, onde o mesmo recebe todas as informações acadêmicas de acordo com as Normas de Graduação. Em 2010, o atendimento ao aluno passou a adotar o sistema de senhas e painel eletrônico e foi criado um Setor de Atendimento ao Aluno no Campus Umuarama. No ano de 2011, o Histórico Escolar passou a ser disponibilizado via *web*. Agora as demandas do Setor de Atendimento podem ser acompanhadas e avaliadas por tipo de documento e setor,

além do novo sistema de avaliação do atendimento prestado pelos servidores do Setor de Atendimento.

Compete à DIRAC, na condição de órgão executor, observar incondicionalmente o Regimento Geral da UFU, as Normas Gerais de Graduação (Resolução CONGRAD 015/2011) e o Calendário Acadêmico. Assim, para o recebimento de solicitações, fornecimento de documentos, entre outros, há normas estabelecidas que visam garantir tratamento igualitário e eficiente a todos.

Ainda, visando melhorar as condições de atendimento, a PROGRAD/DIRAC ampliou o horário de funcionamento da Divisão de Informações e Atendimento ao Acadêmico, do *Campus* Santa Mônica. Os atendimentos são realizados de segunda a sexta-feira, no horário de 7h às 21h.

d) Disponibilização dos Diários Eletrônicos: Em 2012/1, a PROGRAD/DIRAC, em parceria com o CTI, está implantando os Diários Eletrônicos, previstos nas Normas de Graduação. Os Diários foram disponibilizados aos docentes e são uma valiosa ferramenta para toda a comunidade acadêmica, com ganhos perceptíveis em agilidade e contribuição com o meio ambiente, evitando-se desperdícios.

2.5. Diretoria de Ensino - DIREN

De acordo com a Resolução nº 02/2010 do Conselho Universitário, de 26 de março de 2010, a Diretoria de Ensino (DIREN) passa a fazer parte da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), exercendo funções antes desenvolvidas e outras que iniciaram com a sua institucionalização. Ou seja, apenas em 2010, essa Diretoria passa a existir e a funcionar com cinco divisões e seus respectivos setores, conforme organograma da Figura 3.



Figura 3 - DIREN/PROGRAD - Organograma da Diretoria de Ensino.

A **DIPED** atua na orientação para a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFU. Acompanha o processo desde o surgimento dos PPCs nos Colegiados de Curso, a aprovação nas Unidades Acadêmicas ou Especiais de Ensino e no Conselho de Graduação, até o cadastro no Sistema de Informações para o Ensino (SIE). Após essa etapa interna, a DIPED realiza, em parceria com as coordenações dos Cursos de Graduação, os processos de avaliação e regulação do Ministério da Educação (MEC) para reconhecimento e renovação de reconhecimento dos Cursos. Compete, ainda, à Divisão, elaborar pareceres nos processos internos e externos de alterações curriculares de acordo com as Normas de Graduação (Resolução nº 15/2011 do Conselho de Graduação).

Alguns comentários de discentes retrataram a necessidade de alterações curriculares e adequação dos PPCs à realidade profissional. Isso é realizado pelos Colegiados de Curso, ouvido o Núcleo Docente Estruturante (NDE), aprovado no Conselho da Unidade Acadêmica e, posteriormente, enviado à DIPED, que realiza o parecer técnico, de adequação às legislações vigentes.

A **DIEBP** tem como um de seus objetivos incentivar e apoiar a ampliação de projetos de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada e com o foco interdisciplinar nas Licenciaturas e nas Unidades Especiais: Escola de Educação Básica (ESEBA) e Escola Técnica de Saúde (ESTES).

A **DLICE**, criada com o objetivo de apoiar as ações dos Cursos de Licenciatura da UFU, coordena e supervisiona diversos programas e ações, conforme descrição abaixo.

a) Programa Institucional de Incentivo à Docência (PIBID): O Programa oferece bolsas de iniciação à docência aos discentes de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o PIBID faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. Participam do PIBID todos os Cursos de Licenciatura da UFU.

b) Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência): O Prodocência é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e visa contribuir para elevar a qualidade dos Cursos de Licenciatura, por meio de financiamento a projetos institucionais, na perspectiva de valorizar a formação e reconhecer a relevância social dos profissionais do magistério da educação básica. O projeto institucional da UFU captou, por meio de Edital, recursos para a criação de espaços de apoio didático-pedagógico para os programas de formação de professores da instituição. Por meio desse programa, foi construído o Centro de Apoio à Formação de Professores no Campus Santa Mônica, em Uberlândia, bem como projetado o Centro de Apoio à Formação de Professores do Campus do Pontal, em Ituiutaba.

c) Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI): Tem como objetivo estreitar os laços com as universidades portuguesas, para que o licenciando da UFU possa desenvolver graduação sanduíche. Os discentes enviados para Portugal realizam

parte de seus estudos na universidade obtendo, ao final de sua graduação, dupla titulação: licenciatura pela Universidade Federal de Uberlândia e licenciatura pela Universidade Portuguesa. Os alunos participantes do Programa recebem bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para seu sustento e realização de seus estudos em Portugal.

d) Programa Nacional de Professores para a Educação Básica (Parfor):

Implantado pela CAPES em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios e com as Instituições de Ensino Superior (IES). O objetivo principal do Programa é garantir para os professores em exercício na rede pública de educação básica a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio do oferecimento de cursos superiores. A Divisão de Licenciaturas é responsável, juntamente com as coordenações de cursos que aderem ao Parfor, pelo monitoramento e oferta desses cursos, no âmbito da UFU.

e) Rede Mineira de Formação de Educadores: Desenvolvida sob a gestão da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG), a Rede visa oferecer aos professores, inspetores escolares e gestores educacionais mineiros, em efetivo exercício na rede pública estadual de educação básica, cursos de formação continuada, em instituições de ensino superior públicas e particulares que contam com pós-graduação aprovada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e que sejam previamente credenciadas pela Secretaria de Estado da Educação.

A UFU, após a apresentação de portfólio contendo o seu potencial quanto à formação de professores nas diversas áreas dos componentes curriculares da educação básica, foi credenciada em 2011, passando a fazer parte da Rede. Dessa forma, a Universidade poderá, nos próximos anos, organizar e oferecer programas e cursos voltados para a preparação desses profissionais do magistério, permitindo-lhes ampliar os conhecimentos sobre os campos de atuação, executar suas atribuições de forma adequada e enfrentar os desafios da atividade profissional.

A **DIFDO** visa desenvolver ações de formação continuada para os docentes da UFU, especialmente nas questões relativas aos saberes e práticas docentes na universidade. Vários comentários de discentes e docentes levantaram a necessidade de atualização e formação do professor universitário.

Em 2011, foi realizado o “Primeiro Fórum Internacional Sobre Prática Docente Universitária: Inclusão Social de Informação e Comunicação”, criado e realizado pela DIFDO/DIREN. A Tabela 2 retrata a quantidade de participantes.

Tabela 2 - Participantes do Fórum Internacional sobre Prática Docente Universitária

Público	Esperado (via inscrições)	Efetivo
Professores/Pesquisadores	146	111
Alunos de Pós-Graduação/Professores de Educação Básica*	50	34
Alunos de Graduação	68	45
Profissionais	150	53
Total	414	243

Foi criada também a revista científica sobre prática docente universitária, a *DiversaPrática* (Figura 4). A revista publica artigos científicos sobre temáticas relacionadas à prática docente universitária, com o intuito de promover a discussão interdisciplinar, o aprofundamento teórico e a troca de experiências pedagógicas nas diversas áreas do saber.



Figura 4 - Revista *DiversaPrática*: a revista do docente.

Além disso, sob a responsabilidade da DIFDO, foram ofertados workshops e atendimento Moodle-presencial. Os dados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Quantidade de docentes atendidos pela DIFDO

Tipo de atendimento	Quantidade de docentes atendidos
Presencial	39
E-mail	13
Telefone	5
Workshops MONTE CARMELO	8
Workshops PATOS DE MINAS	20
Workshops PONTAL	16
Workshops UBERLÂNDIA	48
Total	149

f) Biblioteca Digital: É um espaço para a troca de artigos e materiais de interesse que possam auxiliar o desenvolvimento das práticas de sala de aula. Cada participante posta o material (arquivos em PDF, vídeos ou links) e indica sobre o que ele trata em um breve resumo na mensagem. Cada leitor pode comentar os textos postados, clicando em Responder. O objetivo é compartilhar saberes de áreas comuns. Para facilitar a disponibilização dos textos que se queira compartilhar, a Biblioteca Digital oferece seis áreas distintas, que contemplam os cursos da UFU: Ciências Agrárias, Exatas e da Terra; Ciências da Saúde e Biológicas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; Engenharias e Multidisciplinar.

g) Fóruns de Discussão: A Área do Docente oferece, também, alguns fóruns sobre temas considerados caros a todo docente de qualquer área de conhecimento: avaliação, MOODLE 2.0 UFU-Presencial, ferramentas digitais, compartilhamento de conteúdos educacionais e práticas de sala de aula interdisciplinares.

Neste fórum, se discute, por exemplo, formas de avaliação em ambientes presenciais e a distância, experiências de avaliação nas diferentes áreas, de

maneira a refletir sobre os processos de avaliar e seu impacto na formação dos alunos.

A **DIFDI** é responsável pelas ações, programas e projetos destinados aos Cursos de Graduação e conta com dois Setores: de Estágio e de Projetos.

h) Setor de estágio: O *Estágio* é um componente curricular do processo de formação profissional integrante das dimensões do ensino, pesquisa e extensão, constituído pelas atividades que um discente realiza junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou na comunidade em geral, durante as quais são colocados em prática, ampliados e ou revistos os conhecimentos adquiridos nos cursos de graduação. Tem o objetivo de articular teoria e prática, de forma sistemática e orientada, para capacitação profissional diante de situações reais, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino. Tem caráter curricular e se classificará em *obrigatório* e *não obrigatório*, conforme determinação do Projeto Pedagógico do Curso.

- *Estágio Obrigatório:* é um componente indispensável para a integralização da estrutura curricular do curso, na modalidade de estágio supervisionado, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, e;

- *Estágio Não Obrigatório:* é aquele que, apesar de contribuir para a ampliação da formação profissional do discente, não é condição indispensável para a integralização curricular, uma atividade opcional, que deve ser acrescida à carga horária regular e obrigatória.

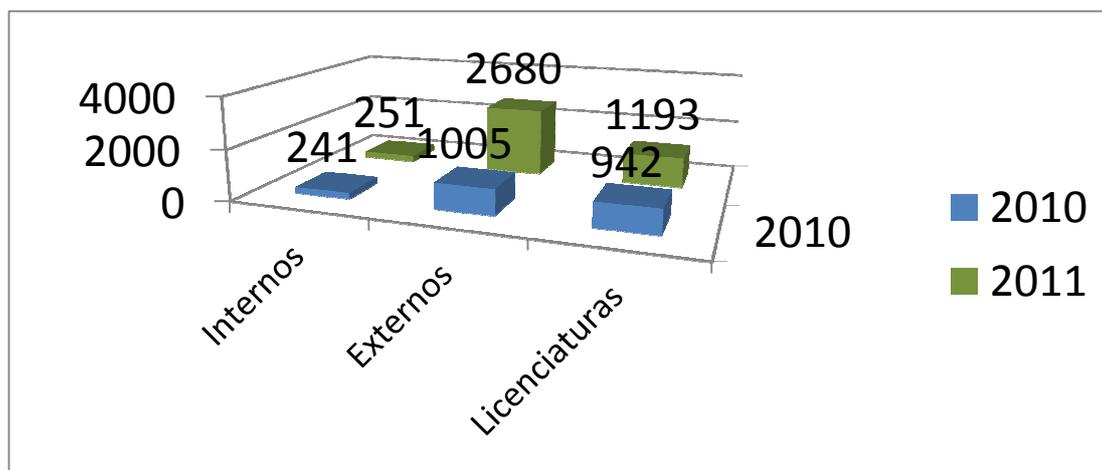


Figura 5 - DIREN/PROGRAD: número de alunos participantes de estágio (2010-2011)

i) Setor de projetos

Para desenvolver as suas funções, o Setor de Projetos configuram-se nos Programas de Bolsas de Graduação (PBG) e de Educação Tutorial (PET), monitoria, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e publicações (caderno de graduação, catálogo de cursos de graduação e guia acadêmico).

O *Programa de Bolsas de Graduação*, criado por meio da Resolução nº 08/2010 do Congrad, é destinado ao desenvolvimento de atividades extracurriculares, criando oportunidades dos discentes vivenciarem experiências não presentes em estruturas curriculares convencionais, a fim de contribuir para a formação integral do discente e para o fortalecimento de ações no universo do ensino, articuladas com a pesquisa e a extensão. É organizado em oito subprogramas temáticos, com focos específicos, sendo eles: Subprograma InclUFU; Subprograma Cursos Noturnos; Subprograma Aprimoramento Discente; Subprograma Educação Básica e Profissional; Subprograma Experiência Institucional; Subprograma Apoio aos Laboratórios de Ensino; Subprograma Projetos Pedagógicos dos Cursos; e Subprograma Tutoria. Este Programa financia bolsas destinadas a discentes de graduação da Universidade Federal de Uberlândia, para o desenvolvimento de projetos contemplados em edital publicados anualmente. O acompanhamento do número de bolsistas do programa pode ser visto na Figura 6.

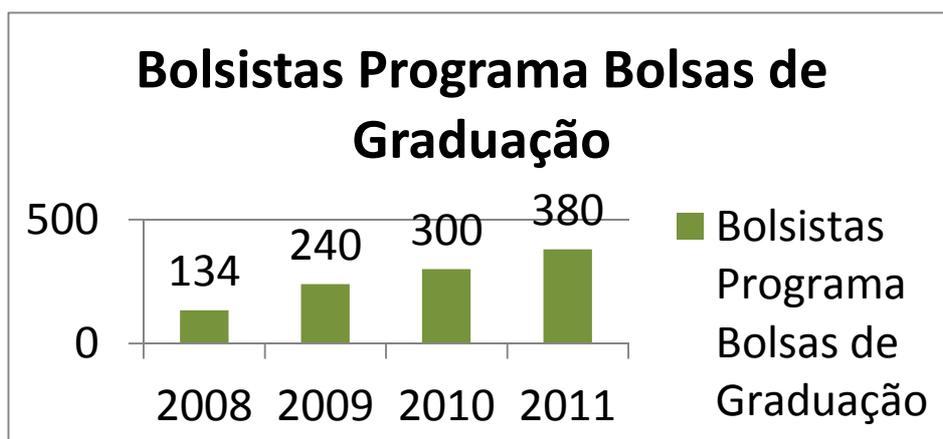


Figura 6 - DIREN/PROGRAD: número de bolsistas do Programa de Bolsas de Graduação (2008-2011)

A *Monitoria* é uma experiência pedagógica oferecida ao discente regularmente matriculado no curso de graduação e tem por objetivos desenvolver, no discente, o interesse pela carreira do magistério superior, e proporcionar a cooperação entre o corpo discente e o corpo docente em benefício da qualidade do ensino ministrado pela Instituição. As atividades de *monitoria* compreendem as atribuições auxiliares relativas aos encargos acadêmicos associados a uma disciplina, sendo desenvolvidas sob a orientação e a supervisão de um professor da disciplina em questão, sendo uma experiência vivenciada pelo aluno ainda em seu período de formação profissional. Pode ser remunerada ou não-remunerada. As atividades desenvolvidas na monitoria deverão totalizar 12 horas semanais, sem prejuízo das atividades curriculares do discente. A Figura 7 apresenta o número de docentes participantes do programa de monitoria no período de 2009 a 2011.

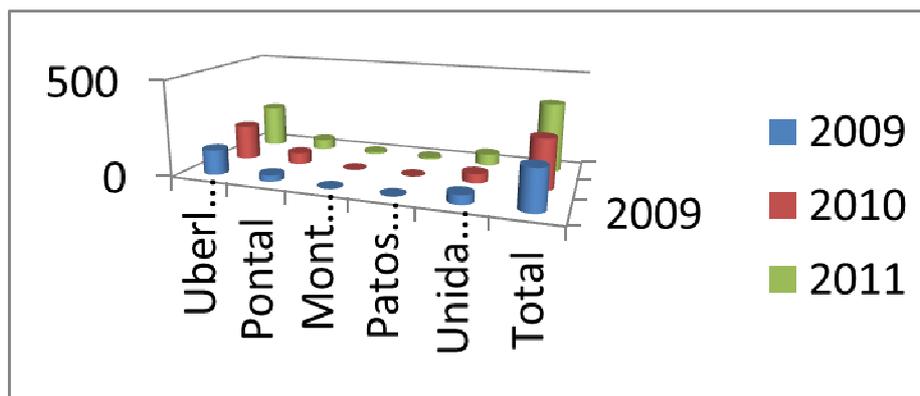


Figura 7 - DIREN/PROGRAD: número de discentes participantes do programa de monitoria nos campi da UFU (2009-2011)

O *Programa de Educação Tutorial - PET* foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um professor tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do discente e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. Cada grupo PET é composto por até 12 estudantes bolsistas, até 50% desse total como não bolsista, e 01 professor. Os discentes podem permanecer no grupo até se formarem e recebem bolsa auxílio durante esse período, podendo receber certificado a partir do segundo ano. A Universidade Federal de Uberlândia possui o PET Institucional, criado em 2006, pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e regulamentado pela Resolução nº 28/2011 do Conselho de Graduação, de 15 de julho de 2011 (Figuras 8 e 9).

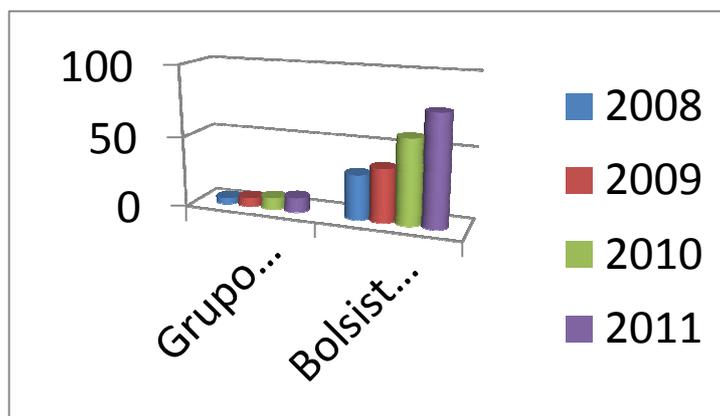


Figura 8 - DIREN/PROGRAD: número de bolsistas do Programa de Educação Tutorial Institucional da UFU (2008-2011)

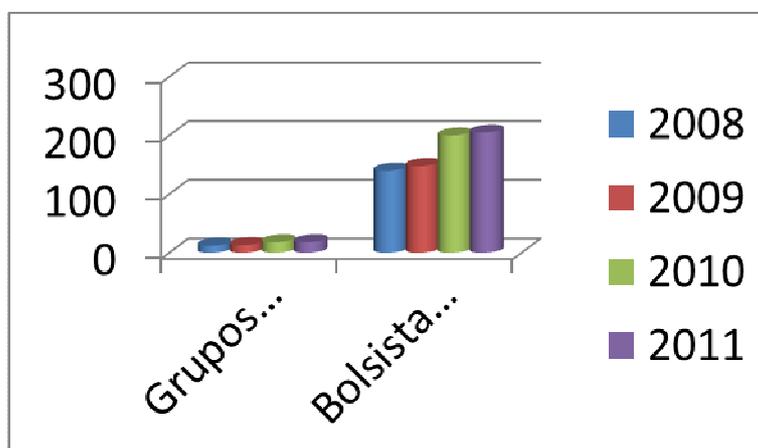


Figura 9 - DIREN/PROGRAD: número de bolsistas do Programa de Educação Tutorial Nacional da UFU (2008-2011)

j) Publicações criadas pela Diren

Caderno de Graduação: Meio de divulgação no qual são publicadas matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a difusão de informações para a comunidade acadêmica dos diferentes cursos de graduação da UFU. O Caderno é publicado anualmente e distribuído à comunidade acadêmica.

Catálogo de Cursos de Graduação: Tem como foco principal fornecer subsídios à sociedade a respeito dos cursos superiores oferecidos pela Instituição, com informações essenciais sobre o perfil profissional contribuindo assim nas decisões vocacionais. É um meio de divulgação útil à comunidade interna e, principalmente, à externa na busca de informações sobre os diversos cursos ofertados pela UFU.

Guia Acadêmico: Meio de divulgação que orienta o aluno sobre a UFU, sua estrutura e os serviços que oferece, visando a contribuir para o sucesso acadêmico dos alunos em sua vivência no seio da universidade e fora dela. É apresentado um panorama introdutório, as normas da UFU e o funcionamento de cada curso. Busca-se, por meio deste instrumento informativo, orientar o aluno sobre como agir no âmbito da Instituição, a quem se dirigir e como encaminhar sua vida acadêmica, de modo a ser bem sucedido nas questões relativas aos seus direitos e deveres como discente.

2.6. Diretoria de Processos Seletivos - DIRPS

É o órgão executivo responsável pela elaboração, preparação, aplicação, correção, processamento e divulgação dos processos seletivos e concursos realizados pela UFU/PROGRAD. Seu organograma é apresentado na Figura 10. Entre os principais processos seletivos e concursos realizados estão o ingresso por meio do Vestibular, ou processo seletivo equivalente, realizados pela UFU ou por Instituição por ela autorizada; Processo Seletivo Seriado: as vagas do Programa Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior – PAAES, são destinadas exclusivamente aos estudantes que, comprovadamente, cursaram os últimos quatro anos do Ensino Fundamental e que estejam cursando o Ensino Médio regular na rede pública; Processo Seletivo da Escola Técnica de Saúde (ESTES); Processo Seletivo para ocupação das Vagas Ociosas, adotando as seguintes modalidades de ingresso: Reingresso, Transferência Facultativa Interna, Transferência Facultativa Externa e Portador de Diploma de Curso de Graduação; Processos Seletivos para ingresso nos programas de Residência Multiprofissional e Residência Uniprofissional em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial e Residência Uniprofissional em Medicina Veterinária. Realiza ainda concursos públicos para Técnico Administrativo em Educação.

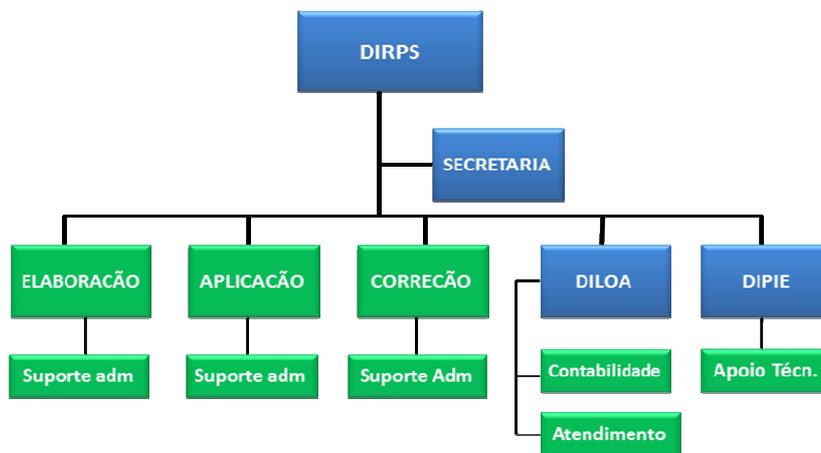


Figura 10 - DIRPS/PROGRAD: organograma da Diretoria

a) Processos Seletivos realizados: O principal objetivo da DIRPS é realizar o máximo de processos seletivos com excelência para a comunidade. Em 2011 foram realizados 26 processos seletivos, sendo 25 da UFU e o outro foi feito apenas o apoio logístico para outra instituição. No gráfico da Figura 11 tem-se a relação de processos seletivos realizados de 2008 a 2011.

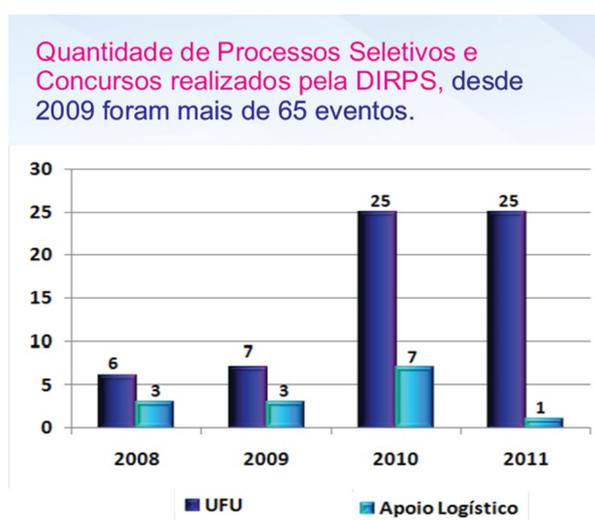


Figura 11 - DIRPS/PROGRAD: quantidade de processos seletivos e concursos realizados (2008-2011).

Procedimentos essenciais para cada processo seletivo:

a. 1. Planejamento e Programação Geral dos Concursos

- Estabelecer os objetivos gerais do concurso;
- Elaborar cronograma geral;
- Definir cidades e locais de prova;
- Definir capacidade de candidatos nos espaços físicos utilizados na aplicação.

a. 2. Elaboração e divulgação dos Editais

- Estabelecer a estrutura geral do edital;
- Definir os procedimentos e normas gerais para o concurso;
- Redigir o documento;
- Encaminhar aos membros do CONGRAD, em articulação com a PROGRAD para conhecimento e sugestões;
- Divulgar o Edital.

a. 3. Elaboração do Manual do Candidato

- Discutir e definir os conteúdos programáticos;
- Atualizar as descrições dos cursos;
- Planejar e programar a produção dos Manuais;
- Solicitar à DIRAC o cronograma com as datas para Matrículas;
- Divulgar o Manual do Candidato.

a. 4. Viabilização das inscrições dos candidatos

- Fornecer suporte de tecnologia de informações aos candidatos oriundos de família de baixa renda que poderão solicitar isenção do pagamento de taxa de inscrição, nos termos do Decreto nº 6.593, de 02 de outubro de 2008 e

Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, se estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). A isenção deverá ser solicitada, mediante requerimento de isenção, disponível no endereço eletrônico www.ingresso.ufu.br, com a indicação, no requerimento, do Número de Identificação Social-NIS associado ao candidato, atribuído pelo CadÚnico. O candidato de baixa renda que ainda não possuir o Número de Identificação Social-NIS deverá providenciá-lo no Setor de Serviço Social da Prefeitura Municipal de sua cidade;

- Analisar e atualizar o sistema *on-line* para as inscrições dos candidatos;
- Confirmar o pagamento das inscrições dos candidatos;
- Disponibilizar a Ficha de Identificação do Candidato, que é o comprovante definitivo de inscrição.

a. 5. Elaboração e impressão das provas e materiais correlatos

- Formar equipes de trabalho necessárias à Elaboração de Provas,
- Elaborar, diagramar e imprimir as provas;
- Separar, embalar e acondicionar em malotes para serem distribuídos locais de provas;
- Elaborar e divulgar os gabaritos oficiais das provas dos processos seletivos da UFU/COPEV;
- Receber, organizar e responder possíveis contestações das questões de prova;
- Garantir sigilo, qualidade e segurança ao processo de elaboração das provas.

a. 6. Aplicação das provas

- Receber a relação dos candidatos com inscrição confirmada;
- Providenciar o espaço físico e alocar candidatos;
- Dimensionar as quantidades de cada um dos tipos de provas por setor;

- Dimensionar, definir e confirmar quem assumirá os cargos de Coordenadores e Subcoordenadores para outras cidades, Chefes de Prédios, Chefes de Setores, Fiscais de Setores, Fiscais Volantes e Fiscais de Banheiro;
- Revisar procedimentos e preparar documentos em geral e materiais a serem utilizados no processo de aplicação de provas;
- Definir, em articulação com a prefeitura de *campus*, as demandas e programações acerca das atividades de transportes, serviços gerais, vigilância e reprografia;
- Acompanhar atividades preparatórias do pessoal de apoio – arrumação de salas e fiscalização de instalações sanitárias;
- Planejar e executar reuniões preparatórias para o processo de aplicação com os chefes e subchefes de prédio e coordenadores e subcoordenadores para outras cidades;
- Despachar materiais para aplicação das provas;
- Acompanhar a aplicação e tomar as medidas necessárias para o bom andamento e controle da qualidade do processo;
- Receber do chefe de prédio todo material utilizado após o término da prova;
- Organizar o material recebido no final da prova e armazená-lo em local apropriado, inclusive em cofre específico para materiais que requerem absoluta segurança em conformidade com as especificidades necessárias para que seja utilizada pela equipe de correção de provas de forma sistematizada.

a. 7. Correção das provas

- Preparar e efetuar o treinamento com a equipe de apoio e corretores;
- Preparar e instruir os coordenadores e subcoordenadores das bancas corretoras;
- Efetuar a composição das Bancas de Correção das Provas com Docentes da UFU e da Rede Pública do Ensino Médio;
- Planejar e programar atividades que visem ao bem estar da equipe envolvida na correção;

- Dimensionar e preparar as instalações físicas requeridas no processo de correção;
- Planejar e instalar todos os recursos tecnológicos requeridos;
- Garantir qualidade, sigilo e segurança ao processo de correção.

a. 8. Processamento e divulgação dos resultados

- Processar as notas dos candidatos para chegar aos respectivos Escores Finais Totais (EFT's);
- Gerar a lista dos classificados e divulgá-la;
- Disponibilizar para vistas, as Folhas de Respostas das questões discursivas e as Folhas de Redação, para todos os candidatos;
- Disponibilizar o Boletim de Desempenho do Candidato.

a. 9. Suporte de informações à DIRAC nas chamadas sucessivas para as matrículas dos candidatos

- Encaminhar a lista dos classificados em primeira chamada;
- Encaminhar as fichas de identificação dos candidatos aprovados;
- Encaminhar, quando houver, as listas de chamadas sucessivas;
- Apoiar as operações do processo de matrículas.

a. 10. Avaliação global do processo

- Coletar, processar informações e analisar os dados dos processos seletivos e concursos;
- Identificar aspectos relevantes e oportunidades de melhoria em todas as fases do processo.

b) Ações para melhoria

- a. Adotar novas práticas e procedimentos com vistas ao aumento da efetividade;
- b. Revisar periodicamente o sistema gerencial e os processos;
- c. Elaborar e executar os projetos especiais.

Todas essas atividades constituem etapas de amplo processo, que, no caso específico dos Processos Seletivos e Concursos da UFU, começam a ser realizadas por volta do mês de fevereiro e vão ser concluídas nos meses julho/agosto para os processos seletivos e concursos do primeiro semestre e nos meses de novembro/dezembro para processos seletivos e concursos do 2º semestre.

c) Melhorias Implantadas: Com o objetivo de melhor atender o usuário, a Diretoria de Processos Seletivos implementou diversas melhorias relativas à recepção dos candidatos, identificação de salas e fiscais, sistematização e definição de processos, segurança, bem estar e qualidade de vida do Servidor.

d) Recepção dos candidatos: Uma das melhorias foi quanto à recepção dos candidatos que tiveram as seguintes mudanças:

- Entrada de 15 minutos mais cedo;
- Abertura de mais duas portarias para acesso dos candidatos ao *campus* Santa Mônica;
- Colocação de tendas nas portarias;
- Instalação de banheiros químicos;
- Implantação de container com água potável.

e) Segurança: O controle de acesso ao interior da DIRPS passou a ser restrito tanto para a comunidade interna como externa, pois as provas e outras informações sobre os candidatos transitam dentro da DIRPS. Sendo assim agora a identificação é realizada de forma visual.

f) Bem estar e qualidade de vida do servidor: A Diretoria de Processos Seletivos além de se preocupar com os candidatos de processos seletivos, também está atenta a qualidade de vida e bem estar do servidor. Prova disto, são as seguintes melhorias implementadas:

- Aquisição de mesas adequadas e cadeiras almofadadas;
- Implantação do projeto ginástica laboral durante as correções das provas;
- Aquisição de equipamentos de informática;
- Espaço físico adequado.

g) Desafios da DIRPS para o ano de 2012: Um dos desafios da Diretoria de Processos Seletivos, juntamente com a PROGRAD, é desenvolver um projeto de divulgação “*on line*” dos cursos por meio de um projeto denominado Mostra de Cursos da UFU, o que ajudará o candidato a escolher com mais segurança o curso de sua preferência na UFU. O Projeto de Divulgação dos Cursos da UFU tem como finalidade desenvolver ações de comunicação e divulgação para apresentar seus cursos de graduação e técnicos em âmbito nacional com seus diferenciais.

Com a Mostra de Cursos pretende-se apresentar os cursos de graduação/técnico da UFU de forma dinâmica e interativa; estruturar o espaço virtual inicialmente por áreas e por cursos de graduação e técnico; disponibilizar acesso para depoimentos, vídeos, áudios, *links* oficiais dos cursos, profissão, mercado de trabalho, marcar visitas às Unidades Acadêmicas.

Outra forma de divulgação dos cursos será a confecção de fôlderes dos cursos de graduação e técnicos e respectivos *campi* em formato impresso e eletrônico para envio por *email* e disponibilização nos *sites*. Pretende-se ainda incentivar as Unidades Acadêmicas a criarem seus próprios fôlderes com as especificidades de cada curso.

A criação de *tour* virtual que permitirá aos interessados conhecer por meio de imagens identificadas os espaços físicos utilizados pelos cursos também está inserido no projeto de divulgação dos cursos da UFU.

Será desenvolvida uma ação em que alunos matriculados nos cursos da UFU atuarão como disseminadores de informações dos cursos e de suas profissões nas instituições educacionais de ensino em um projeto denominado de Aluno

Embaixador. Serão selecionados professores de cada Unidade Acadêmica, criando comissões por área para selecionar alunos que participarão do projeto.

Implantar o *software* TELEFORM para utilização nos processos de correção *on line* de provas e processamento dos resultados dos processos seletivos, entre outras informações para o máximo proveito do mesmo

Integrar as informações do Sistema de Inscrição dos candidatos com o Setor de Matrículas permitindo o transporte dos dados da inscrição dos candidatos para o SISMAT (Sistema de Matrículas) e para o SIE (Sistema de Informações para o Ensino).

Tornar pública a Revista *online* Dirps UFU que constará de comentários das provas do PAAES e dos Processos Seletivos.

Continuar com a parceria com o INEP/MEC na elaboração de itens para serem utilizados na aplicação das provas do ENEM que foi iniciada no ano de 2011.

Realizar análise comparativa entre as provas do ENEM e provas da UFU.

Organizar seminários de Avaliação das Provas do Processo Seletivo, do ENEM e do PAAES.

Revisar os conteúdos programáticos do PAAES.

Repensar o modelo das provas aplicadas no PAAES em discussões no Conselho de Graduação da UFU.

Vale salientar que os modelos de Processos Seletivos e do PAAES aplicados pela Diretoria de Processos Seletivos sempre foram definidos pelos Conselhos Superiores da UFU. A criação do PAAES está regulamentada pela Resolução Nº 20/2009 do Conselho Universitário – CONSUN.

A decisão de adesão ao SiSU (Sistema de Seleção Unificada) por meio da utilização das notas alcançadas pelos candidatos nas provas do ENEM, disponibilizando vagas em seus Cursos de Graduação com exceção dos cursos que exigem Certificação em Habilidades Específicas, sempre foi e continuará sendo definida pelo Conselho de Graduação-CONGRAD da UFU.

A PROGRAD está de portas abertas para a comunidade acadêmica para dirimir quaisquer dúvidas a respeito destas informações e se compromete no ano de 2012

a continuar se empenhando para contribuir com o crescimento da Universidade Federal de Uberlândia.

3. Manifestação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)

3.1. Quanto às questões associadas à Pós-Graduação

a) Necessidade de mais infraestrutura para laboratórios de pesquisa e pós-graduação: O Diretor da PROPP reconhece que esta é, de fato, uma demanda importante para a qual a Universidade deve voltar sua atenção. Destaca que a UFU vivencia um excelente momento para a pesquisa e a pós-graduação, especialmente com a chegada de centenas de novos pesquisadores nos últimos anos. Por isso, é necessário apoiá-los para que consigam desenvolver todo seu potencial. Neste sentido, a comissão de infraestrutura para suporte à pesquisa na UFU - Comissão CT-INFRA - (instituída pelo Conselho Diretor), tem envidado esforços para alavancar a captação de recursos específicos para infraestrutura destinada à pesquisa e à pós-graduação, em especial aqueles associados aos editais FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). As mudanças na metodologia para seleção de projetos e para refinamento da proposta institucional resultaram em um impressionante aumento do volume de recursos captados, partindo de R\$2.752 milhões em 2007/2008 para R\$7,5 milhões em 2011 - num total de R\$24,36 milhões captados no triênio 2009-2011.

Além disso, a PROPP tem investido anualmente, em média, 25% de seu orçamento para complementação de obras de laboratórios de pesquisa nos campi de Uberlândia e Ituiutaba. E deve continuar a fazê-lo nos próximos anos, de modo a viabilizar a conclusão de obras voltadas de infraestrutura para pesquisa e pós-graduação. Além disso, a PROPP tem trabalhado junto com os programas de pós-graduação para captação de recursos voltados exclusivamente às necessidades da pós-graduação, como é o caso dos editais institucionais Pró-Equipamentos CAPES, que resultaram na captação de R\$2,68 milhões para infraestrutura das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação da UFU.

b) Demora na emissão de diplomas: Segundo a Diretoria da PROPP, ainda há algumas arestas a aparar no sentido de acelerar a emissão de diplomas da UFU.

Contudo, deve-se destacar que a PROPP, em conjunto com a Diretoria de Administração e Controle Acadêmico (DIRAC/PROGRAD), órgão responsável pela emissão de diplomas nesta Universidade, tem atuado no sentido de eliminar todas as pendências que impedem as emissões de diplomas, bem como para refinamento dos trâmites internos. Hoje percebe-se uma grande redução nos prazos em relação a anos anteriores, mas, certamente, ainda há espaço para mais melhorias.

c) Necessidade de mais bolsas para a pós-graduação, a cota UFU deveria aumentar: Conforme manifestação da Diretoria, vale destacar que a UFU não possui cotas próprias (lotadas em seu orçamento) de bolsas para a pós-graduação. Todas as cotas de bolsas de estudos para a pós-graduação são concedidas por órgãos públicos de fomento (CAPES, CNPq e FAPEMIG), cabendo aos programas de pós-graduação a seleção e o acompanhamento dos bolsistas. Contudo, todos os anos a PROPP encaminha àquelas agências demandas por aumento no número de cotas de bolsas. Tais pleitos têm resultado na concessão de novas cotas, principalmente da CAPES, que concedeu mais de 160 novas bolsas no último triênio.

d) Melhorar e incentivar políticas para internacionalização da pós-graduação: A PROPP destaca que este é mais um ponto importante levantado pela comunidade, para o qual a administração da Universidade e as coordenações dos programas de pós-graduação estão atentas. Nos últimos anos, diversas oportunidades para internacionalização da pós-graduação têm surgido, mas ainda são pouco aproveitadas por nossa comunidade. Por exemplo, a CAPES tem aberto diversos editais para pós-doutorado e doutorado sanduíche no exterior, os quais, em sua maioria, não têm obtido demanda suficiente sequer para preencher as vagas disponíveis.

No caso específico dos programas de doutorado sanduíche, quase 40% das cotas disponíveis para a UFU no ano de 2011 deixaram de ser utilizadas por falta de estudantes de doutorado interessados, apesar da intensa divulgação no âmbito dos programas. Por outro lado, a Universidade tem se empenhado em buscar novas

parcerias internacionais para pesquisa e pós-graduação, por meio de diversos acordos internacionais que têm sido assinados ao longo dos anos.

e) Maior divulgação dos projetos de pesquisa e pós-graduação: Conforme aponta a Diretoria, esta tem sido uma preocupação constante da comunidade. Em resposta a isso, a Diretoria de Comunicação da Universidade dedicou uma área especial, com jornalista específico, para cobrir as ações de pesquisa e pós-graduação. Como resultado, é possível notar muitas matérias nos jornais internos e locais e no próprio portal de internet da UFU. Outra importante ação para divulgação das ações de pesquisa e pós-graduação é a instalação do sistema CAPES WebTV nos vários campi da UFU. Neste momento, estão sendo instalados monitores de TV em pontos estratégicos da Universidade que deverão veicular de forma interrupta ações e oportunidades para a pós-graduação - com matérias da CAPES, do CNPq e da própria UFU.

f) Dificuldades com os Comitês de Ética: A Diretoria da PROPP esclarece que os comitês de ética (CEP - Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos e o CEUA - Comitê de Ética na Utilização de Animais), bem como a Comissão Interna de Biossegurança (CIBio), atualmente instalados na UFU, são órgãos absolutamente independentes da Universidade. Por lei, tais comitês são subordinados a órgãos federais (Conselho Nacional de Saúde - CONEP; Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal – CONCEA; e Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CNTBio) e devem gozar de autonomia para suas tomadas de decisão. Cabe à UFU apenas o suprimento da estrutura básica para seu funcionamento (espaço físico, custeio etc). Assim, as demandas associadas a tais órgãos devem ser endereçadas diretamente aos mesmos (<http://www.comissoes.propp.ufu.br>) ou aos respectivos órgãos regulatórios federais.

g) As coordenações de pós-graduação são excessivamente submissas a CAPES: Conforme aponta a Diretoria da PROPP, esta afirmação, apesar de conter elementos importantes para debate e reflexão, merece alguns esclarecimentos

iniciais. Atualmente, a CAPES é uma agência executiva do Ministério da Educação cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior, em especial à pós-graduação. Deve-se destacar que a CAPES tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo sistema nacional de pós-graduação, sendo responsável por avaliar e recomendar as propostas de criação de novos cursos de pós-graduação, como também pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios). Assim, sem abandonar sua autonomia, os programas de pós-graduação devem seguir as recomendações daquela agência para execução de diversas ações, como atribuição de bolsas de estudo ou credenciamento e enquadramento de docentes, de modo a atingir patamares mínimos determinados. De qualquer forma, a PROPP considera importante que muitas questões sejam debatidas pela Universidade, em seus diversos níveis, para que pleitos e sugestões possam ser encaminhadas àquele órgão.

h) Algumas discordâncias quanto aos critérios para credenciamento de professores da pós-graduação: Analisando este comentário, a Diretoria da PROPP manifesta que, em 22 de janeiro de 2011, o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação da UFU (CONPEP) aprovou a Resolução 01/2011 que “estabelece as novas normas e procedimentos para credenciamento, credenciamento, credenciamento, credenciamento e enquadramento de docentes nos Programas de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia”. Tal legislação, disponível no portal da UFU (<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONPEP-2011-1.pdf>) define os critérios mínimos exigidos para credenciamento e enquadramento de docentes nos programas e estabelece, inclusive, as competências da Comissão de Credenciamento na Pós-graduação (CCP-UFU) e dos Colegiados dos programas.

Neste particular, a Resolução define que cabe aos Colegiados propor mudanças na composição do seu corpo docente, como também definir a habilitação dos docentes credenciados no Programa para os níveis de Mestrado Profissional, Mestrado Acadêmico e/ou Doutorado, na medida em que atendam aos requisitos mínimos

estipulados na Resolução. Neste sentido, os colegiados têm liberdade para estabelecer critérios internos, complementando os da referida Resolução, conforme as características e especificidades de cada Programa. Assim, as demandas por alterações nos processos e procedimentos para enquadramento devem ser encaminhadas aos programas de pós-graduação ou ao CONPEP, para análise e deliberação.

i) Quantidade exagerada de disciplinas em determinados programas: A Diretoria da PROPP salienta que, conforme estabelecido pelo Regimento Geral da UFU, cabe aos Conselhos das Unidades Acadêmicas, propor ao Conselho Universitário da UFU (CONSUN) a criação ou extinção de cursos de graduação e programas de pós-graduação, bem como alterações do número de vagas. É atribuição dos colegiados de curso elaborar proposta de organização e funcionamento dos currículos dos cursos, bem como de suas atividades correlatas. Ao Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação da UFU (CONPEP) cabe aprovar os currículos dos cursos de pós-graduação, bem como suas alterações. Neste sentido, qualquer demanda por alteração da estrutura curricular deve ser encaminhada àqueles órgãos para deliberação (aos colegiados de curso, aos conselhos das unidades e, por fim, ao CONPEP).

j) Os programas de pós-graduação deveriam também passar por auditorias: O esclarecimento da Diretoria da PROPP é o seguinte: todos os cursos de pós-graduação da UFU já são auditados via sistema PingIFES e pela CAPES. Anualmente, auditores do MEC visitam a UFU para verificação *in loco* de todos os dados. Além disso, todas as contas da pós-graduação estão sob supervisão do Tribunal de Contas da União.

k) A UFU deveria incentivar mais a participação de técnicos-administrativos nos programas de pós-graduação: A Diretoria da PROPP reconhece que a participação de servidores da Universidade nos programas de pós-graduação da instituição não é expressiva. As razões para tal são variadas e, no entendimento da

PROPP, se concentram em dois aspectos: primeiro, as dificuldades de liberação de servidores por parte das chefias, na maioria das vezes por conta da absoluta falta de pessoal que assuma as funções daqueles que forem liberados; segundo, os processos seletivos são muito concorridos. A liberação de um (a) servidor (a) é, de fato, uma questão a ser equacionada pela Universidade. Se, por um lado, há uma grande falta de pessoal em diversos setores, por outro lado, a Universidade deve se empenhar em buscar soluções para a qualificação daqueles que aqui estão. A PROPP tem recebido uma forte demanda para que os programas destinem cotas de vagas para servidores da UFU ou providenciem um processo seletivo distinto. Entretanto, ambas as opções são contrárias à lei, uma vez que os processos de seleção para ingresso nos cursos de uma Universidade Federal devem ser universais. Outras opções estão sendo avaliadas e discutidas com a comunidade, como a ampliação de vagas para os cursos de mestrado acadêmico, de doutorado e de mestrado profissional.

I) A UFU deveria oferecer mais cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado), com mais vagas: A PROPP informa que, em relação a este ponto, deve-se destacar que a Universidade tem se mobilizado a cada dia. Como exemplo: no ano de 2009 iniciaram-se as atividades dos programas de pós-graduação em “Ciências Sociais” e “Direito Público” (nível de mestrado); em 2010, tiveram início as atividades do curso de mestrado em “Biologia Vegetal”; em 2011 iniciaram-se o curso de mestrado em “Biologia Celular e Estrutural Aplicadas” e o curso de Mestrado Profissional associado à residência médica. Além disso, naquele ano, a UFU propôs a CAPES a criação do curso de mestrado em “Arquitetura” e do curso de Mestrado Profissional em “Ensino de Ciências e Matemática”. Em 2012, iniciaram-se as atividades de quatro novos cursos de doutorado em “Odontologia”, “Ciências da Computação”, “Ciências da Saúde” e “Ciências Veterinárias”. Neste ano (2012) já estão sendo avaliadas pelo CONPEP mais cinco propostas de novos programas de pós-graduação com cursos de doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional, oferecidos por colegas dos campi de Uberlândia e de Ituiutaba.

m) A UFU deveria oferecer mais cursos pós-graduação *lato sensu* (especialização): A PROPP pondera que esta também tem sido uma forte demanda, principalmente de egressos da UFU e de profissionais de diversos setores empresariais. O fato é que, da mesma forma que para os cursos *stricto sensu*, a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* tem se mantido elevada e dentro das capacidades das Unidades Acadêmicas (efetivamente responsáveis pela oferta de cursos). Apenas a título de ilustração, a PROPP emite, anualmente, cerca de 650 certificados de especialização nas mais diversas áreas do conhecimento.

n) Normas para afastamento de docentes para pós-graduação - tempo de efetivo exercício exigido é muito longo: A PROPP esclarece que, apesar de entender a demanda daqueles servidores recém-contratados, é preciso destacar que esta questão é regulamentada por leis federais, em especial a Lei 11.907 e a Lei 8.112 (Regime Jurídico da União - RJU), que estabelecem períodos mínimos de efetivo exercício para afastamento para cursar pós-graduação *stricto sensu*.

3.2. Quanto às avaliações das atividades de pesquisa

Os elementos destacados pela comunidade universitária, em relação à pesquisa na UFU, apontam para os seguintes temas:

a) É necessário alavancar ainda mais a pesquisa e a transferência de tecnologia na UFU, por se tratar de elementos essenciais para a construção de uma Universidade forte e de qualidade: Conforme a PROPP, esta é uma questão absolutamente pertinente e importante para a Universidade. O desenvolvimento de pesquisa, a proteção intelectual e a transferência de tecnologia para os diversos setores da sociedade são funções importantes das Universidades Públicas e que devem ser constantemente estimuladas. Apesar dos grandes progressos nos últimos anos, com aumento do volume de captação de recursos para pesquisa, editais de fomento externos e internos e aumento do número de patentes depositadas no Instituto Nacional da Pesquisa Industrial (INPI), a PROPP considera que ainda tem

muito espaço para crescimento, principalmente no que se refere à proteção intelectual e transferência de tecnologia. Tais aspectos devem ser devidamente priorizados pela comunidade nos anos vindouros. Atualmente, a PROPP, através de suas Diretorias de Pesquisa e de Inovação e Transferência de Tecnologia, tem envidado esforços para ampliação das capacidades de captação de recursos para desenvolvimento de pesquisa e infraestrutura, bem como para ampliar seu *portfólio* de patentes, registros e cultivares.

Outra importante medida sugerida pela PROPP e aprovada pelo CONPEP foi a criação dos Prêmios “Destaque UFU em Iniciação Científica”, “Destaque UFU em Pesquisa”, “Prêmio UFU de Teses” e “Prêmio UFU de Dissertações”. Tais láureas, outorgadas anualmente, têm por objetivo divulgar e premiar aqueles que, por escolha de seus pares, contribuem significativamente para o avanço da pesquisa e da pós-graduação na Universidade.

b) A UFU deveria incentivar mais a participação de técnicos-administrativos em atividades de pesquisa: Segundo consideração da PROPP, não existem dúvidas de que há, entre o corpo de servidores técnico-administrativos, pessoas altamente qualificadas e que podem contribuir efetivamente para o avanço da pesquisa na UFU. Neste sentido, a lotação de servidores deve sempre observar sua qualificação. Contudo, deve-se ressaltar que, além daqueles aspectos, devem-se considerar ainda as atribuições definidas para os cargos que os servidores porventura ocupem (muitas vezes já estabelecidas nos editais dos concursos).

c) Maior divulgação dos editais de apoio à pesquisa: A PROPP esclarece que, nos últimos anos, este tem sido um elemento importante, principalmente no âmbito da PROPP e da Fundação de Amparo Universitário (FAU). Várias iniciativas foram concebidas no sentido de melhorar a divulgação dos editais de apoio à pesquisa internos e externos. Por exemplo, foi criado na FAU o “Escritório de Apoio a Projetos”, com a função de divulgar os editais e apoiar os pesquisadores em todas as fases de concepção e execução de projetos de pesquisa. A Diretoria de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (PROPP) mantém a

assinatura institucional do portal “Financiar” que divulga todos os possíveis editais para apoio a pesquisa no país. Além disso, todos os editais internos são divulgados pelo portal da UFU, por *mailing lists* etc. Por fim, a PROPP está implantando em 2012 diversos monitores de TV pelos campi da UFU (em Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas) para veiculação do sistema CAPES WebTV. Este sistema permitirá a divulgação de material da CAPES, bem como institucionais.

d) Maior apoio para professores e estudantes de pós-graduação participarem de eventos científicos: Atualmente a PROPP, a PROEX, a PROGRAD e a PROPLAD têm disponibilizado um considerável montante de recursos para apoio a docentes e estudantes nesta modalidade. Em especial, a PROPP destinou apenas em 2011, cerca de R\$400.000,00 para apoio a docentes e estudantes, segundo edital normatizado pela Portaria PROPP 01/2011 – tais recursos continuarão a ser alocados nos anos seguintes.

e) Maior auxílio para a realização de eventos científicos: De acordo com a PROPP, deve-se destacar a atuação da PROPP, da PROEX, da PROGRAD e da PROPLAD para atendimento a tais demandas. A quantidade de eventos na UFU tem crescido a cada ano, com cerca de uma centena de eventos associados a ensino, pesquisa e extensão, realizados em 2011. Em especial, a PROPP destinou em 2011, cerca de R\$350.000,00 para apoio a eventos de pesquisa e pós-graduação, segundo edital normatizado pela Portaria PROPP 01/2011. Tais recursos continuarão a ser alocados nos anos seguintes.

f) Aumentar o número de bolsas de iniciação científica. A parcela UFU deveria ser aumentada: O esclarecimento da PROPP é o seguinte: em 2008, a UFU possuía 481 bolsas de iniciação científica, sendo 173 do CNPq, 140 da FAPEMIG e 168 da UFU. Em 2009, este número aumentou para 541; em 2010 para 587; em 2011 para 626, sendo 220 do CNPq, 160 da FAPEMIG e 246 da UFU, além de mais 30 bolsas de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação. Deve-se destacar o aumento de mais de 30% na quantidade de bolsas no último triênio, com

expressiva participação de cotas PROPP/UFU, que hoje somam aproximadamente R\$1,1 milhão de reais em investimento. Esta tendência de aumento, tanto das cotas das agências como da própria UFU será mantida para os próximos anos, visando atender a um número cada vez mais de discentes.

Além disso, a UFU conta ainda com diversas possibilidades para participação de estudantes de graduação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, como os editais para bolsas Programa Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação (PIBEG) e o Programa “Jovens Talentos para a Ciência”, recentemente lançados.

4. Manifestação da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD)

4.1. Quanto à distribuição dos recursos orçamentários

a) A distribuição de verbas é desigual, pois o desembolso de recursos com placas é enorme. Essas são desnecessárias, já que existem problemas maiores a serem resolvidos: A PROPLAD esclarece que a identificação das obras com placas é uma demanda da própria comunidade universitária, sendo que tal identificação tem caráter informativo. O desembolso de recursos com as placas não é expressivo a ponto de comprometer a solução de outros problemas.

b) Investimentos e produções desnecessárias: A PROPLAD destaca que, basicamente, os investimentos feitos são oriundos das unidades acadêmicas e administrativas, que certamente conhecem suas necessidades e carências.

c) Aplicação do orçamento participativo na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pois a comunidade universitária precisa ter conhecimento da maneira como a verba está sendo gasta: Frente a esse comentário, a PROPLAD informa que a distribuição dos recursos é feita através de Matriz cuja formulação foi aprovada pelo Conselho Diretor ainda em 2003. Além disso anualmente a distribuição de recursos é aprovada em pelo referido conselho, portanto de maneira democrática e transparente. Além disso as prestações de contas são anuais são disponibilizadas na página da UFU na internet no link “transparência”. Cabe ainda salientar que os recursos do REUNI são igualmente liberados a partir de modelos que foram ajustados por comissão representativa. É importante lembrar que a maior parcela dos recursos orçamentários da UFU (cerca de 80%) se refere aos salários e benefícios dos servidores docentes e técnicos administrativos. A aplicação dos recursos remanescentes é aprovada pelo Conselho Diretor anualmente e são objeto de prestação de contas, também anual, aprovada internamente por este mesmo Conselho e, posteriormente, pela Controladoria Geral da União e pelo Tribunal de

Contas da União. É provável que haja desconhecimento de parcela da comunidade universitária com relação a estes procedimentos.

d) Melhor divisão das verbas recebidas pela universidade, já que muitos cursos realizam trabalhos de campo e outros não o fazem: A PROPLAD salienta que as matrizes de distribuição de recursos procuram captar da melhor maneira possível as várias necessidades dos cursos de graduação (laboratórios, viagens de campo, oficinas, etc).

e) Recursos e apoio para o desenvolvimento do que quer que seja são escassos, representando falta de estímulo aos discentes: A PROPLAD explica que os recursos disponíveis no orçamento são para manutenção do ensino. Isso significa que projetos para o desenvolvimento de outras atividades devem ser apresentados aos financiadores apropriados.

f) Não se pode permitir que o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) faça o sucateamento da universidade pública, pois deve reunir ao invés de segregar: O esclarecimento da PROPLAD é o seguinte: o REUNI não tem qualquer caráter discriminatório, ao contrário, permitiu às unidades que aderiram ao programa um crescimento significativo. Além disso, cumpre informar que os acordos estabelecidos entre o MEC e UFU foram todos cumpridos satisfatoriamente.

g) Falta de gerenciamento dos laboratórios existentes nas unidades acadêmicas, uma vez que grande parte dos docentes compram equipamentos e reagentes sem organizarem os gastos. Há desvio dos recursos de projetos: Diante desse comentário, a PROPLAD salienta que os recursos repassados às unidades acadêmicas e administrativas são de responsabilidade das mesmas, não cabendo à administração superior ingerência nos assuntos internos das mesmas.

h) Questionamento sobre os recursos orçamentários no que se refere ao valor que cada Pró-reitoria recebe, a periodicidade (mensal ou anual) e a possibilidade de remanejamento do orçamento: Analisando este comentário, a PROPLAD explica que o orçamento e sua aplicação são aprovados anualmente pelo Conselho Diretor. Os valores são anuais, porém, ao final do exercício, os saldos existentes são aplicados em necessidades da instituição para evitar devolução. Existem matrizes com regras claras quanto à distribuição de recursos, definidas pelo Conselho Diretor. A PROPLAD esclareceu ainda que parcela significativa dos recursos é reservada para o pagamento de salários e benefícios dos servidores docentes e técnicos-administrativos. Quando da discussão do orçamento e de sua aplicação, os valores são apresentados e aprovados pelo Conselho Diretor, que contém representantes de toda a comunidade universitária. A Lei Orçamentária é pública e a utilização dos recursos dentro da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) é matéria de relatório de gestão aprovado anualmente pelo Conselho Diretor, disponibilizado na página da instituição na internet e na página do Tribunal de Contas da União (TCU). Posteriormente, este relatório é aprovado pelo TCU e pela Controladoria Geral de União (CGU). Os recursos orçamentários dizem respeito à manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Evidentemente, apesar de um orçamento expressivo em termos numéricos, as necessidades institucionais são importantes e nem sempre é possível contemplar toda a demanda.

i) No que se refere à aplicação dos recursos, há muito desperdício. Deveria haver maior investimento em equipamentos e capacitação dos servidores: A PROPLAD manifesta que os recursos, uma vez liberados, são aplicados pelas unidades acadêmicas e administrativas conforme suas necessidades. A responsabilidade, neste caso, recai sobre estas.

j) Dificuldade de acesso do técnico-administrativo quanto ao auxílio para apresentação de trabalhos em eventos científicos realizados em outras localidades: A PROPLAD deu o seguinte esclarecimento: o financiamento de técnicos-administrativos para participação em eventos com apresentação de trabalhos é previsto. Porém, depende da política interna das unidades acadêmicas e

administrativas. Cabe à PROPLAD, neste caso, apenas executar as despesas correspondentes.

k) A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) deveria privilegiar com recursos financeiros, espaço físico e aumento do número de discentes as unidades acadêmicas que possuem maior produção intelectual: Conforme informação da PROPLAD, os recursos são distribuídos para as unidades acadêmicas mediante um modelo previamente aprovado pelo Conselho Diretor. Este modelo contempla, dentre outros aspectos, a produção intelectual das unidades. O projeto REUNI favoreceu o aumento do número de cursos, de turnos e de alunos, além da criação de novos cursos. Assim, num período de quatro anos, o número de alunos atendidos pela UFU praticamente dobrou. Finalmente, cabe salientar que foram criados os novos Campus de Ituiutaba (já inaugurado), de Patos de Minas e de Monte Carmelo, oferecendo novas oportunidades de formação acadêmica à comunidade regional.

4.2. Quanto ao Campus Glória

a) Demora na conclusão da obra do Campus Glória. É necessário o acompanhamento da execução do orçamento, pois a conclusão das obras aumentará a qualidade da UFU: A PROPLAD pondera que, quando do início da atual gestão da UFU, o Campus Glória não possuía Plano Diretor e nenhum projeto de edificações para abrigar os cursos que para lá deverão se deslocar. Além disso, havia várias dificuldades relacionadas ao acesso, licença ambiental e infraestrutura. Foi feito enorme esforço para vencer as dificuldades iniciais, culminando com a aprovação do Plano Diretor e com a contratação das primeiras obras no local, comportando vários prédios. Evidentemente, a médio prazo, o Campus Glória haverá de oferecer condições de qualidade à UFU.

4.3. Quanto ao processo de compras

a) Alternativa aos docentes em realizar as compras sem a burocracia do processo de licitação, uma vez que o material só chega ao final do semestre:

Diante desse comentário, a PROPLAD informa o seguinte: o processo de compras da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), acompanhando o que ocorre em todo o sistema público federal, obedece à Lei de Licitações (conhecida como Lei n. 8666/93). As condições e prazos são estabelecidos pela lei. Evidentemente, a correta especificação técnica de materiais e equipamentos agiliza e facilita o processo de compra. Muitas vezes, os atrasos decorrem de especificações equivocadas e não propriamente dos ritos legais. Não há possibilidade legal de compras fora do processo licitatório (condições excepcionais são previstas em lei).

b) Os recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) estão disponíveis na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) para a construção do Bloco 6Z. Se a licitação não ocorrer até o dia 29 de janeiro de 2012, os recursos serão perdidos: A PROPLAD esclarece que a utilização dos recursos da FINEP (Projeto CT-INFRA) é responsabilidade da Fundação de Apoio Universitário (FAU). Sabe-se que os recursos aprovados são insuficientes para a conclusão das obras a que se destinam. Providências vem sendo estudadas pela administração superior para buscar soluções.

c) As licitações realizadas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) deveriam ser divulgadas para a comunidade interna e externa: A PROPLAD explica que já determinou que os contratos sejam todos disponibilizados na página da UFU, o que deverá ocorrer oportunamente. Quanto aos processos licitatórios, estes já são públicos por natureza e exigência legal.

4.4. Quanto aos outros apontamentos

a) Possibilidade aos docentes da compra de equipamentos de informática:

Analisando o comentário, a PROPLAD informa que, na atual gestão, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) tem adquirido sistematicamente equipamentos de informática que estão à disposição, principalmente, das Vilas Digitais, Unidades Acadêmicas e Administrativas e salas de aula. Em particular, foram adquiridos notebooks (com recursos fora da matriz) que foram distribuídos às unidades acadêmicas para uso dos docentes, em especial nas salas de aula.

b) Incentivo às práticas de ensino, pesquisa e extensão referentes aos Cursos de Artes. Necessidade de um olhar mais cuidadoso por parte da instituição quanto ao espaço físico, distribuição de verbas, etc.:

Segundo a PROPLAD, as áreas de artes e cultura vem sendo sistematicamente favorecidas com recursos do chamado “Fundão”. Inclusive, na atual gestão, foram criadas as bolsas de cultura. Lembra-se ainda que, com recursos do REUNI, a área de artes recebeu um bloco completo (5U).

c) Atraso no pagamento de serviços terceirizados: Conforme a PROPLAD, a questão de atrasos no pagamento de serviços terceirizados não procede. Evidentemente, cumpridos os requisitos e prazos legais, os pagamentos são feitos imediatamente.

d) Exagero de gastos com recursos para sinalização no campus (Restaurante Universitário, placas em praças, outdoors, etc.): De acordo com a PROPLAD, a divulgação por meio de placas e painéis vinha sendo uma reclamação da comunidade para ter acesso à informação. Assim, entende que estas medidas de divulgação revelam respeito à comunidade universitária.

5. Manifestação da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PROREH)

5.1. Sobre a seleção de docentes e técnico-administrativos

a) Sobre a seleção de docentes: A PROREH esclarece que o recrutamento de professores efetivos e substitutos é feito por meio de concurso público de provas e títulos. A área de atuação, a qualificação dos candidatos, os conteúdos programáticos, a composição de bancas examinadoras é atribuição das Unidades Acadêmicas e das Unidades Especiais de Ensino, mediante deliberação dos respectivos Conselhos. Portanto, não cabe a Pró-Reitoria de Recursos Humanos a escolha de profissionais para o exercício da docência.

b) Sobre o acréscimo de contratação de funcionários para o hospital de clínicas: Compete a Pró-Reitoria de Recursos Humanos a nomeação de servidores efetivos, mediante habilitação em concurso público e a reposição de vagas efetivas.

c) Sobre a divulgação dos editais para concurso público e processos seletivos para a contratação de docentes: Segundo a PROREH, todos os Editais de Concurso Público, destinados ao recrutamento de professores efetivos, e todos os Processos Seletivos Simplificados para selecionar professores substitutos são, devidamente, publicados no Diário Oficial da União, em jornal de circulação regional, no *site* da UFU e no *site* da Unidade Acadêmica responsável pela realização do referido certame.

d) Sobre a nomeação de professores efetivos no lugar de professores substitutos: A contratação de professor substituto se dá apenas para suprir vagas do docente efetivo, em afastamento para tratamento da própria saúde, em licença maternidade e afastados em programas de qualificação. Excepcionalmente, nos anos de 2011 e 2012, em decorrência da implantação do Projeto de Expansão desta Universidade e tendo em vista a suspensão de nomeações efetivas para o cargo de

professor, por parte do Governo Federal, tornou-se necessária a contratação de docente, em caráter temporário, até que sejam autorizados os provimentos efetivos.

e) Sobre a necessidade de maior rigor nos concursos para docentes: A PROREH esclarece que o recrutamento de professores efetivos e substitutos é feito por meio de concurso público de provas e títulos. A área de atuação, a qualificação dos candidatos, os conteúdos programáticos, a composição de bancas examinadoras é atribuição das Unidades Acadêmicas e das Unidades Especiais de Ensino, mediante deliberação dos respectivos Conselhos. Portanto não cabe a Pró-Reitoria de Recursos Humanos a escolha de profissionais para o exercício da docência.

f) Sobre a sugestão de não contratar professor substituto: A PROREH destaca que a contratação de professor substituto se dá apenas para suprir vagas do docente efetivo, em afastamento para tratamento da própria saúde, em licença maternidade e afastados em programas de qualificação. Excepcionalmente, nos anos de 2011 e 2012, em decorrência da implantação do Projeto de Expansão da UFU e tendo em vista a suspensão de nomeações efetivas para o cargo de professor, por parte do Governo Federal, tornou-se necessária a contratação de docente, em caráter temporário, até que sejam autorizados os provimentos efetivos.

g) Sobre a estrutura física e sobre os docentes temporários: Excepcionalmente, nos anos de 2011 e 2012, em decorrência da implantação do Projeto de Expansão da UFU e tendo em vista a suspensão de nomeações efetivas para o cargo de professor, por parte do Governo Federal, tornou-se necessária a contratação de docente, em caráter temporário, até que sejam autorizados os provimentos efetivos. Quanto à estrutura física das Unidades Acadêmicas, não é competência da PROREH.

h) Sobre plano de carreiras, concurso público e valores das funções gratificadas: A PROREH esclarece que existem Leis regulamentando o Plano de

Carreiras, Concurso Público e Valores das Funções Gratificadas e que a PROREH apenas executa a Política instituída pelo Governo Federal.

i) Sobre o apadrinhamento nos concursos de docentes: Diante deste comentário, a PROREH manifesta que todos os servidores admitidos na Universidade Federal de Uberlândia para o cargo de professor e demais cargos para o quadro administrativo se encontram habilitados em Concurso Público de Provas e Títulos. Os certames são divulgados por meio de Edital Público, com a divulgação de programa e conteúdo das provas a serem aplicadas. A Comissão Julgadora é de conhecimento de todos; a prova didática é pública, podendo ser assistida pelo público em geral. Não procede a queixa de apadrinhamento e nepotismo.

j) Sobre a contratação de professor estrangeiro: O esclarecimento da PROREH é o seguinte: a contratação de professor estrangeiro está amparada por Lei Federal e ocorre mediante habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos.

k) Sobre o aumento do quantitativo de professores: A PROREH relata que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior determina que todos os professores devam ministrar, no mínimo, 08 (oito) aulas semanais e que devem cumprir uma jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais - em tempo parcial - ou de 40 (quarenta) horas semanais, em tempo integral.

As atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão devem ser distribuídas em, no mínimo, 08 (oito) horas diárias, 05 (cinco) dias na semana e em, no mínimo, 08 (oito) turnos completos, para aqueles docentes contratados em regime de 40 (quarenta) horas semanais. Para os de 20 (vinte) horas, a obrigatoriedade é de 04 (quatro) horas diárias, mínimo de 03 dias e 05 turnos completos.

Ressalta-se ainda que o Ministério da Educação, ao determinar o quantitativo de docentes para as Universidades Federais Brasileiras, considera também a relação aluno/professor (RAP). Portanto, não compete à Pró-Reitoria de Recursos Humanos aumentar o quantitativo de docentes.

l) Sobre a exigência de apenas o título de mestre nos concursos públicos: A PROREH esclarece que o recrutamento de professores efetivos e substitutos é feito por meio de concurso público de provas e títulos. A área de atuação, a qualificação dos candidatos, os conteúdos programáticos, a composição de bancas examinadoras é atribuição das Unidades Acadêmicas e das Unidades Especiais de Ensino, mediante deliberação dos respectivos Conselhos. Portanto, não cabe a Pró-Reitoria de Recursos Humanos a escolha de profissionais para o exercício da docência.

m) Sobre a falta de planejamento na contratação dos professores: A PROREH considera importante o esclarecimento de duas questões, quais sejam: 1) a nomeação de professores efetivos está condicionada à autorização do Governo Federal, que nem sempre o faz de forma a possibilitar a realização dos concursos e as nomeações antes do início dos semestres letivos; 2) o planejamento para a contratação de professor substituto é feito pela Unidade Acadêmica, com base nos afastamentos que podem ser previstos, como por exemplo, o afastamento para qualificação e o gozo de licença maternidade.

Para os afastamentos oriundos de aposentadoria voluntária, falecimento, pedido de exoneração e licença para tratamento de saúde não é possível prever, o que, inevitavelmente, prejudica o início das aulas e provocam interrupção na oferta de disciplinas. Compete a Pró-Reitoria de Recursos Humanos a execução das solicitações das Unidades Acadêmicas, de acordo com autorização prévia do Governo Federal.

n) Sobre a oferta de cursos de formação aos técnicos administrativos recém-nomeados: A Pró-Reitoria de Recursos Humanos considera que esta crítica dos discentes tem procedência positiva e envidará esforços no sentido de rever a programação do atual Seminário de Integração.

o) Sobre a comparação entre professores da ufu e professores das demais universidades particulares: Não cabe a Pró-Reitoria de Recursos Humanos opinar

sobre a conduta de servidores submetidos ao Regime Jurídico Único (RJU) dos Servidores Públicos, em comparação com a conduta de funcionários de outras Instituições de Ensino Superior, submetidos à Consolidação das Leis do Trabalho - Regime Celetista.

Esclarece-se que a assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, são quesitos estabelecidos pelo RJU - Lei nº. 8.112/90, em seu artigo 20, e que devem ser apreciados pelo Conselho da Unidade Acadêmica quando da avaliação do desempenho do docente, seja para fins de cumprimento do estágio probatório, seja para a obtenção de progressão funcional.

p) Sobre a seleção de técnicos administrativos: A PROREH esclarece que, à semelhança da contratação de docentes, a seleção de servidores para ocupar os diversos cargos da área administrativa - níveis médio e superior - é feita mediante a realização de concurso público de provas e títulos. Os certames são realizados em parceria com a Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS), da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), cabendo a esta última, junto às áreas envolvidas, a definição de conteúdos específicos dos cargos.

q) Sobre técnicos de laboratório que não possuem formação específica para a área: Os programas e o conteúdo específico das provas para o concurso público para a admissão de técnicos administrativos são definidos pelos professores responsáveis pelo Laboratório de Ensino, para o qual a vaga foi destinada, inclusive com a definição de aplicação, ou não, de prova prática.

Cabe a Pró-Reitoria de Recursos Humanos o repasse de informações (tais como a descrição dos cargos) à Diretoria de Processos Seletivos para a elaboração de editais. Portanto, A PROREH não responde pela competência e habilidade de técnicos de laboratórios habilitados em concurso público.

r) Sobre a falta de técnicos de laboratório: Esclarece-se que, em dezembro de 2011, o Governo Federal autorizou a realização de concurso público para o provimento dos cargos de técnico de laboratório/área, pactuados para a

implementação do projeto de expansão da UFU. Brevemente, todos os cargos de técnicos de laboratório estarão preenchidos.

s) Sobre a capacitação de técnicos administrativos: A definição dos cursos de capacitação a serem oferecidos aos servidores administrativos é feita mediante consulta prévia às áreas, de acordo com o interesse e a necessidade de formação dos servidores.

5.2. Sobre o estágio probatório

a) Sobre o acompanhamento no estágio probatório do docente: A PROREH esclarece que o estágio probatório do docente está regulamentado pela Resolução nº. 10/2005 do Conselho Diretor. O docente é avaliado por uma Comissão designada pelo Diretor da Unidade Acadêmica para esta finalidade. Posteriormente, a avaliação é submetida à aprovação do Conselho da Unidade Acadêmica.

Entre outros quesitos exigidos, por lei, para serem apreciados, está a avaliação do desempenho acadêmico do docente, podendo, no interesse da Unidade Acadêmica, haver a avaliação dos discentes. Portanto, a Pró-Reitoria de Recursos Humanos compete a execução da determinação do Conselho da Unidade Acadêmica.

b) Sobre o acompanhamento do estágio probatório dos docentes: A PROREH reitera que a avaliação do desempenho acadêmico do docente, durante o período de estágio probatório, ou seja, os primeiros 03 (três) anos de exercício na Universidade Federal de Uberlândia, é de responsabilidade da Unidade Acadêmica, local de lotação do docente, e da coordenação do Curso para o qual o mesmo ministra aulas. Uma vez constatada alguma deficiência, o docente poderá ser encaminhado para a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que oferece cursos de Metodologia de Ensino.

Quanto ao questionamento sobre os professores efetivos e estáveis que não dominam o conteúdo das disciplinas e que apresentam deficiência de didática, no momento de avaliação do desempenho acadêmico, para fins de progressão

funcional na carreira do magistério, o Conselho da Unidade Acadêmica poderá reprová-lo. Em seguida, deverá encaminhá-lo para qualificação ou até mesmo instituir comissão de sindicância, com oitiva de alunos, coordenador do curso e do próprio docente, para apurar os fatos e, se for o caso, propor a demissão do docente.

Sendo as queixas a respeito de um professor com contratado temporário, o próprio Diretor da Unidade Acadêmica pode determinar a rescisão do mencionado contrato, mediante a comprovação dos fatos de que o mesmo não cumpre o estabelecido no contrato.

c) Sobre o acompanhamento do servidor em estágio probatório: O acompanhamento e a avaliação do servidor em estágio probatório é competência da chefia imediata, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Recursos Humanos.

d) Sobre a avaliação psicológica do docente no período de estágio probatório: O estágio probatório do docente está regulamentado pela Resolução nº. 10/2005 do Conselho Diretor.

e) Sobre reuniões periódicas dos coordenadores de área com os técnicos administrativos: A cada 18 meses, os grupos avaliativos de cada setor se reúnem para a avaliação dos servidores, para fins de aprovação em estágio probatório e avaliação do desempenho para fins de progressão funcional. Neste momento, pode ser detectada a necessidade de se proporcionar um curso específico de formação ao servidor avaliado.

5.3. Sobre os cargos comissionados

a) Sobre a prioridade de se nomear técnicos administrativos nos cargos comissionados, na área administrativa: A PROREH concorda que os cargos administrativos e burocráticos devam ser ocupados por servidores técnicos-

administrativos, com formação técnica. No entanto, esta é uma política de gestão que não compete apenas a Pró-Reitoria de Recursos Humanos.

b) Sobre a permanência de servidores em cargo comissionado por apenas 04 (quatro) anos: Não compete Pró-Reitoria de Recursos Humanos a nomeação de servidores docentes e/ou administrativos para os cargos comissionados.

5.4. Sobre a qualidade de vida do docente e técnico-administrativos

a) Sobre a assistência do servidor/alunos: A Diretoria de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor (DIRQS) tem suas ações direcionadas aos servidores e seus dependentes, conforme orientação do Ministério do Planejamento, através das diretrizes do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS).

b) Melhor acompanhamento do convênio com a unimed e necessidade de fornecer explicações claras às restrições e valores: A PROREH informa que os dados do contrato estão disponíveis na página PROREH/DIRQS/SAUDE SUPLEMENTAR. Foi criado ainda o Portal de Saúde do Servidor (www.saude.ufu.br), que comunica a sinistralidade do convênio e todos os procedimentos e informes relacionados ao Plano da UNIMED.

c) Maior agilidade no atendimento e realização dos exames: A PROREH adverte que, em referência à Saúde Suplementar, caso haja alguma dificuldade, procurar o Setor de Saúde Suplementar/DIRQS para que se possa verificar o problema junto à operadora de saúde.

d) Sobre a assistência à saúde do servidor. O plano de saúde é mais caro em relação a outras modalidades oferecidas pela UNIMED: No momento, a Pró-Reitoria de Recursos Humanos tem contrato vigente, firmado por meio de licitação, a ser cumprido até a data de vencimento.

e) Sobre a implementação de atendimento especial a servidores, em consultas especializadas: O atendimento no Hospital de Clínicas e Odontológico da UFU segue os princípios do SUS, qual seja, a universalidade, não podendo haver privilégios e discriminações aos usuários. Quanto ao plano de saúde suplementar (UNIMED), ele segue as normas das seguintes portarias, com adesão opcional: Portaria Conjunta SRH/SOF/MP nº 1, de 29 de dezembro de 2009 e Portaria Normativa nº 1, de 27 de dezembro de 2007

f) Sobre a prioridade de atendimento aos servidores no hospital de clínicas e hospital odontológico: A Diretoria de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor (DIRQS) tem suas ações direcionadas aos servidores e seus dependentes, conforme orientação do Ministério do Planejamento através das diretrizes do SIASS.

g) Sobre a saúde do servidor (ergonomia): A PROREH informa que está em desenvolvimento um projeto na área de ergonomia, o qual esbarra na falta de profissional da área. Assim, aguarda-se a liberação de concurso público para o cargo de ergonomista. Informa-se, por outro lado, que no catálogo da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD) já existem, à disposição, cadeiras ergonômicas.

5.5. Sobre a representatividade

a) Sobre a necessidade de incentivo aos docentes para o exercício do magistério; integração entre os docentes dos diversos cursos e unidades acadêmicas; participação dos docentes na formulação de propostas de políticas de ensino e políticas administrativas: A PROREH esclarece que todos os servidores docentes estão representados nos Conselhos Superiores, por seus Diretores e Coordenadores. Não é atribuição da Pró-Reitoria de Recursos Humanos a formulação de propostas de políticas de ensino e administrativas, mas sim a execução das regras estabelecidas pelo Ministério da Educação e Resoluções dos Conselhos Superiores.

b) Sobre a participação dos servidores administrativos nas políticas da universidade: Todos os servidores técnicos-administrativos estão representados nos Conselhos Superiores pelo sindicato e por suas chefias imediatas, ou seja: coordenadores de cursos, diretores administrativos, diretores de Unidades Acadêmicas e Pró-Reitores.

c) Sobre a elaboração dos formulários de avaliação institucional: Os formulários aplicados na pesquisa, com a finalidade de promover a avaliação da Instituição foi elaborado e aprovado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), composta por representantes dos discentes, docentes e técnicos administrativos da UFU.

5.6. Sobre a capacitação do docente e técnico-administrativo

a) Sobre investimento na capacitação do docente que tem dificuldade com a didática: No entendimento da PROREH, esta é uma questão que deve ser analisada pelo Conselho da Unidade Acadêmica, no momento da avaliação do desempenho do docente e encaminhada à Pró-Reitoria de Graduação/Diretoria de Ensino.

b) Sobre a capacitação dos docentes: A PROREH informa que a avaliação do desempenho acadêmico do docente, durante o período de estágio probatório, ou seja, os primeiros 03 (três) anos de exercício na Universidade Federal de Uberlândia é responsabilidade da Unidade Acadêmica, local de lotação do docente, e da coordenação do Curso, para o qual o mesmo ministra aulas. Uma vez constatada alguma deficiência, o docente poderá ser encaminhado para a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que oferece cursos de Metodologia de Ensino.

Quanto ao questionamento sobre os professores efetivos e estáveis que não dominam o conteúdo das disciplinas e que apresentam deficiência de didática, no momento de avaliação do desempenho acadêmico, para fins de progressão funcional na carreira do magistério, o Conselho da Unidade Acadêmica poderá reprová-lo. Em seguida, deverá encaminhá-lo para qualificação ou até mesmo

instituir comissão de sindicância, com oitiva de alunos, coordenador do curso e do próprio docente, para apurar os fatos e, se for o caso, propor a demissão do docente.

Sendo as queixas a respeito de um professor com contrato temporário, o próprio Diretor da Unidade Acadêmica pode determinar a rescisão do mencionado contrato, mediante a comprovação dos fatos de que o professor não cumpre o estabelecido no contrato.

c) Sobre a obrigatoriedade de oferecer treinamento aos servidores que trabalham nos setores de atendimento à comunidade acadêmica: A Pró-Reitoria de Recursos Humanos salienta que possui um planejamento anual de oferta de cursos de capacitação aos servidores técnicos administrativos, em diversas áreas específicas, elaborado a partir da demanda apresentada pelos setores administrativos e Unidades Acadêmicas.

d) Sobre treinamento técnico aos docentes que vão ocupar cargo de coordenador de curso ou diretor de unidade acadêmica: De acordo com o Regimento Geral da UFU, os professores são eleitos entre seus pares, para ocupar os cargos de coordenadores de curso e diretores das Unidades Acadêmicas.

e) Sobre o processo de avaliação de desempenho do servidor e a oferta de cursos de capacitação: O esclarecimento da PROREH é o seguinte: encontra-se em tramitação no Conselho Diretor uma proposta de aprimoramento das políticas de avaliação, capacitação e dimensionamento de pessoal administrativo, com o objetivo de melhoria da força de trabalho.

Se for o caso, o encaminhamento deve ser direcionado para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa/Diretoria de Pós-Graduação, com a finalidade de solicitar afastamento para cursar mestrado ou doutorado.

f) Sobre a exigência de, no mínimo, 04 anos no cargo de professor na instituição para obter afastamento para cursar o doutorado: A PROREH destaca que esta exigência está contida na Lei nº. 11.907/2009.

g) Sobre a oferta de cursos de capacitação/treinamento para servidores administrativos: A Pró-Reitoria de Recursos Humanos tem um planejamento anual de oferta de cursos de capacitação aos servidores técnicos-administrativos, em diversas áreas específicas, elaborado a partir da demanda apresentada pelos setores administrativos e Unidades Acadêmicas.

h) Sobre o processo de avaliação de desempenho do servidor e a oferta de cursos de capacitação: O esclarecimento da PROREH é o seguinte: encontra-se em tramitação no Conselho Diretor uma proposta de aprimoramento das políticas de avaliação, capacitação e dimensionamento de pessoal administrativo, com o objetivo de melhoria da força de trabalho.

5.7. Sobre a política regimental

a) Sobre a participação do professor substituto em reuniões: A PROREH destaca que esta é uma política regimental e estatutária.

b) Sobre maior rigor nos critérios utilizados para liberar professores para participar de eventos fora da instituição: A PROREH salienta que esta é uma atribuição do Diretor da Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino.

5.8. Sobre a jornada de trabalho

a) Sobre a validade da existência do regime de trabalho de dedicação exclusiva: A jornada de trabalho dos docentes foi estabelecida em Lei e devidamente regulamentada pelos Conselhos Superiores da Instituição.

b) Sobre a implantação da jornada de trabalho de 30 horas: A PROREH esclarece que, em 2005, quando houve a tentativa de implantação das trinta horas semanais, no âmbito do Hospital de Clínicas e em regime experimental, verificou-se que o atendimento não melhorou e ainda gerou pagamentos excedentes de horas extras, bem como aumento na contratação de empregados pela Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia (FAEPU).

O relatório que descrevia esta situação foi encaminhado ao Conselho Diretor (CONDIR), que determinou o retorno à jornada de 40 horas semanais. Foi, então, editada a Portaria R215 de 2006, estabelecendo que não se poderia ter flexibilização de horário de trabalho na UFU, a não ser no caso de servidores estudantes e desde que houvesse compensação e cumprimento das 40 horas semanais. Como a Portaria não foi revogada, permanece em vigor.

A legislação que possibilita ao dirigente máximo da Instituição implantar a jornada de 30 horas é o Decreto 1.590/95 que em seu artigo 3º, prevê:

Art. 3º: Quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, devendo-se, neste caso, dispensar o intervalo para refeições. (Redação dada pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003).

§ 1º Entende-se por período noturno aquele que ultrapassar as vinte e uma horas. (Redação dada pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003).

5.9. Sobre o Regime Jurídico Único

a) Sobre a evasão de professores em busca de melhores condições de trabalho: Compete à PROREH a execução das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e pelos Conselhos Superiores da UFU.

b) Sobre os prejuízos qualitativos causados ao corpo docente e técnico-administrativo, em decorrência da estabilidade no emprego: A PROREH manifesta que a estabilidade no cargo público está regulamentada pela Lei 8.112/90.

Portanto, não existe possibilidade de implementação de ações da Pró-Reitoria de Recursos Humanos no sentido de modificar esta situação.

c) Sobre a carreira dos técnicos administrativos: Cumpre destacar que a Pró-Reitoria de Recursos Humanos apenas executa o Plano de Carreiras dos Servidores, conforme determina a Legislação Federal em vigor.

5.10. Sobre a COPSIA

a) Sobre a melhoria dos trabalhos da COPSIA: A Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo (COPSIA) está subordinada à Reitoria. A PROREH compete a destinação de servidores para o apoio administrativo, o que, na medida do possível, tem sido feito.

b) Sobre comportamento inadequado de servidores nos locais de trabalho, tais como permanência constante nos sites de relacionamento, falta de educação, falta de compromisso: A PROREH esclarece que, à chefia imediata, com o respaldo da Lei nº. 8.112/90 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos) e do Código de Ética Pública, compete a advertência ao servidor. Caso o problema seja mantido, deve a chefia imediata solicitar a abertura de processo administrativo e punir com a demissão do cargo. À PROREH resta acompanhar e executar possíveis decisões da COPSIA.

5.11. Sobre a chefia imediata

a) Sobre servidores ociosos jogando baralho: A PROREH informa que a supervisão dos processos de trabalho e desempenho dos servidores está a cargo da chefia imediata.

6. Manifestação da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Os comentários direcionados à Comissão Própria de Avaliação relacionados com a formatação e elaboração dos formulários, conforme descrito a seguir:

a) As sugestões para correção de erros nas questões 2 e 15 do formulário aplicado aos discentes e da inclusão do item “pós-doutorado” na questão 6 do formulário aplicado aos egressos foram acatadas.

b) A sugestão para acrescentar no início de cada formulário uma explicação a respeito da abrangência da avaliação (esclarecendo que não se trata da avaliação de uma unidade acadêmica ou curso, mas da instituição como um todo) foi acatada.

c) Formulário específico para os alunos da Educação à Distância (EAD): Entre as metas propostas para 2012, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) já incluiu a elaboração de um formulário específico para os alunos da EAD. Na elaboração do formulário, a CPA contará com a colaboração do Centro de Educação à Distância (CEaD). Uma proposta de formulário será encaminhada para os discentes, para que eles possam contribuir com sua elaboração e aprimoramento.

d) Avaliação Institucional com tópicos específicos para os novos Campi: Esta proposta será analisada pela Comissão em suas futuras reuniões para aprofundar o assunto.

e) Críticas dos discentes e técnico-administrativos relacionadas aos enunciados, que consideraram de difícil compreensão. Sugestão para acrescentar hiper-texto com exemplos ilustrativos para esclarecer dúvidas: Esta sugestão será avaliada pela Comissão durante a elaboração dos novos formulários. Porém, deve-se levar em consideração que algumas questões de difícil

compreensão por parte da comunidade acadêmica (ex: Sustentabilidade Financeira, Plano de Desenvolvimento de Expansão - PIDE) são obrigatórias segundo a Lei nº 10.861/04, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

f) Foram recebidas algumas críticas considerando o formulário muito amplo e muito extenso. Por outro lado, houveram críticas que consideraram os formulários muito sucintos, indicando a necessidade de abrir as questões, detalhando alguns itens: Este tem sido um grande dilema para a CPA. Realmente, vários tópicos deveriam ser avaliados de forma mais detalhada, separando vários itens em questões específicas. Mas, o receio de que um formulário mais extenso iniba a consulta, fazendo com que a pessoa desista de participar, tem nos levado a propor formulários menores. Acreditamos que, ao se criar uma cultura de avaliação, possamos criar formulários mais interativos e detalhados. Vale destacar que a comunidade universitária sempre é convidada a participar da elaboração dos formulários.

7. Manifestação da Diretoria das Bibliotecas

7.1. Resposta aos comentários dos discentes

a) Atualização do acervo: A Diretoria de Bibliotecas informa que os docentes são os responsáveis pela solicitação e atualização do material informacional das bibliografias básica e complementar. Existem docentes atuantes e atentos que constantemente solicitam edições mais recentes. Com a intenção de minimizar este problema, a Biblioteca, periodicamente, analisa os títulos com a demanda da reserva e providencia a aquisição de mais exemplares, além de realizar trabalho de conscientização, treinamentos, orientações aos diretores de unidades, coordenadores de curso de graduação e programas de pós-graduação e atendimentos sob demanda.

Quanto à política de aquisição do Sistema de Bibliotecas (SISBI), cumpre esclarecer que, até o ano de 2010, a biblioteca adquiria 10% da bibliografia básica de cada curso em relação ao número de alunos, desde que “justificado” pelo professor solicitante. A partir do segundo semestre de 2011, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), houve a necessidade de o SISBI adequar a política de aquisição da Biblioteca quanto à quantidade de exemplares por aluno, sendo um (01) exemplar a cada seis (06) alunos para Reconhecimento de Curso e (01) exemplar a cada oito (08) alunos para Renovação de Reconhecimento de Curso, desde que solicitado e justificado pelo docente solicitante. Cumpre lembrar que a Biblioteca trabalha com estes parâmetros, não sendo possível atender demanda de um (1) exemplar para cada aluno, na condição de banco do livro.

É necessário ainda ressaltar que todo título solicitado, tanto da bibliografia básica quanto da bibliografia complementar, somente não é adquirido se estiver esgotado, ou se houver alguma pendência com o fornecedor, sendo o professor, imediatamente, informado da situação do pedido.

Quanto aos periódicos e bases de dados, o SISBI adquire os títulos que não estão disponíveis no Portal Capes ou em outra biblioteca *online* disponível para este fim.

Quanto à aquisição de livros eletrônicos, os estudos já foram iniciados e o SISBI está estudando possibilidades e formas de aquisição dos *e-books*.

Recentemente, foram solicitados para aquisição muitos títulos do curso de Direito, tanto nacionais quanto estrangeiros, sendo que alguns estão em processamento técnico e outros em fase de compra 2011/2012. Ainda assim, a Diretoria de Bibliotecas encaminhará as reclamações ao coordenador do curso para conhecimento. A respeito de assinaturas de revistas científicas, o Portal CAPES disponibiliza periódicos científicos e os docentes podem sugerir diretamente à CAPES os títulos de interesse. A Biblioteca oferece o serviço de comutação bibliográfica nos Setores de Referência, bem como encaminha, semestralmente, sugestões de novos títulos à CAPES.

A reclamação específica em relação aos livros de Histologia, Anatomia e Fisiologia será encaminhada para o Diretor da Faculdade de Medicina, para as providências cabíveis.

No que se refere à reclamação sobre os livros de Cálculo e Geometria, a Diretoria de Bibliotecas encaminhará para o Coordenador do Curso de Graduação em Matemática, a fim de que seja providenciada a atualização das bibliografias básica e complementar, tendo por base a recomendação do MEC (SINAES).

Será encaminhada para o coordenador do Curso de Graduação em Agronomia a reclamação específica referente à atualização do acervo.

A Diretoria de Bibliotecas destaca ainda que a Profa. Sirlei Lemes solicitou, em meados de 2011, diversos títulos, atualizando a bibliografia do Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Muitos títulos já estão em processamento técnico. Quando houve mudanças na Lei nº 11.638/07, a Profa. da área, Patrícia de Souza, visitou a Biblioteca, e, juntamente com a bibliotecária responsável pelo Setor de Aquisição de Livros, retiraram os exemplares desatualizados do acervo e atualizaram os títulos da referida área. Ainda assim, será encaminhada ao Coordenador do Curso de Ciências Contábeis a reclamação sobre a necessidade de nova análise e da atualização dos livros de Contabilidade.

b) Reserva de livros: A Diretoria de Bibliotecas esclarece que a política de disponibilizar as reservas, por item e por título, justifica-se porque os dois tipos, dentro de suas especificidades, atendem conforme a necessidade do leitor.

Se houvesse a suspensão da opção “por item”, ocorreria um impacto na disponibilidade de itens não pertencentes à biblioteca de origem do leitor solicitante, e também aos itens com títulos volumados, onde a disponibilidade pode ocorrer com um item que não é do volume desejado.

c) Espaço para estudo/barulho: Analisando este comentário, a Diretoria de Bibliotecas manifesta que, quanto à poluição na área externa (alarme, cigarro, etc.) não tem como o SISBI intervir. Portanto, esta reclamação será repassada para conhecimento da Prefeitura de Campus.

Quanto ao barulho na área externa, constantemente são tomadas medidas paliativas, como molhar a “piscina”, servidores chamando atenção, cartazes, campanhas, etc. Definitivamente, a Diretoria de Bibliotecas não tem condições de controlar aquele barulho. Inúmeras vezes, a Diretoria solicitou à Prefeitura de Campus uma parceria para solucionar o problema. Mais uma vez, serão encaminhadas as críticas relacionadas a este problema à Prefeitura para reforçar a intenção de resolver o problema.

Os servidores não estão conseguindo fazer valer a regra do silêncio no 1º piso. Após alguns instantes da solicitação aos estudantes para que falem em tom de voz moderado, eles voltam a conversar. Embora não estejam mais unindo as mesas, eles acabam tirando dúvidas com os demais colegas, já que aquelas ficam posicionadas muito próximas uma das outras. Atualmente, existem 176 mesas para estudo em dupla e não há como controlar a conversa neste ambiente.

O “excesso de barulho” é consequência da “falta de espaço”, “superlotação”, “necessidade de ampliação do espaço/estrutura física. Com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o número de alunos aumentou exponencialmente e a Biblioteca não teve nenhuma ampliação do seu espaço físico. As reclamações desta natureza serão

encaminhadas para conhecimento da administração superior e da Prefeitura de Campus.

Como projeto piloto, foram adquiridas cabines individuais para as Bibliotecas dos Campi de Patos de Minas e Monte Carmelo. À medida que novos espaços para estudo individual forem criados, a Diretoria poderá optar pela aquisição do mobiliário sugerido.

Quanto à conversa e o uso de celular pelos servidores, a Diretoria de Bibliotecas, constantemente, alerta-os sobre a postura profissional. A chefia do setor já tomou as providências cabíveis.

Quanto à ventilação ineficiente, cumpre salientar que, por falta de estrutura da rede elétrica, não é possível instalação de aparelhos de ar-condicionado no prédio. Ainda assim, a Diretoria de Bibliotecas dará ciência à Prefeitura de Campus sobre esta demanda.

Para minimizar problemas com calouros que desconhecem as regras de funcionamento da Biblioteca, constantemente, são oferecidos treinamentos aos ingressantes. Os servidores são instruídos a não permitir duplas no segundo piso.

A sugestão de descentralização da Biblioteca, em um primeiro momento, parece ideal, pois é possível oferecer atendimento mais especializado e ambiente mais adequado. Porém, defronta-se com outros problemas, tais como: construção de novos prédios, repasse de recursos pelo governo para contratação de mais servidores, duplicação de acervo, entre outros.

d) Horário de funcionamento: A Diretoria de Bibliotecas destaca que, infelizmente, no período de greve não foi possível manter as bibliotecas abertas, uma vez que mais de 80% dos servidores aderiram ao movimento.

A Biblioteca Santa Mônica fica aberta 15 horas por dia (segunda a sexta), ininterruptamente. Quanto ao horário de funcionamento aos sábados, a Diretoria de Bibliotecas concorda que, com o aumento do número de cursos, e, conseqüentemente de alunos, a demanda aumentou e só o período da tarde não é suficiente. Porém, estudo para ampliação do horário aos sábados já está em

andamento, uma vez que o governo liberou, no ano passado, a reposição automática dos servidores aposentados.

Pelas estatísticas de frequência no turno da noite, a Diretoria de Bibliotecas não vê motivos para que o SISBI estenda o atendimento até a meia-noite. Não há quantidade expressiva de usuários que justifique o gasto que a UFU teria com manutenção do prédio (energia elétrica, água, vigilância e pagamento de adicional noturno aos servidores).

Para atender a demanda de abertura aos domingos e feriados, necessita-se de um quadro de servidores bem maior do que se tem hoje. Atualmente, os servidores da Biblioteca já trabalham em regime de hora extra aos sábados. E, para cada servidor, só é permitido fazer 90 horas anuais.

Quanto à segurança do acervo, a Biblioteca Santa Mônica já possui sistema de monitoramento interno (câmeras). Este ano (2012) está previsto desenvolvimento de um projeto para ampliação das câmeras existentes na Biblioteca Santa Mônica e reativação do sistema da Biblioteca Umuarama, em parceria com a Divisão de Vigilância.

No período de férias, as bibliotecas funcionam em horário comercial e, somente, de segunda à sexta, pois este período é reservado para revezamento das férias dos servidores.

A Biblioteca Umuarama fica aberta 14 horas por dia (segunda a sexta), ininterruptamente. Recentemente, a Diretoria de Bibliotecas realizou novos estudos quanto à frequência após as 20 horas e 30 minutos e constatou que o número de usuários é muito baixo, assim como o número de cursos noturnos.

e) Equipamentos/Santa Mônica: A Diretoria de Bibliotecas apresenta o seguinte esclarecimento: conforme o Manifesto da Internet, proposto pela International Federation of Library and Associations and Institutions /Free Access to Information and a Freedom Expression (IFLA/FAIFE), o uso da internet, atualmente, é promover o fluxo da informação aberta e livre. Desde o início da disponibilização de computadores nas ilhas de pesquisa das bibliotecas, o SISBI tem adotado esta recomendação da IFLA/FAIFE. Como a demanda de uso tem aumentado e,

consequentemente, as reclamações, esta demanda será encaminhada ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), instituído em junho/2011 pela Resolução 03/2011 do Conselho Diretor da UFU, para a definição de novas políticas de restrição de uso.

f) Outros apontamentos/Santa Mônica: A Diretoria de Bibliotecas entende que, quanto à sugestão de melhoria na restauração de alguns prédios, principalmente a biblioteca, ficou meio vago. Melhorar em que sentido? Mais mesas para estudo? Se forem colocadas mais mesas no ambiente externo, todo o espaço será tomado e haverá mais barulho e pouco espaço para circulação de pessoas. Esta sugestão será encaminhada para conhecimento da Prefeitura de Campus.

Quanto à acessibilidade, cumpre esclarecer o seguinte: no final da década de 80 e início da década de 90, quando as Bibliotecas Santa Mônica e Umuarama foram projetadas e inauguradas, acessibilidade não era um conceito difundido pelos profissionais e pela sociedade. Ainda assim, as bibliotecas Santa Mônica e Umuarama possuem banheiros especiais para os deficientes e o acesso aos andares superiores se dá pelo elevador instalado na área interna. Os porteiros são instruídos a informar a este grupo de usuários esta outra forma de acesso, que não as escadas. As novas Bibliotecas do Sistema já se enquadram dentro da norma de acessibilidade para atender esta demanda. O Setor de Mídias sempre dedicou atenção especial a este grupo de usuários. Em março de 2011, iniciou-se em parceria com o Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial (CEPAE), um trabalho de atendimento especializado aos deficientes, nos três turnos, na Biblioteca Santa Mônica. O CEPAE disponibiliza estagiários que ficam à disposição para auxiliar nas diversas atividades relacionadas à Biblioteca, desde a localização de uma obra na estante até a utilização de novas tecnologias destinadas especificamente a esta categoria.

Toda comunidade acadêmica pode sugerir títulos para aquisição de obras literárias. A solicitação de obras da bibliografia básica e complementar é de responsabilidade do docente, que deve estar de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

A respeito da limpeza da Biblioteca, a Diretoria encaminhará a reclamação ao encarregado da limpeza, bem como aos fiscais de contrato da prestadora de serviço.

Para atender a demanda dos alunos dos Cursos de Educação à Distância (EAD), estudos já foram iniciados e o SISBI está avaliando as formas de aquisição dos *e-books* para serem disponibilizados em breve.

Quanto à revisão dos filmes e DVDs antes da liberação para novos empréstimos, medidas de avaliação deste material são efetuadas periodicamente.

g) Biblioteca Educação Física: Segundo informação da Diretoria de Bibliotecas, a partir de março de 2012, o horário de atendimento da Biblioteca Educação Física foi ampliado das 7h30 às 18h e aos sábados das 8h às 12h. Anteriormente, a biblioteca funcionava das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

A reclamação específica em relação aos livros de Bioquímica, Fisiologia e Primeiros Socorros será encaminhada aos coordenadores dos cursos de Fisioterapia e Educação Física.

h) Biblioteca FACIP: A Diretoria de Bibliotecas informa que a Biblioteca da FACIP já retornou o horário de funcionamento das 7h30 às 22h15, como a Biblioteca Santa Mônica. Aos sábados, funciona das 8h às 12h. Quanto à sugestão de ampliar o horário aos sábados, a demanda é relativamente baixa. De acordo com a bibliotecária responsável, meio período está sendo suficiente.

Quanto à atualização do acervo, a Biblioteca analisa, periodicamente, os títulos com a demanda de reserva e providencia a aquisição de mais exemplares. Não obstante, a reclamação específica ao acervo das áreas de Matemática, Física e Engenharia será encaminhada aos respectivos coordenadores dos cursos.

Com o quadro reduzido de servidores, houve acúmulo de funções, impedindo a presteza no atendimento aos usuários. Com a posse de dois novos servidores, prevista para o próximo mês (maio/2012), a Diretoria acredita que os serviços serão regularizados.

i) Biblioteca Patos de Minas: A Diretoria de Bibliotecas relata que, na fase inicial de implantação da Biblioteca de Patos de Minas, contou com duas funcionárias

cedidas pela Prefeitura de Campus. Pessoas que ainda não tinham experiência com os serviços inerentes ao trabalho específico de Bibliotecas, mas que mensalmente tiveram treinamento e orientação dos bibliotecários de Uberlândia. Recentemente, ocorreu a transição do empréstimo manual para o automatizado, o que impactou um pouco o bom desempenho no atendimento, pelo fato de ser algo novo, tanto para os alunos como para as funcionárias. Atualmente, a Diretoria recebeu uma servidora da UFU para compor o quadro de servidores. Ela foi devidamente treinada e acompanhada pelos bibliotecários do Campus Santa Mônica, além de participar de reuniões mensais em Uberlândia. A Diretoria aguarda, ainda para este ano, a contratação de mais dois servidores UFU, bem como um bibliotecário para administrar e executar as tarefas demandadas. Assim, será possível atender a demanda de ampliação do horário de funcionamento para o turno da noite e aos sábados.

7.2. Resposta aos comentários dos técnicos-administrativos

a) Atualização do acervo: A Diretoria de Bibliotecas esclarece que toda comunidade acadêmica pode sugerir títulos para aquisição de obras literárias. Mais informações podem ser obtidas em: <http://www.bibliotecas.ufu.br/node/179>.

Os docentes são os responsáveis pela solicitação e atualização do material informacional das bibliografias básica e complementar. Existem docentes atuantes e atentos que, constantemente, solicitam edições mais recentes. Com a intenção de minimizar este problema, a biblioteca, periodicamente, analisa os títulos com a demanda de reserva e providencia a aquisição de mais exemplares.

Regularmente, o SISBI promove Campanhas de Silêncio e Preservação do Acervo (exposições, cartazes, folders, marcadores de livro, treinamentos, divulgação na mídia local, etc.). Infelizmente, o retorno a estas ações está abaixo do esperado.

b) Silêncio nas bibliotecas: A Diretoria de Bibliotecas reconhece que, nos últimos semestres, tem sido quase que impossível manter o silêncio nos espaços de estudo das bibliotecas. O excesso de barulho é consequência da falta de espaço, uma vez

que com o REUNI o número de alunos aumentou exponencialmente, e a biblioteca não teve nenhuma ampliação do seu espaço físico. Ações paleativas continuam sendo tomadas, como separação de grandes grupos, chamadas de atenção por parte dos setores de referência, apoio da vigilância quando o problema se acentua, entre outros. As reclamações sobre falta de espaço e barulho excessivo serão encaminhadas para conhecimento da administração superior e da Prefeitura de Campus.

c) Logística, infraestrutura da biblioteca: A Diretoria de Bibliotecas comunga dos mesmos anseios dos usuários no tocante à falta de espaço adequado para estudo, solicitação de nova biblioteca no Campus Santa Mônica, ampliação do espaço físico para, assim, minimizar o excesso de barulho. Todas as reclamações desta natureza serão repassadas para administração superior e Prefeitura de Campus, a fim de uma solução a médio/longo prazo.

Quanto ao problema da iluminação, recentemente foi realizada uma avaliação pelo Setor de Engenharia Elétrica e novas luminárias foram instaladas. Para auxiliar no processo de manutenção, a Diretoria de Bibliotecas solicita que seja indicado pontualmente - via ouvidoria - a biblioteca, o piso e a área específica onde a iluminação não está a contento, para que seja providenciada a substituição imediata das lâmpadas.

A respeito da sugestão de não disponibilizar livros nas prateleiras mais altas e mais baixas, a solução é solicitar ajuda a um dos servidores do Setor de Referência para auxiliar na retirada do material nas estantes.

d) Abertura aos sábados: Quanto à abertura da Biblioteca Santa Mônica aos sábados, durante os dois turnos (manhã/tarde), a Diretoria de Bibliotecas concorda que, com o aumento do número de cursos, e, conseqüentemente de alunos, a demanda aumentou e só o período da tarde não é suficiente. Mas para que a Biblioteca Santa Mônica possa abrir aos sábados (manhã e tarde) é necessário um número maior de servidores, pelo menos dois (2) por andar, o que atualmente não é possível. Porém, estudo para ampliação do horário aos sábados já está em

desenvolvimento, uma vez que o governo liberou no ano passado a reposição automática dos servidores aposentados.

e) Outros apontamentos: Quanto à segurança do acervo, a Diretoria de Bibliotecas informa que a Biblioteca Santa Mônica já possui sistema de monitoramento interno (câmeras). Este ano (2012) está previsto desenvolvimento de um projeto para ampliação das câmeras existentes na Biblioteca Santa Mônica e reativação do sistema da Biblioteca Umuarama, em parceria com a Divisão de Vigilância.

A respeito ao acesso e liberação gratuita de todos os materiais didáticos para pesquisa, a reclamação é bastante vaga e permite várias interpretações. Cumpre esclarecer que toda comunidade acadêmica, com vínculo na instituição, pode levar como empréstimo livros e DVDs. As obras de referência e da sala de reserva ficam à disposição do usuário por um período de quatro horas, podendo ser renovado, se não houver reserva. As bases de dados e artigos em texto completo disponíveis no Portal CAPES podem ser acessados em todos os equipamentos dos campi da UFU.

Caso esta questão não tenha sido respondida, a Diretoria sugere que o usuário procure o bibliotecário do Setor de Referência para melhor esclarecer sua dúvida.

7.3. Resposta aos comentários dos egressos

a) Quanto ao acervo: A Diretoria de Bibliotecas reitera que toda comunidade acadêmica pode sugerir títulos para aquisição de obras literárias. Mais informações podem ser obtidas em: <http://www.bibliotecas.ufu.br/node/179>.

Os docentes são os responsáveis pela solicitação e atualização do material informacional das bibliografias básica e complementar. Existem docentes atuantes e atentos que, constantemente, solicitam edições mais recentes. Com a intenção de minimizar este problema, a Biblioteca analisa, periodicamente, os títulos com a demanda de reserva e providencia a aquisição de mais exemplares.

b) Quanto ao empréstimo e outros apontamentos Biblioteca: A Diretoria de Bibliotecas informa que, juntamente com a administração superior, se sente sensibilizada com esta demanda, não somente de alunos egressos, como também de docentes e técnicos aposentados. Por isso, está se esforçando para encontrar um mecanismo de controle para esta categoria.

Atualmente, por questões legais (recomendação da Procuradoria Geral), todo usuário que pega material emprestado na Biblioteca precisa ter um vínculo direto e ativo com a universidade. Precisa ainda estar ligado diretamente a uma unidade acadêmica e/ou administrativa, que exerça o papel de co-responsável, juntamente com os gestores do SISBI, na garantia do retorno do bem público, através de ferramentas como o “Nada Consta”. Isso não se aplica e ainda não está regulamentado para os egressos da Universidade.

Recentemente, foi possível atender demanda de abertura de cadastro para os professores visitantes, pós-doutores e servidores aposentados (técnicos e docentes), que fazem parte do programa especial para participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-1999-2.pdf>). A PROPP é a co-responsável no controle dos dados cadastrais de entrada e saída desta categoria.

Além da questão legal, há outro desafio que é a regulamentação das regras diferenciadas de empréstimo, tendo em vista que a universidade é nova, e, conseqüentemente o acervo está em formação. Porém, não é possível ainda atender - tanto em quantidade quanto em qualidade - a demanda dos 28.000 (vinte e oito mil) alunos ativos (aproximadamente).

8. Manifestação da Diretoria de Comunicação Social

A Diretoria de Comunicação Social considera de extrema relevância a abertura para a participação da comunidade interna e externa na avaliação da comunicação institucional. Neste sentido, aponta algumas considerações relacionadas aos comentários apresentados pelos discentes, docentes, técnico-administrativos, egressos e sociedade civil:

8.1. Comunicação interna: A Diretoria esclarece que a comunicação com os servidores da UFU é realizada pelos seguintes canais: Jornal da UFU, Boletim Eletrônico e Site Institucional. Considera que há necessidade de criar mecanismos de comunicação específicos para a comunidade interna e informa que há interesse da Diretoria em formatar ferramentas direcionadas a este público (Intranet, Jornal Impresso, Jornal Mural e Boletim Eletrônico).

8.2. Comunicação nos Campus de Ituiutaba, Patos de Minas e Monte Carmelo: A Diretoria manifesta que, com o crescimento da UFU para os Campi fora de Uberlândia, surge também a necessidade de ampliar a atuação da DIRCO. Inicialmente, aponta a necessidade de contratação de dois jornalistas para atuarem no campus Pontal, haja vista a estrutura que já está disponível em Ituiutaba. Para os Campi de Monte Carmelo e Patos de Minas pode-se, inicialmente, trabalhar com os “Agentes de Comunicação Interna”, ou seja, servidores da UFU que não são ligados à área de Comunicação, mas que apoiam a DIRCO na divulgação das atividades nestas cidades.

8.3. Boletim eletrônico (*Newsletter*): A Diretoria de Comunicação destaca que criou mais um meio de comunicação entre a Universidade Federal de Uberlândia e a sociedade. O boletim eletrônico “Agência UFU de Notícias”, com periodicidade semanal, foi lançado no mês de março de 2012. O objetivo é utilizar o meio eletrônico para divulgar pesquisas, eventos e demais atividades relacionadas à Instituição.

8.4. Meios de comunicação institucionais: A Diretoria salienta que, atualmente, dispõe dos seguintes meios de comunicação com a sociedade: Jornal da UFU; Boletim Eletrônico “Agência UFU de Notícias”; TV e Rádio Universitária (vinculadas à Fundação de Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia - RTU); Site da UFU (www.ufu.br); Site da DIRCO (www.dirco.ufu.br); e página nas redes sociais (Facebook e Twitter).

8.5. Ampliação de mídias: A Diretoria informa que deseja criar a versão impressa do Boletim “Agência UFU de Notícias” para a divulgação nos murais da universidade.

8.6. Comunicação e os estudantes: A Diretoria de Comunicação considera que a Avaliação Institucional UFU 2011 aponta a necessidade de ampliar sua atuação junto aos estudantes. Em 2012, teve início uma série de ações, na perspectiva de aprimorar este relacionamento. São elas:

- a) Ingresso nas redes sociais - Facebook e Twitter -, e criação de um canal de interação direto para os estudantes explicitarem suas dúvidas, sugestões e comentários relacionados à Universidade;
- b) Abertura de espaço para o estudante participar no Jornal da UFU;
- c) Criação do Boletim Eletrônico “Agência UFU de Notícias”;
- d) Criação do Canal UFU em Imagens, com a publicação das imagens dos eventos realizados na Universidade;
- e) “Por dentro da UFU”- inserções diárias na Rádio Universitária com informações sobre o cotidiano universitário.

9. Manifestação da Diretoria do Centro de Educação a Distância (CEaD)

a) O formulário deve abordar questões específicas dos discentes de cursos de graduação de modalidade à distância: A Diretora do Centro de Educação à Distância (CEaD) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) compreende a pertinência dos comentários dos participantes da Avaliação Institucional 2011 em relação à necessidade de um questionário específico para a comunidade discente inserida na modalidade à distância. Sendo assim, informa que a Diretoria já está se articulando com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) para propor a inserção de um questionário que atenda às especificidades da Educação à Distância na Avaliação Institucional 2012.

b) Algumas ações do Curso de Graduação em Pedagogia à Distância visam apenas os deveres dos discentes, sem reconhecer e fazer valer os direitos dos mesmos. O projeto pedagógico do curso é fraco e não contempla as necessidades do aluno: A Diretoria do CEaD informa que o Colegiado do Curso tem promovido reuniões frequentes para discutir a avaliação da aprendizagem e institucional, bem como as alterações no projeto pedagógico. Além disso, está em processo de constituição o Núcleo Docente Estruturante (NDE), que será responsável por elaborar as diretrizes para o curso, tanto para as turmas atuais como futuras.

10. Manifestação da Diretoria do Centro de Tecnologia da Informação (CTI)

a) O site oficial da UFU tem a aparência muito carregada e o acesso ao mesmo é complicado: A Diretoria do CTI informa que o site da UFU procura disponibilizar em sua página de entrada (www.ufu.br) as principais informações e referências sobre a instituição, de tal forma que se resumí-las poderia omitir dados importantes. A sua reformulação demanda a criação de uma comissão composta por segmentos da UFU para estudos e sugestões, que seria viabilizado tecnicamente pelo CTI.

b) Deveria criar um jeito mais simples de acesso ao site de pesquisa da CAPES, pois é complicado e difícil: A Diretoria do CTI esclarece que o site da CAPES pode ser encontrado na seção “Sites Importantes”, no topo da página da UFU, ou diretamente através de pesquisa no Google.

c) Necessidade de melhor organização do site, pois é muito burocrático, difícil para encontrar o que se precisa e muitas vezes não fornece todas as informações necessárias, que algumas vezes são incompletas: Diante deste comentário, a Diretoria do CTI manifesta que o site da UFU possui no topo uma seção de busca, o que facilita a pesquisa de qualquer conteúdo. O conteúdo encontrado e com falta de informação deveria ser qualificado, de tal forma que possibilite uma investigação mais detalhada, uma vez que sua atualização é de responsabilidade de unidades acadêmicas e administrativas.

d) Por meio do Portal do Aluno, a UFU poderia repassar orientações para o aluno conhecer melhor a universidade e, com isso, poder contribuir em sua melhoria contínua: A Diretoria do CTI destaca que o “Portal do Aluno” foi criado com o objetivo de permitir ao discente acompanhar e administrar a sua vida acadêmica. As informações institucionais da UFU estão na sua página principal (www.ufu.br).

e) O manuseio do site da UFU deveria ser mais fácil: Conforme a Diretoria do CTI, o comentário é muito abrangente e deveria ser melhor especificado. Considera, portanto, que a resposta do item 1 é pertinente a esta questão.

f) Deveria ocorrer uma reformulação do site da Biblioteca: Segundo a Diretoria do CTI, o comentário é muito abrangente, deveria ser melhor especificado e estas questões deverão ser levadas ao Sistema de Biblioteca.

g) O site é muito confuso: A Diretoria do CTI entende que este comentário é muito abrangente e deveria ser melhor especificado.

h) Em relação à página de processos seletivos e concursos, é muito confusa e pouco prática: A Diretoria do CTI salienta que a página 'Processos seletivos' é de responsabilidade da PROGRAD.

i) Com relação ao link “Transparência” no site da UFU, as informações são confusas e complexas. Deveriam seguir o exemplo do site da Prefeitura Municipal de Uberlândia, pois é bem organizado e de fácil entendimento: O esclarecimento da Diretoria do CTI é o seguinte: recentemente, a UFU recebeu por parte do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) orientações das informações que devem constar neste “link” e está em estudo por parte da equipe de web do CTI. Em complemento, está em construção um novo site de “Licitações”.

j) A navegabilidade nas páginas da web da UFU é horrível. O site da UFU e os subdomínios, lastimavelmente, só funcionam através de www: A Diretoria do CTI pondera que, quanto ao “mapa do site” e ao acesso dos domínios da UFU serem feitas somente através de www, será efetuado um estudo.

k) O Portal do Aluno poderia emitir comprovante de matrícula eletronicamente, a exemplo de outras instituições: A Diretoria do CTI destaca que o comprovante

de matrícula está disponível somente para alunos ingressantes. Para os veteranos, esse é emitido pela coordenação, uma vez que é a responsável pelo ajuste de matrícula juntamente com o discente.

l) Deveria haver um link que fosse direto para o site, mas é necessário abrir o arquivo da licitação, pegar o número e ir no site de transparência. Isso inviabiliza o acesso, o que não deveria acontecer: A Diretoria do CTI faz o seguinte questionamento: qual o link “Transparência” o comentário se refere - ao local ou ao do governo? Pois no site local da UFU, não há referência sobre licitações.

m) O site da UFU é poluído visualmente e um pouco confuso: A Diretoria do CTI reitera que o site da UFU procura disponibilizar em sua página de entrada (www.ufu.br) as principais informações e referências sobre a instituição, de tal forma que resumí-las poderia omitir dados importantes. A sua reformulação demanda a criação de uma comissão composta por segmentos da UFU para estudos e sugestões, que seria viabilizado tecnicamente pelo CTI.

n) Seria interessante a implantação de rede sem fio (wi-fi) por toda a UFU: A Diretoria do CTI esclarece que, atualmente, está em implantação na UFU o projeto de rede WI-FI. Já está disponível acesso wi-fi na Escola de Educação Básica (Eseba); Bibliotecas dos Campi Santa Mônica e Umuarama; Centro de Convivência do Campus Umuarama; Reitoria; Auditório Bloco 4K; Campis Monte Carmelo e Patos de Minas. Em fase de implantação no Campus Ituiutaba, nos Auditórios dos Blocos 3Q / 5O/8C e no Centro de convivência do Campus Santa Mônica. A instalação deste tipo de rede nas Unidades Acadêmicas será de responsabilidade de sua direção, com o apoio do CTI.

o) Solicitação de instalação do Microsoft Office nos computadores dos laboratórios da UFU. O atual BR Office é simplesmente péssimo, os trabalhos que são realizados nele, ao ser abertos em outros computadores ou vice-versa, desconfiguram. Isso atrapalha extremamente os alunos: A Diretoria do

CTI esclarece que é política da UFU a instalação de somente softwares livres nos laboratórios.

p) Os laboratórios de informática têm configuração diferente de um Campi para outro e isso dificulta a abertura de alguns arquivos: A Diretoria do CTI faz o seguinte questionamento: qual é o setor responsável por estes laboratórios?

q) Necessidade de informatizar a Clínica de Psicologia da UFU: A Diretoria do CTI pondera que esta atividade é de responsabilidade da Unidade ao qual o laboratório está subordinado.

r) Deveria haver suporte aos alunos quanto a senhas e e-mails: A Diretoria do CTI informa que foi disponibilizado no Portal do Aluno um procedimento para recuperação de senhas através da opção “Esqueci minha senha”. Está em desenvolvimento um novo *software* de interface para acesso e administração de e-mail.

s) A internet no Campus Santa Mônica está lenta demais, sendo que quando é necessário acessar sistemas externos como CAPES e MEC, não se consegue finalizar os processos: A Diretoria do CTI informa que está em processo de implantação na UFU o acesso à internet via proxy, com o intuito de agilizar o acesso à rede. Em alguns casos, a lentidão de acesso não está localizada na rede da UFU, mas sim na rede do site alvo. Os usuários que julgarem necessário uma intervenção poderão abrir uma Ordem de Serviço no CTI para avaliação.

t) O pessoal de apoio aos sites institucionais é arrogante e ineficiente. Com esta equipe, acho difícil a UFU avançar na qualidade de seus portais institucionais. É urgente que haja a versão do site em inglês. Diante deste comentário, a Diretoria do CTI manifesta que o pessoal de apoio sempre atendeu às solicitações de criação de sites institucionais, sendo que em 2011 foram criados 30 sites de PET, eventos, DA, etc; 19 sites de pós-graduação; 26 sites de grupos de

pesquisa; 12 sites de Unidades Acadêmicas e Administrativas. A versão em inglês demanda um estudo para sua implantação, e não foi considerado prioridade.

u) Deveria informatizar o sistema para envio de relatórios probatórios e de progressão: A Diretoria do CTI destaca que esta atividade é coordenada pela Divisão de Apoio ao Docente (DIADO).

v) O site da UFU precisa melhorar, pois é complicado achar muita coisa. Inúmeras notícias se perdem em função do modelo de apresentação da página. Não tenho acesso à lista de e-mail corporativo e não sei como me cadastrar, pois falta informação: A Diretoria informa que o site da UFU possui no topo uma seção de busca, o que facilita a pesquisa de qualquer conteúdo. O conteúdo encontrado e com falta de informação deveria ser qualificado, de tal forma que possibilite uma investigação mais detalhada, uma vez que sua atualização é de responsabilidade de unidades acadêmicas e administrativas.

A divulgação da lista de e-mail corporativo ainda não foi discutida e depende de aprovação da administração superior.

Para criação de e-mail corporativo as instruções estão no endereço http://www.mail.ufu.br/src/email_servidores.php.

x) O sistema de webmail da UFU é antigo e deficiente, assim como o link de internet, que deveria ser bem melhor: A Diretoria do CTI destaca que está em desenvolvimento um novo software de interface para acesso e administração de e-mail.

z) Necessidade de melhoria da tecnologia relacionada ao Núcleo de Processamento de Dados (NUPRO): A Diretoria do CTI responde que, atualmente, busca utilizar ferramentas atualizadas com a área de Tecnologia da Informação, como JAVA, PHP, Gerenciador de Conteúdo (DRUPAL), Metodologia de Gerenciamento de Projetos, vários softwares de banco de dados, entre outros.

11. Manifestação da Fundação de Amparo Universitário (FAU)

Diante dos comentários direcionados à Fundação de Amparo Universitário (FAU), a Diretoria informa que o órgão passou por grandes reestruturações nos últimos anos em seu quadro de pessoal. Ocorreu ainda melhorias nas ferramentas de trabalho, criação de normas e regulamentos e adoção de novas tecnologias que facilitaram a execução de projetos. O quadro de pessoal foi ampliado e investiu-se fortemente em qualificação e treinamento de seus colaboradores.

Criou-se o regulamento de compras e pagamento de pessoa física, além do Manual do Coordenador. Mobiliários e equipamentos novos foram adquiridos e a mudança do sistema de gestão de projetos (software) está em fase final de implantação. Estas mudanças deram mais agilidade e desburocratizou os processos internos na Fundação.

No entanto, para a execução de convênios a FAU deve seguir legislações específicas, como a Lei 8.666/93. Estas legislações exigem maior rigor na execução dos recursos financeiros oriundos de convênios e a exigência de documentos torna-se inevitável.

Outra importante ação foi a mudança do site, com a adoção de um portal mais amplo e moderno e a criação do jornal Conexão FAU, que objetiva somente a divulgação dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação gerenciados pela Fundação.

Nesta perspectiva, apesar das visíveis melhorias, a FAU tem a consciência de que se trata de um processo contínuo de mudanças e adequações para atender as necessidades dos usuários da Fundação.

12. Manifestação da Ouvidoria

a) Insatisfação com a Ouvidoria devido ao fato de ter enviado a reclamação referente à bolsa alimentação e não ter obtido resposta: Diante deste comentário, a Ouvidoria manifesta que não consta em seus registros nenhuma demanda sem retorno. De acordo com a natureza da demanda, a Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE) é contactada para se manifestar. Contudo, é preciso deixar claro que nem toda reclamação é procedente, e que a Ouvidoria apenas articula, tentando esclarecer e resolver possíveis situações de injustiça cometidas por algum setor da UFU.

b) A Ouvidoria não resolveu as inúmeras reclamações dos alunos do Curso de Graduação em Relações Internacionais. Uma aluna do curso, por ser cadeirante, não teve acesso às aulas durante meses devido ao fato do prédio não ter acessibilidade: A Ouvidoria esclarece que não recebeu nenhuma demanda sobre acessibilidade relacionada à discente do curso de Relações Internacionais.

c) O Curso de Graduação em Relações Internacionais não oferece boa formação em Direito, pois a Faculdade de Direito não designa professores e quando envia, são sempre os piores: A Ouvidoria informa que o ouvidor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Claudinê Jordão de Carvalho, reuniu-se com os alunos do Curso de Relações Internacionais e, em momento posterior, com o Diretor da Faculdade de Direito (FADIR). Ato contínuo, convocou o referido professor para tomar conhecimento da demanda, o qual compareceu e se comprometeu a ajustar a conduta como docente. No entanto, cumpre destacar que as falhas aconteceram por deficiência da Instituição. O professor, ao ser designado para ministrar tal conteúdo, alegou, de antemão, não ter formação para ministrá-lo.

d) Péssimo atendimento quanto à Ouvidoria da UFU: Analisando este comentário, a Ouvidoria esclarece que, na Universidade Federal de Uberlândia

(UFU), existem quatro Ouvidorias. Neste sentido, questiona se são todas que possuem o referido tipo de atendimento.

e) A Ouvidoria é inexistente e ninguém sabe que ela existe: A Ouvidoria destaca que o acesso à mesma pode ser feito pelos vários canais de comunicação previstos na Resolução que a criou. A mesma pode ser acessada pelo site da UFU. Além disso, todo início de semestre, procura-se renovar a divulgação por meio de cartazes.

f) Divulgar o papel da Ouvidoria: A Ouvidoria salienta que tal divulgação está disponível no site da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no endereço www.ufu.br.

g) Quando se tem algo para reclamar ou questionar, a maioria dos discentes não tem informação de onde se localiza a Ouvidoria. Isto deveria ser mais divulgado e exposto visivelmente em todos os blocos de maior movimento de pessoas: A Ouvidoria reitera que tal divulgação está disponível no site da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no endereço www.ufu.br.

h) Deveria ter mais valorização do técnico administrativo. Funcionários da área de enfermagem enfrentam muita falta de respeito, como, por exemplo, quando fazem a troca de horário no setor, não tem direito à refeição, ficando 12 horas noturnas sem comer: A Ouvidoria considera que, possivelmente, o técnico administrativo que apontou esta crítica não tem conhecimento dos canais de acesso disponíveis e também deve desconhecer a existência da Ouvidoria do Hospital de Clínicas. De qualquer modo, essa demanda foi encaminhada a mesma. Neste sentido, o responsável pela Ouvidoria do Hospital de Clínicas informou que a queixa foi encaminhada para o enfermeiro Antônio, Diretor de Enfermagem do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, para conhecimento e providências.

13. Manifestação da Prefeitura Universitária (PREFE)

A Prefeitura Universitária considera que o processo de Avaliação Institucional tem peso importante na formulação de diretrizes e no planejamento estratégico de longo prazo. Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a avaliação tem o foco de ser “[...] como um fator fundamental para a garantia da qualidade daquilo que a Instituição oferece, das demandas que lhe são apresentadas e como garantia para o seu crescimento e sobrevivência no futuro.” (Projeto de Autoavaliação Institucional da Universidade Federal de Uberlândia, 2010, p. 7.). Assim, ele é visto pela administração superior da instituição, servindo ainda para aferir os níveis de aceitação dos serviços prestados à comunidade interna e externa.

Concebido legalmente para proporcionar a participação coletiva nos destinos da instituição, e ainda dar transparência aos investimentos e ações da administração pública, o processo de Autoavaliação Institucional busca no envolvimento da comunidade interna e externa subsídios para a elaboração de políticas institucionais.

Das questões relativas à Prefeitura Universitária (PREFE), classificadas por categorias e temas, é realizada uma análise detalhada das informações apresentadas, considerando, principalmente, aquelas que contribuam com informações que possam promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados e da manutenção e conservação da infraestrutura instaladas, que, no fim, possam proporcionar o pleno desenvolvimento da missão institucional da UFU.

A PREFE esclarece que lhe foi apresentado o documento com as críticas e sugestões relativas ao resultado do processo de Avaliação Institucional conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), referente à avaliação executada no período de outubro 2011 a janeiro de 2012. O Caderno de Respostas produzido pela CPA, a partir das respostas da comunidade universitária aos questionários traz os resultados classificados por temas (ensino, segurança, infraestrutura...); categorias (discentes, docentes, técnico-administrativos, egressos e sociedade civil); e Campis (Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas).

Classificado inicialmente por categorias (discentes, docentes, técnico-administrativos, egressos e sociedade civil), o documento traz o ponto de vista e a

manifestação dos usuários a propósito dos serviços prestados pela Prefeitura Universitária à comunidade universitária da Universidade Federal de Uberlândia.

A análise desses comentários, com as sugestões, reclamações e críticas, irá subsidiar a atuação presente e futura da administração da UFU.

A metodologia adotada pela CPA, baseada em preceitos legais, está fundamentada em pesquisa de opinião junto aos usuários com a aplicação de questionários de avaliação por item, com o objetivo de avaliar a aceitação ou não dos serviços prestados. No caso dos serviços prestados diretamente pela Prefeitura Universitária (limpeza e conservação, segurança, transporte etc) os resultados fornecerão um diagnóstico segmentado do modo como a comunidade interna e externa percebe a atuação da PREFE. Ademais, a análise dos resultados pode proporcionar a oportunidade de solucionar falhas pontuais e direcionar esforços para aquelas demandas específicas dos usuários, melhorando os processos gerenciais e adequando os recursos financeiros, materiais e humanos para o cumprimento Da missão institucional da PREFE.

A apresentação dos resultados será feita por temas, dada a semelhança de críticas, sugestões e comentários nas diferentes categorias (discentes, docentes, técnico-administrativos, egressos e sociedade civil), salvo questões pontuais e bem específicas. De maneira geral, o documento com as críticas e sugestões proporciona uma visão dos anseios e expectativas da comunidade aos serviços da PREFE e é fundamental para balizar as ações.

Para cada tema abordado no documento, nos itens relativos aos serviços da Prefeitura Universitária, será adotado como metodologia de avaliação a análise e o estudo individualizado do tema em quatro pontos principais:

1. Críticas e sugestões: São os comentários, com as críticas e sugestões, apresentados pela comunidade interna e externa de cada tema individualmente. O que a comunidade reivindica e espera da administração da UFU.

2. Comentários: Como a unidade/órgão analisa e avalia essas críticas e sugestões.

A posição da administração acerca das críticas e sugestões em cada tema.

3. Ações desenvolvidas: O que a unidade/órgão executou para sanar os problemas apontados. Medida adotada para solução do problema.

4. Ações propostas: Ações a serem executadas com medidas e solução de problemas ainda pendentes. Medidas a serem aplicadas de imediato ou médio prazo.

Conforme aponta a PREFE, embora haja muito o que fazer para melhorar o atendimento às demandas da comunidade universitária, relativas aos serviços de infraestrutura, segurança, transporte, limpeza entre outros, os relatos apontados no documento mostram indicadores favoráveis, no tocante à atuação da Prefeitura Universitária.

13.1. Críticas relacionadas com a infraestrutura: De acordo com a PREFE, este é um tema muito comentado, com várias críticas e sugestões, que merece especial atenção dada a extrema relevância para o cotidiano da universidade. Muito do que se faz na academia perpassa direta ou indiretamente por sua infraestrutura. Se adequada, colabora com o desenvolvimento institucional, porém, se obsoleta, constitui-se em entrave à missão da universidade como produtora de conhecimento.

Como gestora responsável pela infraestrutura institucional, a Prefeitura Universitária dispensou especial atenção ao tema, já que pode fornecer informações que possibilitem melhor desempenho gerencial.

Parcela considerável das críticas e sugestões apresentadas na temática infraestrutura se refere às condições inadequadas de salas de aula e laboratório, sendo outros ambientes (biblioteca, áreas de circulação, jardins) menos citados. Em alguns comentários apresentados não é possível identificar especificamente o problema. Como exemplo, cita-se: “melhorias nas salas de aula”. Os questionamentos são: Que tipo de melhoria? Em quais salas de aula? Todas?

Outro exemplo: “acessibilidade aos deficientes físicos”. Questiona-se: Onde?

Ainda um outro exemplo: “falha em nos oferecer infraestrutura no presente campus”. O questionamento feito é: Que tipo de infraestrutura? Em qual campus?

Segundo a PREFE, nas próximas pesquisas, é preciso pensar em modelos de questões para os questionários que apresentem com mais clareza e de forma pontual os problemas apontados pelos usuários.

13.1.1. Críticas e sugestões: Os pontos comuns mais citados neste tema são:

- Melhorar manutenção das salas de aula;
- Melhorar manutenção de laboratórios;
- Conservação das áreas verdes e de lazer;
- Reforma nos banheiros existentes;
- Acessibilidade nos campi;
- Iluminação precária no Campus;
- Travessias elevadas no Campus Santa Mônica;

13.1.2. Comentários: Conforme aponta a PREFE, a ausência de clareza e de localização da demanda compromete a análise mais precisa de parcela das críticas e sugestões. Ainda assim, possibilita levantar informações que servirão de instrumento gerencial, e possibilita alterar procedimentos internos estabelecendo um cronograma de serviços com o controle de rotinas em todas as áreas da universidade.

Alguns dos temas reportados neste item do documento são repetidos em outros momentos da avaliação, seja pela correlação e afinidade que possuem (por exemplo: conservação de áreas verdes e sustentabilidade), ou pela estrutura organizacional para sua solução, sem que isso represente repetição de avaliação.

a) Melhorar manutenção das salas de aula: A infraestrutura das salas de aula tem peso estratégico no cotidiano da universidade, e por elas devem-se empreender esforços para que cumpram sua missão de possibilitar o ensino e o aprendizado.

A Prefeitura Universitária mantém um cronograma de manutenção das salas de aula, que além dos serviços de conservação e limpeza diários, executa um *check list* que inclui: revisão regular do sistema elétrico (se há lâmpadas queimadas, tomadas

inoperantes, ventiladores desregulados, sistema de audiovisual em operação); quadro negro (se está em bom estado, abastecido de giz); carteiras (se estão em bom estado, em quantidade suficiente na sala), entre outros aspectos, tais como janelas e portas em funcionamento normal.

Atualmente, a maioria das salas de aula é equipada com os recursos audiovisuais necessários ao desenvolvimento didático de aula. As novas salas de aula, além desses recursos, dispõem de desenho arquitetônico que proporciona boa acústica.

Relacionadas às salas de aula chamam a atenção críticas relacionadas ao excesso de barulho, provocado principalmente por obras, e que é fator prejudicial ao ambiente de sala de aula.

b) Melhorar manutenção de laboratórios: É crítica recorrente a falta de boa infraestrutura nos laboratórios. Às vezes identificáveis, às vezes não.

A Prefeitura Universitária executa tão-somente serviços de manutenção corretiva nos laboratórios de pesquisa instalados. A UFU não contempla em seu orçamento rubrica específica para melhoria e ampliação de laboratórios de pesquisa. Pelas colocações apresentadas no documento com as críticas e sugestões, percebe-se que para docentes e discentes infraestrutura está diretamente relacionada à existência de modernos equipamentos de pesquisa. Neste caso, a efetiva e substancial melhoria dos laboratórios só é possível mediante financiamento externo, via apresentação de propostas em editais e chamadas públicas do CNPq, FAPEMIG, FINEP, entre outros.

O aparelhamento de laboratórios de ensino e pesquisa, pela forma como funciona a universidade, não passa pela Prefeitura Universitária.

Entretanto, a Prefeitura Universitária executa contínuo e regular atendimento às demandas de laboratórios por melhoria da infraestrutura na rede elétrica, hidráulica e demais serviços correlatos, como instalação de persianas, divisórias, ventiladores, troca de vidros, ampliação do sistema de telefonia e outros.

Crítica relativa à questão da biossegurança de laboratórios de pesquisa: um problema que merece atenção especial, análise e apreciação em conselho superior,

já que envolve segurança dos usuários (discentes, docentes e técnico-administrativos) e ainda interfere na relação de trabalho dos profissionais envolvidos.

c) Conservação das áreas verdes e de lazer: Ponto comum abordado em diversas opiniões apresentadas no documento, a conservação, manutenção e preservação de áreas verdes receberam críticas como sendo de baixa qualidade, mal conservadas ou inexistentes.

Houve condenação ao corte de árvores de grande porte no Campus Santa Mônica, no local em que será construído o Centro Esportivo. As árvores cortadas (eucaliptos) não eram adequadas ao ambiente urbano e o corte foi autorizado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, mediante compromisso da UFU de replantio de espécies da flora do cerrado. Foram replantadas cerca de 150 mudas no entorno do Campus Santa Mônica, como forma de mitigar o impacto do corte realizado.

Cronograma de rotina de execução de serviços de jardinagem é executado mensalmente por equipe terceirizada e acompanhada por fiscal designado pela instituição.

Existem novos projetos com previsão de construção de ambiente sustentável com aproveitamento de espécies do cerrado e de porte adaptado ao ambiente urbano.

d) Reforma nos banheiros existentes: A PREFE esclarece que o Ministério da Educação (MEC) disponibilizou recursos financeiros para reforma dos banheiros existentes, visando, especialmente, a questão da acessibilidade. No bojo destas reformas, melhorias estão sendo implantadas.

Em alguns blocos específicos, pela idade das construções, a manutenção fica um pouco mais comprometida. Mas, ainda assim, será dispensada especial atenção para minimizar o impacto que podem causar na rotina da instituição.

e) Acessibilidade nos campi: Várias críticas foram apresentadas acerca da baixa acessibilidade nos campi da UFU. São reclamações referentes às calçadas

inadequadas, estreitas; ausência de rampas nas edificações; falta de elevadores em alguns blocos; restrição de acesso na biblioteca; banheiros sem acessibilidade.

De maneira geral, a acessibilidade ainda é problema grave nos campi, principalmente, ao se considerar o aumento de pessoas portadoras de deficiência entre os usuários da universidade. A idade de parte das edificações (algumas com mais de trinta anos), a ausência de um plano diretor que orientasse a urbanização e a acessibilidade das edificações são fatores que interferem negativamente à livre circulação.

Nenhuma das críticas, entretanto, apontou especificamente o tipo de ação que deve ser empreendido para melhorar a acessibilidade. No geral, se limitaram a dizer que os deficientes têm restrição de acesso, que há necessidade de se melhorar a acessibilidade, e que deve haver mais investimentos em acessibilidade.

Fatores limitantes interferem decisivamente na melhoria da acessibilidade nas áreas de circulação, nas edificações e demais ambientes institucionais, como as calçadas estreitas, prédios antigos, adaptações arquitetônicas que exigem alto investimento. Nesse sentido, vale invocar a “reserva do possível” como faculdade da administração pública de atender demandas por acessibilidade na razão de suas possibilidades.

Recursos disponibilizados pelo MEC, do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), irão possibilitar a reforma dos banheiros para atender especificamente a acessibilidade. Projetos arquitetônicos estão concluídos, e há elaboração de cronograma para a execução dos serviços.

f) Iluminação precária nos campi: A Prefeitura Universitária executa rotina de manutenção da iluminação pública interna dos campi, com revisão de postes, refletores, luminárias e a troca de lâmpadas queimadas.

Pontos críticos devem ser indicados pontualmente para posterior avaliação e instalação de iluminação complementar.

A aquisição de materiais elétricos com moderna tecnologia e ambientalmente corretos pode melhorar a iluminação externa, melhorando, inclusive, a segurança no interior dos campi da universidade.

g) Travessias elevadas no campus Santa Mônica: As travessias elevadas construídas na via principal do Campus Santa Mônica receberam vários comentários. Algumas críticas, alguns elogios, comentários sobre altura excessiva e falta de sinalização horizontal.

Embora não regulamentadas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), as travessias elevadas são importantes instrumentos de regulação do trânsito, e usadas largamente em áreas escolares como fator de proteção do pedestre. Ainda carecendo de conclusão (faltando a sinalização horizontal), as travessias construídas no Campus Santa Mônica minimizaram o conflito entre automóvel e pedestre, diminuindo o número de acidentes.

13.1.3. Ações desenvolvidas

- Criação de rotina diária de inspeção do estado de funcionamento de salas de aula;
- Construção de travessias elevadas no Campus Santa Mônica;
- Melhoria e ampliação do sistema de iluminação externa nos campi da UFU;
- Melhoria no sistema de iluminação externa nos campi da UFU;
- Utilização de sensores de movimento no sistema de iluminação;
- Ampliação de áreas verdes e de jardins;
- Replanteio de mudas de árvores no Campus Santa Mônica;
- Utilização de materiais de melhor qualidade nos banheiros;
- Orientação quanto ao uso adequado dos bens e serviços da instituição.

13.1.4. Ações propostas

- Avaliar a necessidade de adquirir duas cadeiras de rodas motorizadas para disponibilizar aos usuários, em situações emergenciais, nos Campi Santa Mônica e Umuarama;
- Conclusão das travessias elevadas no Campus Santa Mônica;

- Construção de novas travessias elevadas no Campus Santa Mônica;
- Adequação dos banheiros existentes às condições de acessibilidade, conforme Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Reforma geral da praça central do Campus Santa Mônica;
- Construção de travessias elevadas no Campus Umuarama.

13.2. Críticas relacionadas com estacionamento

13.2.1. Críticas e sugestões

Tema muito abordado pelos usuários. Recebeu elevado número de comentários (críticas, sugestões e reclamações), especialmente no tocante aos Campi Santa Mônica e Umuarama, que merecem avaliação mais apurada. Os pontos mais abordados sobre o tema são:

- Aumento do número de vagas;
- Vagas subterrâneas;
- Criação de estacionamento vertical;
- Uso de selo para acesso aos campi;
- Criação de bicicletário;
- Criação de vagas exclusivas (docentes, técnicos, plantonistas...).

13.2.2. Comentários: O esclarecimento da PREFE é o seguinte: hoje em dia, vagas de estacionamento é problema comum às cidades, às instituições e, de maneira geral, de locais que recebem grande fluxo de pessoas e automóveis. O considerável aumento da frota, a cultura do transporte individual e, no caso da UFU, a expansão de cursos e vagas, causaram um forte impacto na ocupação dos espaços disponíveis. Com o aumento do número de usuários, as vagas de estacionamento ficaram mais escassas e com tendência de agravamento da situação.

Percebe-se, pelo conteúdo das sugestões e críticas, que refletem tão-somente a expressão individual do usuário, sem a dimensão do ônus que isso implica à

administração. Cabe ao gestor efetuar análise técnica e adequar as áreas disponíveis de acordo com o plano diretor.

Quando, por exemplo, o usuário sugere a implantação de estacionamento subterrâneo, ou a construção de estacionamento vertical, ele não tem a dimensão do aumento de custos que uma obra desse porte implicaria. Recurso que pode ser melhor investido em outra área fim da universidade. A discussão sobre as vagas de estacionamento está profundamente contaminada pelo modelo de transporte adotado: a primazia do transporte individual sobre o transporte coletivo e do interesse particular sobre o coletivo.

Os órgãos colegiados superiores da instituição devem estabelecer como prioridade a mobilidade e acessibilidade das pessoas, as áreas de circulação e as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O aumento do número de vagas de estacionamento fica limitado pelo espaço disponível. No caso do Campus Umuarama, chegou-se no limite do suportável. Ademais, aumentar o número de vagas de estacionamento é medida paliativa que apenas posterga decisão definitiva.

A PREFE tem acompanhado de perto a situação dos estacionamentos, que, embora difícil, é ainda administrável, especialmente nos Campis Santa Mônica e Umuarama. A utilização inadequada das vagas compromete seu real aproveitamento, e ainda é fator que compromete o trânsito no interior dos campi. Muitos usuários procuram vagas o mais próximo possível de seu local de trabalho/estudo, nem sempre disponíveis, quando, na verdade, ainda existe bom número de vagas nas áreas criadas para este fim, porém, mais distantes.

13.2.3. Ações desenvolvidas

- Criação de ilha de estacionamento no Campus Umuarama (pátio da delegacia), com 150 vagas;
- Criação de duas ilhas de estacionamento, com piso britado, no Campus Santa Mônica para cerca de 500 vagas;

- Melhoria na sinalização viária dos Campi Santa Mônica, Umuarama e Educação Física;
- Construção de travessias elevadas no Campus Santa Mônica, com o propósito de melhor proteger o pedestre.

13.2.4. Ações propostas

- Refazer sinalização viária interna, horizontal, nos Campi Santa Mônica, Umuarama e Educação Física;
- Refazer sinalização viária interna, vertical, nos Campi Santa Mônica e Umuarama;
- Demarcar vagas de idosos e deficientes, conforme legislação;
- Propor ao Conselho Diretor o estabelecimento de diretriz que trate do estacionamento no Campus, regulamentado uso, fiscalização, entre outros.

13.3. Críticas relacionadas com segurança: A PREFE destaca que este é um tema crítico na abordagem da comunidade interna e externa; talvez pela percepção de insegurança pública divulgada diariamente na mídia. Neste contexto, o sistema de segurança interno da Universidade se mostra eficiente, dado que seus indicadores apontam para baixo índice de roubos e furtos, e que no ambiente interno da universidade são raros os casos de violência física.

Segurança e vigilância é assunto que exalta a sensibilidade das pessoas, que expõe circunstâncias em que afloram *stress* e medos, provocando comportamentos e reações extremadas. Pelo que representa no imaginário social, a segurança pública é sempre tema delicado, polêmico e é assim que devem ser entendidos os comentários e críticas ao sistema de vigilância da UFU.

A instituição tem investido na segurança preventiva como forma de mitigar essa percepção de insegurança. Embora haja excessos em algumas colocações e comentários de usuários, pode-se avaliar como positiva a segurança interna da UFU.

13.3.1. Comentários às críticas e sugestões: A PREFE considera que a maioria das críticas aponta para uma leitura muito individual e particularizada de segurança. Na administração pública só é permitido fazer aquilo que expressamente a lei autoriza, assim tem se pautado a atuação da Divisão de Vigilância e Segurança Patrimonial (DIVIG).

De maneira geral, pode-se afirmar que é satisfatória a qualidade dos serviços de vigilância e segurança prestados pela UFU, dado que os indicadores, mensalmente produzidos e avaliados pela DIVIG, apontam para baixos índices de sinistros nos Campi da instituição, principalmente se comparados aos da segurança pública.

Na contratação de vigilantes terceirizados, via empresa prestadora de serviços, são seguidas as exigências legais de qualificação profissional, equipamentos e materiais modernos, o que garante a prestação de serviços de qualidade.

13.3.2. Ações desenvolvidas

- Aquisição de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) de segurança monitorada;
- Aumento do número de vigilantes terceirizados;
- Nova empresa prestadora de serviços de vigilância;
- Novas instalações da DIVIG no bloco 3E; mais apropriadas à vigilância;

13.3.3. Ações propostas

- Aquisição de novos equipamentos (CFTV) de monitoramento e vigilância;
- Aquisição de automóvel compatível às demandas da DIVIG;

13.4. Críticas relacionadas com a sustentabilidade ambiental: No entendimento da PREFE, este é um tema transversal incorporado à pauta recente da Universidade, por estratégia de gestão e no cumprimento de dispositivo legal, cujo propósito é o de adotar ações e práticas que minimizem os impactos das atividades e contribuam para o desenvolvimento sustentável da instituição.

Pelo apelo das questões ambientais, pelas circunstâncias do envolvimento institucional da UFU e por dispositivos legais, não se pode mais relegar a sustentabilidade ambiental nos assuntos do cotidiano da academia. Há ainda que se lembrar, que como instituição de ensino e pesquisa, a UFU possui envolvimento umbilical com as questões relacionadas à sustentabilidade ambiental.

13.4.1. Comentários às críticas e sugestões: Conforme informação da PREFE, a UFU iniciará no mês de abril de 2012 a coleta seletiva, conforme estabelecido em cronograma, com a instalação de coletores reformados e em duplas, um verde para resíduos recicláveis (ou lixo seco) e outro cinza para resíduos comuns e não recicláveis (ou lixo úmido), em cumprimento ao Decreto Federal n. 5.940, de 2006 e em parceria com cooperativas e associações de catadores da cidade de Uberlândia.

Haverá o desenvolvimento de planos e projetos para melhor arborização dos Campi já existentes e consolidados. Para os novos Campi (Glória, Pontal, Monte Carmelo e Patos de Minas), já há projetos prontos e que estão sendo executados juntamente com as obras, com a utilização de diversas espécies de árvores do Cerrado.

Quanto aos sistemas de economia de energia e água, nos novos prédios que estão sendo construídos, já há instalação de painéis fotovoltaicos e sensores de presença para desligamento de energia e lâmpadas; e torneiras e descargas com menor consumo e sistemas de captação de água da chuva para jardinagem e limpeza.

O início da construção do Centro Esportivo com área de 3.500 m², ao lado do bloco 1Y, com campo de futebol society, quadra poliesportiva coberta, quatro vestiários, academia de musculação e um bicicletário para estacionamento das bicicletas (e os vestiários como estrutura de apoio para banhos dos usuários) é uma iniciativa de sustentabilidade ambiental que pretende melhorar a convivência no Campus Santa Mônica.

Haverá o desenvolvimento e aplicação de técnicas de paisagismo e jardinagem que propiciem melhor conforto ambiental nos Campi e demais ambientes da universidade.

Embora haja previsão de transferência gradual de atividades para o novo Campus em Uberlândia - Campus Glória - ainda há necessidade por mais espaços, salas de aula e laboratórios nos Campi Santa Mônica e Umuarama.

13.4.2. Ações desenvolvidas

- Criação da Diretoria de Sustentabilidade Ambiental;
- Início do processo de coleta seletiva de recicláveis;
- Instalação de coletores para coleta seletiva;
- Elaboração de projetos arquitetônicos ambientalmente corretos;

13.4.3. Ações propostas

- Consolidação do processo de coleta seletiva de recicláveis;
- Elaboração de projetos arquitetônicos que façam uso de tecnologias inovadoras e ambientalmente sustentáveis;
- Criação de programas de educação ambiental;
- Campanhas regulares de uso sustentável de recursos;
- Utilização de sistemas e equipamentos que diminuam o consumo de energia e água;
- Construção do Centro Esportivo no Campus Santa Mônica, área de lazer para ampliar a convivência acadêmica;
- Replanteio de áreas verdes com espécies nativas do cerrado.

13.5. Críticas relacionadas com acessibilidade: Conforme já citado no item infraestrutura, foram várias as críticas apresentadas acerca da acessibilidade nos Campi da UFU, que reportam às vias de circulação, calçadas, rampas e edificações. De alguma forma, chamam a atenção para essa importante questão de respeito e convivência no ambiente universitário.

De modo geral, as calçadas são estreitas; faltam rampas e elevadores nas edificações; banheiros sem acessibilidade e ausência de vagas de estacionamento especial. A acessibilidade ainda é problema grave nos Campi da UFU, principalmente ao se considerar o aumento de pessoas portadoras de deficiência entre os usuários da universidade.

A idade de parte das edificações (algumas com mais de trinta anos), a ausência de um plano diretor que orientasse a urbanização e a acessibilidade das edificações são fatores que interferem negativamente à livre circulação.

Nenhuma das críticas, entretanto, apontou especificamente o tipo de ação deve ser empreendido para melhorar a acessibilidade. No geral, se limitaram a dizer que os deficientes têm restrição de acesso, que há necessidade de se melhorar a acessibilidade e que deve haver mais investimentos em acessibilidade.

13.5.1. Comentários às críticas e sugestões: Pelas críticas apresentadas, percebe-se um elevado grau de insatisfação com a questão da acessibilidade. É preciso levar em conta que é relativamente recente a exigência legal de acessibilidade nos prédios públicos (boa parte dos prédios tem construção anterior à legislação). Por isso, a PREFE está adequando as reformas na medida dos recursos e das necessidades.

Nos blocos em que é constante a presença de pessoas com deficiência, a PREFE acompanha mais de perto as demandas, seja com a instalação de plataformas de acessibilidade aos pavimentos superiores dos blocos, ou implantando pisos táteis nas calçadas e passarelas e demais ações que se fazem necessárias.

Os banheiros receberão investimentos para adaptação a acessibilidade, conforme recursos financeiros disponibilizados pelo programa INCLUIR do Ministério da Educação, cujos novos projetos arquitetônicos já estão sendo concluídos.

Os novos projetos arquitetônicos, em todos os Campi da UFU, já contam com as inovações e recursos para acessibilidade, o que facilita a interação das pessoas com deficiência e possibilita melhor integração com a comunidade universitária.

Esses novos projetos seguem o preconizado na NBR 9050/2004 que estabelece os parâmetros técnicos a serem observados nas instalações e adaptação de edificações, às condições mínimas de acessibilidade.

13.5.2. Ações desenvolvidas

- Instalação de plataformas de elevação nos blocos onde há demanda;
- Adequação de calçadas e rampas, com instalação de piso tátil;
- Demarcação de vagas de estacionamento especiais (deficientes e idosos);
- Reunião com os deficientes para levantamento de demandas específicas;
- Construção das travessias elevadas no Campus Santa Mônica;
- Atendimento emergencial das demandas apresentadas via Ouvidoria Geral.

13.5.3. Ações propostas

- Criar grupo de trabalho para a questão da acessibilidade;
- Levantar pontos críticos nos Campi para adequação às condições de acessibilidade;
- Elaborar novos projetos arquitetônicos conforme disposto na NBR 9050;
- Dispensar atenção especial à acessibilidade dos Campus Avançados;
- Construção de travessias elevadas no Campus Umuarama;
- Construção de travessias elevadas no Campus Santa Mônica.

13.6. Críticas relacionadas com transporte: De acordo com a PREFE, este é um item com pequeno número de sugestões e críticas. São colocações pontuais de docentes e discentes que merecem avaliação individualizada.

13.6.1. Comentários às críticas e sugestões: A implantação de rota de ônibus entre os Campi Santa Mônica e Umuarama requer estudo de viabilidade com levantamento de demanda, itinerário, custos, horários, entre outros. Cabe pautar a

demanda no Conselho Diretor para análise e apreciação, com o objetivo de avaliar a proposta, sua legalidade, necessidade e responsabilidades.

Em resposta à sugestão/pedido apresentado por vários discentes, a PREFE informa que o transporte para aulas práticas de campo obedece programação semestral de solicitações das unidades acadêmicas, de acordo com os limites orçamentários e conforme estabelece a Resolução CONDIR n 04/2010. Tem surgido alguns conflitos em razão de pedidos solicitados fora do prazo, ausência de planejamento dos solicitantes e desconhecimento do disposto na Resolução.

A Divisão de Transportes (DITRA) cumpre o planejamento estabelecido distribuindo pessoal (motoristas) e transporte, de acordo com os recursos disponíveis e as demandas existentes.

Muito foi feito para melhoria no atendimento das demandas do transporte na UFU: novas instalações da DITRA; recomposição do quadro de recursos humanos; aquisição de novos veículos; contratação de motoristas terceirizados; regulação do uso dos serviços de transporte, entre outros. Tudo visando proporcionar atendimento adequado às crescentes demandas por este serviço, que tem papel fundamental na rotina acadêmica.

O comentário referente ao “transporte caótico” talvez expresse uma opinião estritamente individual, motivada por pedido em desacordo com as regras e não atendido. A PREFE considera que o atendimento na DITRA é satisfatório.

Pelo exposto e a capacitação dos servidores, foi possível melhorar o atendimento do serviço de transporte na UFU.

A DITRA opera o atendimento de pedidos de transporte exclusivamente pelo Sistema de Informações para o Ensino (SIE) Frota e de acordo com as regras estabelecidas. Os servidores possuem competências compatíveis às atribuições e exigências das tarefas relacionadas às reservas de transporte.

O modelo de veículo usado é compatível ao uso solicitado, dependendo do usuário especificar corretamente sua necessidade. Pela observação da PREFE, o foco de reclamações é motivado por solicitações incorretas e o descumprimento de prazos para apresentação de pedidos.

A DITRA mantém contrato terceirizado para manutenção preventiva e corretiva da frota UFU, com acompanhamento de servidor para avaliação de resultados.

13.6.2. Ações desenvolvidas

- Implantação de novas instalações para a Divisão de Transporte (DITRA);
- Aquisição de 55 novos veículos para compor a frota UFU;
- Aprovação da Resolução CONDIR n. 04/2010, que regulamenta o uso dos serviços de transporte;
- Recomposição do quadro de pessoal da DITRA;
- Reorganização administrativa com incorporação de sistema online (SIE Frota) de requisição de veículo;
- Contratação de empresa para prestação de serviços de motoristas;
- Cadastramento de servidores autorizados a conduzir veículos.

13.6.3. Ações propostas

- Construção de portaria da DITRA, para controle de entrega e recepção dos veículos;
- Aquisição de novos veículos para frota UFU;
- Criação de programa preventivo de inspeção veicular, com *check list* de segurança;
- Aquisição de elevador eletromecânico para manutenção dos veículos.

13.7. Críticas relacionadas com telefonia: Alguns dos comentários acerca dos serviços de telefonia prestados pela PREFE referem-se ao insumo administrativo às atividades acadêmicas. A comunicação tem peso relevante no cotidiano da universidade.

13.7.1. Comentários às críticas e sugestões: A PREFE esclarece que, com relação à sugestão de disponibilizar um número de telefone para emergências, sugestões e comentários, cabe salientar que já houve experiência dessa natureza. Aparelhos foram instalados em diversos corredores de blocos nos Campi da UFU, cujo objetivo era atender demandas por emergências e reclamações. Retirados do gancho, sem necessidade de discagem, as chamadas eram imediatamente direcionadas para a Divisão de Vigilância (DIVIG).

O excesso de trotes e o baixo aproveitamento do serviço levaram a sua desativação. A experiência com esse serviço não obteve sucesso.

Atualmente, o sistema de telefonia UFU dispõe de um número interno abreviado (191) para chamadas de emergências e segurança. Entretanto, o sistema é pouco conhecido, pouco divulgado e opera apenas em Uberlândia. Será incluído na lista interna de telefones.

Para a apresentação de sugestões e reclamações de quaisquer serviços da UFU, a Ouvidoria Geral atende pelo ramal 4074.

Os docentes apresentaram sugestão de identificação de chamada de fixo para celular, com a chamada a partir de linha interna UFU. O sistema PABX UFU dispõe de link com 15 linhas para chamadas celulares, que são acessadas por cerca de 1.500 ramais internos da instituição. O sistema funciona com busca automática e sem a possibilidade de identificação do ramal de origem da chamada. Todas as chamadas de ramal interno da UFU para telefones celulares são direcionadas para o número chave do link, e não do ramal.

Sobre o bloqueio de ligações para chamadas interurbanas e celulares, vale lembrar que a definição das categorias dos ramais é atribuição das Diretorias de Unidades, ficando o Setor de Telefonia com o gerenciamento do sistema e a orientação para o seu uso racional.

13.7.2. Ações desenvolvidas

- Implantação de novos ramais nas unidades;

- Racionalização do uso do sistema de telefonia;
- Instalação de novo sistema PABX para atender o Campus Pontal, em Ituiutaba/MG;
- Instalação de novo sistema PABX para atender o Campus Monte Carmelo/MG;
- Instalação de novo sistema PABX para atender o Campus Patos de Minas/MG;
- Substituição gradativa de obsoletos minissistemas PABX vinculados às unidades.

13.7.3. Ações propostas

- Elaboração de nova lista de ramais internos;
- Campanha educativa para uso racional do sistema de telefonia;
- Ampliação do número de ramais para atender unidades e órgãos;
- Melhoria da rede de cabeamento para melhoria do sistema;
- Instalação de novo sistema PABX no Umuarama para atender o Hospital de Clínicas.

13.8. Críticas relacionadas com jardinagem: Conforme salienta a PREFE, embora funcionem como componente estético da paisagem, as áreas verdes e jardins contribuem para melhorar a qualidade de vida no interior dos Campi e merecem os cuidados necessários. As áreas verdes tornam o ambiente mais agradável e ainda atuam como reguladoras do microclima local, possibilitando um ambiente mais sustentável.

13.8.1. Comentários às críticas e sugestões: Segundo informação da PREFE, as árvores cortadas apresentavam risco de queda, dado o seu precário estado - tronco oco, galhos apodrecidos -, a necessidade de construção de novos blocos e a preservação das edificações. A retirada de árvores é precedida de autorização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

A PREFE está em fase final de cobrir todas as partes, com gramados e/ou outras plantas, de acordo com o ambiente sombrio das árvores ou construções.

As árvores existentes nos Campi são bem diversificadas, que pelo ambiente favorável atraem várias espécies de aves, mas certamente não atende o desejo da comunidade.

É feita poda regular das árvores nos Campi da UFU. São eliminados os galhos que oferecem risco de acidentes às pessoas e que atrapalham a iluminação nas vias de circulação. Além do efeito estético, aumenta a segurança dos usuários.

13.8.2. Ações desenvolvidas

- Foram plantadas mudas de árvores de várias espécies, em substituição às retiradas;
- Replanteio de 150 mudas espécies da flora do Cerrado no interior e entorno do Campus Santa Mônica

13.8.3. Ações propostas

- Cobertura vegetal com gramado nas áreas jardinadas próximas aos blocos;
- Rotina de execução de podas e limpeza de árvores e áreas verdes.

13.9. Práticas de conservação e limpeza no Campus Umuarama: A PREFE informa que alguns usuários do Campus Umuarama fizeram comentários específicos, com sugestões e críticas, acerca dos serviços de limpeza que merecem uma análise mais pontual. Embora apresentem críticas e sugestões comuns a outros Campi

13.9.1. Comentários às críticas e sugestões: Os serviços de limpeza e conservação predial no Campus Umuarama, áreas administrativas e acadêmicas, é executado inteiramente por terceirizados. Compete à PREFE, por intermédio da

Divisão de Serviços Gerais (DISEG), o acompanhamento, fiscalização e controle dos serviços e todo processo é avaliado mensalmente.

De maneira geral, os serviços têm sido bem avaliados e atendem a expectativa. Entretanto, casos pontuais de desabastecimento de insumos descartáveis nos banheiros têm sido verificado, muito mais em razão de desvios e pequenos furtos, que propriamente por omissão da empresa contratada. Em cada banheiro há um cartaz indicativo para reclamações e pedidos de reposição de material.

A limpeza do mobiliário (móveis, bebedouros, ventiladores, mesas e outros), é executada com a periodicidade prevista no contrato, e fiscalizada diariamente com visitas aos blocos e inspeção da qualidade dos serviços. Situações de emergência são resolvidas pontualmente pelo fiscal.

Os funcionários terceirizados recebem orientação acerca do uso racional dos recursos - água e energia elétrica -, para fins de aplicação correta e sustentável.

Grande fluxo de usuários e edificações antigas são fatores limitantes à prestação de uma boa qualidade de serviços de limpeza e conservação predial. Com técnicas apropriadas e novos equipamentos é possível atender a demanda com qualidade aceitável.

13.9.2. Ações desenvolvidas

- Campanha de conscientização para o uso sustentável dos recursos disponíveis;
- Contratação de nova empresa prestadora de serviços;
- Melhoria dos materiais descartáveis disponibilizados nos banheiros;
- Uso de equipamentos que proporcionam melhor resultado na limpeza.

13.9.3. Ações propostas

- Coleta seletiva dos resíduos;

- Criação de mecanismo de avaliação dos serviços terceirizados;
- Utilização de materiais de limpeza biodegradáveis.

13.10. Críticas relacionadas com os Campi Avançados: Conforme aponta a PREFE, parcela considerável das críticas e sugestões apresentadas pela comunidade universitária dos Campi avançados (Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas) diz respeito à ausência de infraestrutura compatível às demandas, problema que será solucionado com a implantação definitiva dos Campi: nas condições da instalação do campus Pontal, em Ituiutaba-MG.

Os Campi de Monte Carmelo e Patos de Minas, em razão de recente criação e instalação, em sede provisória, apresentaram baixa demanda.

13.10.1. Comentários às críticas e sugestões: A PREFE informa que a inauguração recente do Campus Pontal em novas instalações responde quase que integralmente as questões suscitadas. A ausência de infraestrutura é o principal ponto apontado pelos usuários.

7.10.2. Ações desenvolvidas

- Transferência das instalações do Campus Pontal para nova sede;
- Elaboração de Plano Diretor dos novos Campi;
- Programa de gestão diferenciada;

13.10.3. Ações propostas

- Contratar empresa prestadora de serviços para executar manutenção predial;
- Contratar empresa prestadora de serviços para executar serviços de jardinagem;
- Elaborar um cronograma de gestão para o novo Campus Pontal.

13.11. Críticas relacionadas com os serviços terceirizados: A PREFE esclarece que, parcelas dos serviços oferecidos à comunidade universitária, que não compõe a atividade fim da instituição, são prestadas mediante a concessão pública para sua execução nas dependências da UFU.

Atualmente, são concedidas áreas para os serviços de lanchonete, restaurante, reprografia, livraria, revistaria, banco e correios. Esses serviços são regulados por legislação específica mediante contratos anuais, avaliada a conveniência e o interesse da instituição a cada renovação.

13.11.1. Comentários às críticas e sugestões: Segundo a PREFE, a maior parte das reclamações se fundamenta nas filas e no mal atendimento dos serviços dos concessionários. Diga-se, entretanto, que as filas são observadas mais nos horários de pico (intervalos) e fins de expediente.

No caso específico da reprografia (xerox), as filas são mais constantes, motivadas pelo horários de uso e pelo reduzido número de postos disponíveis nos Campi.

13.11.2. Ações desenvolvidas

- Contratação de novos concessionários de serviços de apoio (reprografia, lanchonete);
- Inserção de novos concessionários no novo Campus Pontal;
- Fiscalização e verificação da conformidade de rotina das atividades desenvolvidas.

13.11.3. Ações propostas

- Criação de mecanismo de avaliação dos serviços prestados;
- Inspeção/ fiscalização de rotina dos serviços.

Por fim, a PREFE apresenta um resumo geral da Avaliação Institucional UFU 2011, relativo aos serviços prestados e de responsabilidade da mesma, com avaliação por categoria (discente, docente, técnico-administrativo, egresso e sociedade civil) e por Campus Avançado (Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas), para além da já apresentada nos itens anteriores.

Por que isso se mostra necessário? Porque as críticas e sugestões apresentam algumas características comuns por categoria e Campus Avançado do usuário. Assim, além de reforçar as demandas mais relevantes no segmento em questão, identifica com mais precisão a origem e o local a que se referem aquelas demandas apresentadas no segmento.

a) Discentes: Apresenta um foco centralizado nas questões relativas à vigilância, mais vagas para o estacionamento, limpeza (salas de aula, banheiros, laboratórios), infraestrutura (salas de aula, laboratórios, recursos áudio-visuais, travessias elevadas e acessibilidade), transporte e sustentabilidade ambiental.

O número considerável de críticas está relacionado ao excesso de barulho, proveniente de obras, festas e outras, que causam transtorno e atrapalham as aulas.

Neste segmento, observou-se muito mais críticas que sugestões e elogios.

Esta foi a categoria que apresentou maior participação no processo de avaliação institucional, com elevado número de sugestões, críticas e comentários em todas as áreas de atuação da Prefeitura Universitária.

b) Docentes: Os principais comentários, com críticas e sugestões, são relacionados à segurança, acessibilidade, limpeza e conservação, infraestrutura (laboratórios, salas de aula, recursos multimídia), estacionamento, acessibilidade, transporte, áudio-visual e telefonia.

A maior parte das críticas desta categoria está relacionada à insuficiente infraestrutura de atendimento ao professor, tais como salas de aula, sala de professor e laboratórios.

Alguns comentários sobre infraestrutura que merecem consideração da administração: “projeto de sinalização de blocos e setores”, “inserção de diretórios ao lado de salas de aula”, “salas coletivas de docentes”.

c) Técnico-administrativos: O foco dos comentários se concentra nos itens: limpeza e conservação, estacionamento, segurança, infraestrutura (salas de trabalho, mobiliário inadequado, travessias elevadas) telefonia e sustentabilidade (coleta seletiva de resíduos).

Há crítica recorrente para a ausência de espaço físico adequado para a realização do trabalho e de mobiliário (mesas, cadeiras, computadores) adequado às necessidades. Mobiliário ergonomicamente projetado para o perfil do técnico.

Nesta categoria, observam-se poucos elogios e muitas críticas com relação ao trabalho da Prefeitura Universitária.

d) Egressos: Algumas contribuições e comentários relacionadas à infraestrutura (laboratórios, salas de aula), à expansão da universidade, à sustentabilidade ambiental, ao estacionamento, à limpeza e conservação e à acessibilidade.

Notam-se críticas com relação à poluição visual, à ausência de planejamento ambiental e à desordem na ocupação espacial do campus.

e) Sociedade civil: O ponto de vista da comunidade externa é fundamental para o planejamento e gestão da universidade, e nele são destacados como os principais itens a infraestrutura e a segurança. Concentração grande de sugestão para “construção do campus”, que, possivelmente, revela o anseio das comunidades de Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas em ver a implantação definitiva da UFU naquelas localidades.

No geral, são reivindicações por ampliação de cursos, bibliotecas, setores administrativos e outros, necessários ao pleno funcionamento da instituição. Por se tratar de categoria de usuário nem sempre afeita ao cotidiano da instituição, os comentários são sucintos e objetivos (“construção do campus”, “falta segurança”,

“construção da sede”), sem possibilitar uma identificação mais precisa da contribuição.

Chama atenção as reclamações com relação ao barulho das festas e a falta de segurança nos Campi da UFU.

f) Campus Avançados: Segundo observação da PREFE, são recorrentes as reclamações para implantação definitiva da UFU em Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas. De modo geral, prevalecem as críticas com relação à infraestrutura (salas de aula, laboratórios), à segurança e à limpeza do Campus.

A efetiva instalação do Campus Pontal em sede própria, recém inaugurado, resolve as questões apontadas pela comunidade universitária e externa de Ituiutaba. Certamente, a partir de agora, novas demandas surgirão daquela comunidade.

Monte Carmelo e Patos de Minas vivem situação semelhante, dado que suas instalações são provisórias e suas demandas são comuns: ausência de infraestrutura (salas de aula e laboratórios), essenciais ao cumprimento da missão institucional da universidade.

Os planos diretores e projetos arquitetônicos dos dois Campi se encontram em fase de planejamento e elaboração.

14. Manifestação da Reitoria

14.1. Sobre a democracia na UFU

Conforme aponta a Reitoria, os comentários emitidos em relação a este tema, de forma geral, expressam apenas opiniões, que devem ser respeitadas, mas não condizem com os fatos. A Reitoria vem atuando em obediência estrita aos princípios, objetivos, políticas e diretrizes da UFU, que são amplamente democráticos. As decisões da administração superior são deliberadas pelos Conselhos Superiores, que estão funcionando normalmente e onde os assuntos são debatidos exaustivamente. Cabe à Reitoria apenas executar estas decisões, não tendo competência para decidir.

Outra parte das críticas diz respeito ao modelo de democracia representativa existente na UFU, expresso em seu Estatuto, em favor de um modelo de democracia participativa. Como é de conhecimento geral, por iniciativa da Reitoria, está em curso um processo de revisão do Estatuto, amplamente discutido na comunidade universitária, onde este modelo poderia ter sido modificado, mas não houve nenhuma proposta neste sentido.

14.2. Sobre a maior participação dos discentes e técnico-administrativos nos Conselhos Superiores

No entendimento da Reitoria, muito embora este seja um assunto importante, que poderia ser discutido pela comunidade universitária, esbarra na legislação vigente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que:

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Desta maneira, enquanto a legislação não for modificada, as universidades ficam impossibilitadas de aumentar a representação dos estudantes e técnico-administrativos em seus conselhos.

14.3. Sobre a comunicação institucional

A Reitoria esclarece que a UFU utiliza de diversas formas de comunicação para divulgar suas ações. Entretanto, o principal meio de comunicação da administração superior é o Portal UFU na internet, por se mostrar o mais eficiente e eficaz. Já foi comprovado que a ampla maioria das comunidades interna e externa à UFU dele se utiliza para buscar informações.

Na página principal são divulgadas notícias, comunicados e os eventos que estão ocorrendo na instituição. Nas demais páginas podem ser encontradas informações referentes às atas e resoluções dos conselhos superiores, portarias, gastos, estrutura organizacional, editais, licitações, concursos, processos seletivos, além de um sem número de outros dados institucionais.

Disponibiliza-se ainda, nas formas impressa e eletrônica, o Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão (PIDE), com o planejamento da instituição; o Anuário, onde são publicadas todas as informações institucionais; a Carta de Serviços ao Cidadão, listando todos os serviços que a UFU disponibiliza à comunidade; o Jornal da UFU, com matérias do que está ocorrendo nas Unidades Acadêmicas; e o Jornal de Portarias.

Além disso, utilizam-se outdoors, faixas, cartazes e quadros de aviso.

A Diretoria de Comunicação emite *clippings* que são divulgados no Portal, na lista UFU e enviado para órgãos de imprensa locais e regionais.

Está sendo criado também, para breve, um Serviço de Informações ao Cidadão. Neste, qualquer pessoa, presencialmente ou por intermédio da internet, poderá solicitar qualquer informação institucional que não seja sigilosa, sendo atendida em, no máximo, vinte dias.

Verifica-se então que a administração superior está esforçando-se para divulgar as informações institucionais. Cabe à comunidade fazer a sua parte e buscá-las nos locais adequados.

14.4. Sobre os Campus Avançados

A Reitoria informa que, devido às suas implantações recentes, os Campus avançados passam por problemas que são próprios desta fase, principalmente com estrutura física, por atuarem inicialmente em instalações provisórias.

Entretanto, o Campus do Pontal já está funcionando em suas instalações próprias e já se iniciaram as obras do Campus Patos de Minas e Monte Carmelo (ocorrências posteriores à data da atual avaliação).

Estas ações deverão reduzir substancialmente os problemas existentes nestes Campus, diminuindo o número de comentários em avaliações vindouras.

14.5. Sobre o uso de álcool e outras drogas

De acordo com a Reitoria, este é um tema recorrente nas avaliações e assunto cotidianamente discutido pela comunidade universitária. Informa que foi regulamentado pelo Conselho Diretor em data ainda recente, cabendo à Reitoria apenas cumprir suas determinações.

Entretanto, está previsto para breve o lançamento de uma campanha educativa de conscientização em relação aos efeitos causados pela utilização de drogas lícitas e ilícitas. Espera-se com isto obter uma diminuição do uso de todo tipo de droga nos Campus da UFU.